

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA VINTE DE ABRIL DE  
DOISMILEQUINZE.**

----- No dia vinte de abril de dois mil e quinze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Primeira Secretária e pela Senhora Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes, como Segunda Secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e vinte e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas do Senhor Deputado João Fernando Marques Rebelo Cotta, (Justificada) do Senhor Deputado Adérito Pais Cardoso (Justificada) e do Senhor Deputado José António Marques Seabra Figueiredo (Justificada).-----

----- Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Conselho Municipal de Educação remeteu via correio eletrónico convocatória para a Sessão de 05 de março de 2015, bem como Ata da Sessão realizada em 11 de setembro de 2014.-----

– A Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto remeteu justificação de falta à Sessão Ordinária da AM de 27-02-2015.-----

– Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo a Convite para Audição sobre o Regime Jurídico do Transporte de Passageiros 20 de Março Assembleia da República.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo ao P.J.L. Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água.-----

– A Exma. Senhora Secretária de Estado Assuntos Parlamentares e da Igualdade remete agradecimento pelo envio da Moção “Saudação às Mulheres e ao Dia Internacional da Mulher”.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide remeteu email no qual dá conta da disponibilidade dessa Junta de Freguesia acolher as Comemorações do 25 de Abril.-----

– O Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal remete via correio eletrónico informação de que a Reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões se realizará em 27-04-2015, pelas 18h.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros remeteu via postal Atestado de comprovativo de residência.-----

– Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo Projeto de lei que Altera o regime de Renda Apoiada garantindo um valor de renda mais justo e acessível.-----

– A Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar em 20-04-2014.-----

– O Tribunal de Contas remeteu via postal Despacho Judicial nº3/2015-EC - 9ª Alteração à



Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei nº98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei nº20/2015, de 9 de março.-----

– Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República acusa a receção das Moções “Combate à Corrupção” e “Reforço de Meios Humanos e Instalações no Centro Hospitalar Tondela Viseu – EPE.-----

– A Comissão e Saúde da Assembleia da República acusa a receção da Moção “Reforço de Meios Humanos e Instalações no Centro Hospitalar Tondela Viseu – EPE.-----

– Os Grupos Parlamentares do CDS/PP, do PCP e do PEV, acusam a receção da Moção “Reforço de Meios Humanos e Instalações no Centro Hospitalar Tondela Viseu – EPE.-----

– A Exma. Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade agradece a Moção “Saudação às Mulheres e ao dia Internacional da Mulher”.-----

– As Assembleias Municipais de Almada, Guimarães, Montijo, Montemor-o-Novo, Ponto de Mos e Seixal, bem como os Grupos Parlamentares do PS do PCP e do PEV, acusam a receção da Moção “Combate à Corrupção”.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015.-----

– O Exmo. Senhor Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar em 20-04-2014.-----

– A FPC, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados remeteu documentos respeitantes à Revisão Legal de Contas do Município de Viseu e dos (SMAS) Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária desta AM do dia 27 de fevereiro de 2015.-----

– Foi enviada via Edoc à Câmara Municipal de Viseu a Ata da Sessão Ordinária da AM de 10-11-2014, aprovada na Sessão Ordinária da AM de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal a Sua Exa. o Primeiro-Ministro de Portugal Dr. Pedro Passos Coelho a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal a Sua Exa. a Ministra da Justiça Dra. Paula Teixeira da Cruz a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal a Sua Exa. a Ministra de Estado e das Finanças Dra. Maria Luísa Albuquerque a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal a Sua Exa. a Presidente da Assembleia da República Dra. Maria da Assunção Esteves a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal ao Líder Parlamentar do PPD/PSD Dr. Luís Filipe Montenegro C. de Moraes Esteves a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal ao Líder Parlamentar do PS Dr. Eduardo Ferro Rodrigues a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal ao Líder Parlamentar do CDS/PP Dr. Nuno Magalhães a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----

– Foi remetida via postal ao Líder Parlamentar do PCP Dr. João Oliveira a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----



- Foi remetida via postal ao Líder Parlamentar do Bloco de Esquerda Dr. Pedro Filipe Soares a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a todos (as) Presidentes das Assembleias Municipais do País a Moção relativa ao Combate à Corrupção aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a Sua Exa. o Primeiro-Ministro de Portugal Dr. Pedro Passos Coelho a Moção relativa ao Museu Grão Vasco aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a Sua Exa. o Secretário de Estado da Cultura Dr. Jorge Barreto Xavier a Moção relativa ao Museu Grão Vasco aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a Sua Exa. a Presidente da Assembleia da República Dra. Maria da Assunção Esteves a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal ao Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, Dr. Luís Filipe Montenegro C. de Moraes Esteve a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal ao Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PS Dr. Eduardo Ferro Rodrigues a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal ao Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Dr. Nuno Magalhães a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal ao Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PCP, Dr. João Oliveira a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal ao Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do BE, Dr. Pedro Filipe Soares a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal à Exma. Senhora Líder do Grupo Parlamentar do PEV, Dra. Heloísa Apolónia a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a Sua Excelência o Ministro da Saúde Dr. Paulo Macedo a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal Dr. Pedro Passos Coelho a Moção relativa ao Centro Hospitalar Tondela Viseu aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----
- Foi enviada via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu ofício referente ao Voto de Louvor pelo Centenário da Papelaria Costa aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 27-02-2015.-----
- Foi enviada via postal ao Presidente da Associação Comercial do Distrito de Viseu ofício referente ao Teor do Voto de Louvor pelo Centenário da Papelaria Costa aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 27-02-2015.-----
- Foi enviada via postal ao Gerente da Papelaria Costa ofício referente ao Louvor pelo Centenário da Papelaria Costa aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 27-02-2015.-----
- Foi enviada via postal ao Exmo. Sr. Alfredo Costa ofício referente ao Louvor pelo Centenário da Papelaria Costa aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 27-02-2015.-----
- Foi remetida via postal a Sua Exa. o Ministro da Economia Mestre António Magalhães



**Pires de Lima a Moção “ Pela Requalificação do IP3, Sem Portagens” aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----**

**– Foi remetida via postal a Sua Exa. o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações Dr. Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro a Moção “ Pela Requalificação do IP3, Sem Portagens” aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----**

**– Foi remetida via postal à Exma. Sra. Presidente da CCDRC Dra. Ana Abrunhosa a Moção “ Pela Requalificação do IP3, Sem Portagens” aprovada por unanimidade na Sessão de 27-02-2015.-----**

**– Foi enviado via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu ofício referente ao Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Jorge Braga da Costa aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 27-02-2015.-----**

**– Foi enviado via postal à Família do Exmo. Sr. Jorge Braga da Costa Voto de Pesar aprovado por unanimidade na Sessão da AM de 27-02-2015.-----**

**– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local Deliberação e Certidão referente à alteração da designação da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador.-----**

**– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local Deliberação e Certidão referente à alteração da designação da União das Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto.-----**

**– Foi enviado via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu documentos referentes ao Pedido de Parecer à CCDR.-----**

**– Foi enviado via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu agradecimentos pela colaboração prestada pelo Município de Viseu na X edição da Assembleia Municipal Infantil.-----**

**– Foi remetido via postal agradecimentos às entidades que colaboraram na X edição da Assembleia Municipal Infantil.-----**

**– Foi enviado para conhecimento aos Grupos Municipais email relativo a Convite para Audição sobre o Regime Jurídico do Transporte de Passageiros remetido pelo Grupo Parlamentar do PCP.-----**

**– Foi remetido para conhecimento via correio eletrónico aos Grupos Municipais email do Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide no qual dá conta da disponibilidade dessa Junta de Freguesia acolher as Comemorações do 25 de Abril.-----**

**– Foi remetido para conhecimento via correio eletrónico aos Grupos Municipais email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao PJI “Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água”.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz, para o dia 20-04-2015, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz, para o dia 20-04-2015, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros foi informado para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Foi enviado para conhecimento via correio eletrónico aos Grupos Municipais o documento remetido pelo Tribunal de Conta via postal referente ao Despacho Judicial nº3/2015-EC - 9ª Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - Lei nº98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei nº20/2015, de 9 de março.-----**

**– Foi remetido para conhecimento via correio eletrónico aos Grupos Municipais email do Grupo Parlamentar do PCP relativo Projeto de lei que Altera o regime de Renda Apoiada garantindo um valor de renda mais justo e acessível.-----**



- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015.- Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015.-----
- Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----
- Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal do Centro, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 20 de abril de 2015.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro, para o dia 20-04-2015, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro, para o dia 20-04-2015, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Foi remetido Via EDOC à Câmara Municipal de Viseu documentos respeitantes à Revisão Legal de Contas do Município de Viseu e dos (SMAS) Serviços Municipalizados de Água e Saneamento enviados a esta AM pela “ FPC, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados”.-----
- Foi remetido via email para conhecimento aos Grupos Municipais documentos respeitantes à Revisão Legal de Contas do Município de Viseu e dos (SMAS) Serviços Municipalizados de Água e Saneamento enviados a esta AM pela “ FPC, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados”.-----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, cumprimentava também os Senhores Jornalistas, todos os Cidadãos que assistem a esta Sessão, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Fui informado pelos serviços que temos quórum e por isso podíamos começar a iniciar a Sessão. Informava também que o Dr. João Cotta, Primeiro Secretário da Mesa não pode comparecer a esta Assembleia por motivos profissionais pelo que terá que ser substituído na Mesa e assim solicitava à Dra. Cristina Paula que assumisse o lugar de Primeira Secretária da Mesa e a Dra. Filipa que assumisse o lugar de Segunda Secretária de modo a termos a Mesa constituída. Informava também à Assembleia que o Deputado Carlos do Vale Martins do Grupo Municipal do PS mantém a suspensão de mandato iniciada em 23 de fevereiro pelo período de noventa dias e encontra-se substituído desde aquela data pelo Senhor José Paulo Vila Chã Cavaleiro. Também o Deputado António Rafael Amaro do mesmo Grupo Municipal solicitou a sua substituição, sendo hoje substituído pela Dra. Adelaide Modesto. A Deputada Maria da Graça Canto Moniz do Grupo Municipal do CDS/PP solicitou também a sua substituição, tendo sido hoje substituída pelo Senhor Eng.º Gonçalo Calheiros. Informava também que se realizou no passado mês de março o XXII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e estando em representação da Assembleia Municipal conforme previsto nos estatutos daquela entidade, o Presidente da Mesa e o representante das Juntas de Freguesia e que tem vindo a realizar-se o período de audiência do público com periodicidade mensal, sempre na primeira segunda-feira de cada mês e que excecionalmente em abril foi no dia 13 em virtude da coincidência do dia fixado ser segunda-feira de Páscoa. Também com a concordância de todos os Grupos Municipais realiza-se no próximo sábado dia 25 a Sessão Extraordinária e Comemorativa do XLI Aniversário do



25 de Abril. Acolhe esta iniciativa a Junta de Freguesia de Povolide, decorrendo a Sessão no Centro Paroquial de Povolide que desde já agradecemos toda a colaboração e disponibilidade da Junta de Freguesia e também do Centro Paroquial. Às 9 e 30 realiza-se uma cerimónia de reconhecimento do papel do Regimento de Infantaria nº14 no 25 de Abril, agradecendo-se desde já a presença de todos nessa cerimónia às nove e meia. Pelas 21 e 30 haverá na Aula Magna do IPV do Instituto Politécnico de Viseu uma sessão especial do filme Linha Vermelha estando presente o seu realizador que estará disponível para o debate que precede a projeção. Como é óbvio, a entrada é livre, estão convidados todos os Senhores Deputados e pensamos que é muito importante, até pelo aspeto simbólico deste filme e pela presença do realizador que inclusivamente foi um filme que teve reconhecimento em termos até internacionais. Dava também mais algumas informações, nós por uma questão de sensibilização de todos os Grupos Municipais para a questão dos tempos, iremos enviar quer aos Grupos Municipais, quer à Câmara o conhecimento depois desta Assembleia e iremos fazê-lo depois em todas as Assembleias, o conhecimento dos tempos que cada grupo teve, que a Câmara também teve e que a Mesa teve na perspetiva de um maior rigor em termos da utilização dos tempos de todos. Muitas vezes as próprias pessoas não têm uma noção precisa do tempo que utilizam e por isso, por uma questão de total transparência e também de sensibilização, nós iremos enviar a todos esses tempos. Também informar que tem sido sempre um procedimento da Mesa de que perante dúvidas solicitadas, solicita sempre pareceres, na perspetiva, pareceres que nalguns casos são pareceres tutelares, nomeadamente os pareceres à CCDR Centro e por isso, houve dúvidas durante algum tempo sobre Propostas de Recomendação e às vezes essas Propostas de Recomendação eram apresentadas e tinham a ver com as competências do Executivo Camarário e por isso foi inicialmente pedido um parecer à Associação Nacional dos Municípios e entendemos, porque continuava a solicitar e a haver dúvidas, nós solicitámos à CCDR Centro que é a entidade tutelar, solicitámos um parecer em relação a essas Propostas de Recomendação e acabaram as dúvidas já que o parecer era taxativo na sua interpretação, com algumas nuances vinha ao encontro um pouco do parecer da Associação Nacional dos Municípios, tinha algumas nuances e que dizia que não poderiam ser postas à discussão e à votação Propostas de Recomendação que tivessem a ver com as competências do Executivo. Também surgiram dúvidas e solicitámos parecer que também foram divulgados e dado conhecimento a todos, aí já numa interpretação diferente que era, se podiam ser apresentadas Propostas de Alteração, não é de Recomendação, Propostas de Alteração às Propostas da Câmara sendo a competência da Assembleia e de acordo com a Lei e até foi um parecer rápido da parte da CCDR Centro, a CCDR Centro rapidamente disse, leiam a Lei, no fundo que era uma Lei de 2013 e por isso leiam a Lei e a leitura da Lei é simples, nós já sabíamos, já tínhamos consciência dessa leitura em que os Membros da Assembleia em propostas da Câmara podem nesta Assembleia apresentar Propostas de Alteração que são discutidas e votadas. Por isso, estamos perante duas situações que são diferentes, são situações diferentes, uma é uma Proposta de Recomendação às competências do Executivo outras são Propostas de Alteração, nas competências da Assembleia, propostas do executivo nas competências, e por isso é este o procedimento que temos tido, perante dúvidas pede-se o parecer e funcionamos depois de acordo com esse parecer. Também propunha que todas as deliberações tomadas no Período de Antes da Ordem do Dia e na Ordem dos Trabalhos sejam aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata conforme o preceituado nos nº3 e nº4 do Art.º57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação consubstanciado pelo nº4 do Art.º 58 do Regimento em vigor nesta Assembleia Municipal, bem como as Propostas, Moções aprovadas também no Período de Antes da Ordem do Dia. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovada por unanimidade.* Por isso, todas as propostas são aprovadas em minuta. Em seguida iríamos proceder à apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2015. Algum dos



Senhores Deputados quer usar da palavra sobre a Ata? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra, colocaria à votação. Quem Vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por filas, 1ª fila, 2ª fila, 3ª fila, 4ª fila, 5ª fila, 6ª fila, última fila, estão presentes neste momento quarenta e três Deputados e por isso foi aprovada com trinta e sete votos a favor (37) votos a favor e seis (6) abstenções, quarenta e três Deputados. -----

Pedia também aos Senhores Deputados quem quer intervir no Período de Antes da Ordem do Dia que apresentassem as listas. Já tenho aqui a lista de intervenções do Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal do PS, também da CDU e antes também de iniciarmos esse Período de Antes da Ordem do Dia e dar a palavra aos Senhores Deputados, também recordar que os Membros da Assembleia, de acordo com a obrigação do cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas nº14 de 2011 que diz: “todos os processos devem ser instruídos com deliberações de órgãos colegiais, deve ser remetida cópia (isto já é de 2011) da ata da reunião do órgão em que foi tomada, devendo o documento conter a clara identificação dos membros presentes, bem como a menção da data da reunião e o sentido da deliberação de cada participante e eventuais declarações de voto.” Por isso, recordar de que as votações são sempre registadas com a clara identificação dos membros presentes e o sentido da sua deliberação e que essas deliberações conforme têm visto, fazem sempre parte da ata, e são anexas à mesma, por isso, recomendar a todos que não se ausentem, e pedimos essa colaboração da sala durante as votações.-----

Dava a palavra ao Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros desta Assembleia, Público em geral, Comunicação Social. O mundo assistiu há dois dias a mais uma trágica notícia, onde pelos últimos dados terão sido cerca de mil seres humanos que perderam a sua vida na travessia entre o Continente Africano e o Continente Europeu. Estamos a falar de seres humanos que devem da nossa parte merecer todo o respeito e consideração como se fosse um de nós e que estão obrigados a fugir da morte e que infelizmente têm encontrado a morte. Nos últimos anos estima-se que esse número já é superior a vinte e cinco mil. Eu penso que são números demasiado dramáticos e segundo as últimas notícias, penso que neste momento a nível das mais altas instâncias estão reunidos efetivamente para tomar medidas concretas e eficazes que efetivamente venham evitar a perda de mais seres humanos. Somos uma Assembleia Municipal com responsabilidades concelhias mas não podemos deixar de ter uma mentalidade e uma preocupação com questões que sendo deste planeta também são nossas, e por isso em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata propunha que esta Assembleia Municipal guardasse um minuto de silêncio em homenagem a estes seres vivos que têm perdido as vidas à procura, não de um mundo melhor para melhor as condições, mas de onde fogem de uma morte certa e que grande parte das vezes acabam por encontrar uma morte de formas diferentes. Era essa a proposta que queria aqui deixar. Muito obrigado.--

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Iriamos então, se todos tivessem de acordo fazer esse minuto de silêncio está bem? (Fez-se um minuto de silêncio).-----

Tem a palavra a Deputada Joana Ferreira.-----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA JOANA PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Público presente.-----

Considerando que o modelo de tarifário de águas e saneamento não sofre qualquer alteração há bastante tempo e que está notoriamente desajustado da realidade, a Câmara Municipal de Viseu aprovou em 9 de Abril de 2015, para consulta pública imediata, o projeto de um novo tarifário de água e saneamento das Águas de Viseu com o intento de



adaptar o tarifário às recomendações e alterações legais aprovadas na Deliberação n.º 928/2014 de 15 de abril da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).-----

Atendendo a que serão feitas várias alterações ao novo tarifário das Águas de Viseu, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, se nos pode esclarecer se com estas mudanças estão salvaguardados os interesses dos mais carenciados, daqueles que têm menores rendimentos e das famílias numerosas. Gostaria também saber se nos pode elucidar igualmente em relação a outros critérios que possam ter sido seguidos na definição do novo regulamento do tarifário.-----

Aproveito ainda para manifestar, que qualquer alteração que se faça, não tenha só em conta o caráter económico e social no presente mas também a criação de incentivos a longo prazo tanto para as empresas como para aqueles que desejem fixar-se e constituir família na nossa cidade, para que Viseu continue a ser a melhor cidade para se viver. Obrigada.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Eu tenho duas coisas, a primeira é a apresentação de uma Moção, mas eu diria que talvez fosse votada no fim para evitar problemas.-----

Morreu, na passada 6ª feira, dia 17 de Abril, José Mariano Gago. Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, Presidente do Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, por ele fundado em 1986, Conselheiro Especial do Diretor-Geral da Agência Espacial Europeia e membro da Administração do INSERM, o maior centro de investigação biomédica da Europa, era um reputadíssimo cientista, que começou a sua brilhante carreira científica no CERN, Organização Europeia de Pesquisa Nuclear, tendo sido também Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Era também um político interventivo, começando por ser Presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico em 1969/70, o que lhe valeu a perseguição da PIDE e a necessidade de se exilar em França, donde só regressou depois do 25 de Abril. Veio a ser Ministro da Ciência e Tecnologia dos Governos do Eng.º António Guterres, entre 1995 e 2002 e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior nos Governos do Eng.º José Sócrates, granjeando a admiração não só dos seus correligionários como dos seus adversários pelo impulso que deu ao avanço da investigação científica no nosso País, nomeadamente pela criação dos Centros de Ciência Viva e do Pavilhão do Conhecimento em Lisboa, patrocinando e incentivando a internacionalização da nossa investigação, colocando Portugal a par da comunidade científica internacional.-----

Em reconhecimento das suas qualidades, de renomado cientista e ímpoluto cidadão, a comunidade científica e académica nacional fará, em sua homenagem, uma paralisação de 5 minutos, hoje a partir das 12 horas.-----

Em reconhecimento da justeza de tal homenagem, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a seguinte Moção:-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão de 20 de Abril de 2015, associa-se à homenagem da comunidade científica e académica nacional ao Professor Engenheiro José Mariano Gago, falecido a 17 de Abril de 2015, observando um minuto de silêncio às 12 horas de hoje.-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara.-----

No último ano, em diversas intervenções públicas demonstrou Vossa Excelência a “ansiedade” para que as candidaturas ao PORTUGAL 2020, e os respetivos financiamentos comunitários, se iniciassem.-----



Sublinhe-se, matéria que lhe é particularmente cara, esperando-se de si conhecimento e competências particularmente significativas, atendendo a cargos governamentais anteriormente desempenhados.-----

Ultrapassado o vulgarmente designado “estado de graça”, em larga medida, o atraso no PORTUGAL 2020 contribuía para que, Vossa Excelência justificasse implicitamente os resultados pouco expressivos no terreno da sua “Estratégia” política de promoção do desenvolvimento social e económico do município.-----

Entre as candidaturas a submeter ao PORTUGAL 2020, sobressaía a candidatura ao programa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).-----

O VISSAIUM 21 - Valorizar PESSOAS, impulsionar ATIVIDADES, integrar TERRITÓRIOS, meritoriamente, tinha no centro as pessoas e como principais focos a inclusão e o empreendedorismo social, com base num acordo de parceria entre 20 entidades públicas e privadas em consórcio (juntas de freguesia de Ranhados, Rio de Loba e de Viseu, as associações comercial e empresarial, estabelecimentos de ensino, o estabelecimento prisional e entidades que trabalham na área social, entre outros). Pretendendo as suas linhas de intervenção o combate ao desemprego, à pobreza, à exclusão em bairros de habitação social e ao abandono escolar e o desenvolvimento da economia e da inovação social. De facto, saúdam-se estes princípios.-----

Refira-se que o Conselho Empresarial da Região de Viseu (CERV) assumiu a presidência do comité de gestão desta parceria.-----

Na apresentação do VISSAIUM 21 o Sr. Presidente afirmava que *“se Viseu quer defender o seu estatuto de 'melhor cidade para viver', já não o poderá fazer 'pelo lado das infraestruturas e do 'hardware', mas pelo investimento nas pessoas, nos territórios enquanto realidades humanas, económicas, sociais e culturais'”*. Dizia ainda: estar convencido de que *“esta é uma candidatura vencedora ao Portugal 2020”, uma vez que tem “uma estratégia forte, atual e relevante” e “uma estrutura de parceria que lhe confere toda a credibilidade”*.--

Eis senão quando, na semana passada, tivemos a dececionante notícia de que a supracitada candidatura de Viseu na proposta de decisão relativa ao processo de Pré-qualificação de candidaturas ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Concurso n.º2/2014 – 1.ª fase de pré-qualificação de candidaturas, teve, liminarmente, a seguinte proposta de decisão:-----

- Não reúne as condições para ser qualificada para a 2.ª fase do concurso.-----

É de realçar que na vertente rural a candidatura da ADDLAP – *Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, Dão, Lafões e Alto Paiva* - passou esta fase, reunindo as condições para ser qualificada para a 2.ª fase do concurso.-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Viseu começa mal a tão almejada e propalada candidatura a fundos comunitários PORTUGAL 2020.-----

O facto de 56% das candidaturas apresentadas a nível nacional ao programa DLBC terem sido chumbadas não nos serve de consolo.-----

Este era um instrumento financeiro fundamental da sua “Estratégia” governativa do município de Viseu, que agora sofre um “rombo”.-----

O que representa este facto na sua estratégia de investimento no concelho?-----

O que falhou no desenho da candidatura? Porque é que a instrução do dossiê de candidatura não reuniu as condições para ser qualificada para a 2.ª fase do concurso?-----

Que plano de contingência foi estabelecido para ultrapassar este contratempo impactante na “estratégia” de desenvolvimento local traçada pela Câmara em concertação com agentes locais?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Púnhamos em discussão no fundo este Voto de Pesar a que nos associamos em relação ao falecimento do Professor José Mariano Gago e púnhamos à discussão a proposta que foi apresentada de que “a Assembleia Municipal reunida em Sessão de 20 de abril, se associasse à homenagem da Comunidade Científica e Académica Nacional, ao Professor Engenheiro José Mariano



Gago falecido a 17 de abril de 2015 observando um minuto de silêncio às 12 horas de hoje. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Às 12 horas então faremos esse minuto de silêncio.-----

Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, muito bom dia a todos, muito bom dia a todas. Trago, dada a aproximação do Dia Internacional do Trabalhador, uma saudação que vou passar a ler.-----

No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral reivindicando o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Os reflexos internacionais desta importante luta determinaram a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador.-----

Celebrar o 1º de Maio é não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e dos seus representantes.-----

As medidas de austeridade impuseram o aumento do empobrecimento, a redução de salários e pensões, o aumento do custo de vida, o aumento do desemprego e da precariedade e a fragilização das relações de trabalho também no nosso concelho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.--- Celebrar o 1º de Maio é lutar pela concretização desses direitos, é afirmar o direito à dignidade de todos os trabalhadores.-----

A Assembleia Municipal de Viseu reunida em 20 de Abril de 2015:-----

1 - Saúda todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos;-----

2 - Apela à participação dos trabalhadores, trabalhadoras e população em geral nas comemorações e manifestações do 1º de Maio em Viseu;-----

Trago também um Requerimento que passo a ler.-----

Considerando o compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Câmara, em 18/09/2014 (Apresentação do programa “Viseu Viva”), que cito “...assumo o compromisso de constituir uma Comissão de Acompanhamento do VISEU VIVA, onde terão assento os principais atores económicos, sociais, culturais e associativos do Centro Histórico. Será uma comissão para monitorizar e vigiar a implementação do programa, mas também para convocar e responsabilizar parceiros.”;-----

Tendo em conta as declarações aqui proferidas na sessão ordinária de 10 de Novembro de 2014 pelo Sr. Presidente do executivo, cito, “(...) Comissão de acompanhamento(...) já fez a sua primeira reunião na sexta-feira e fará as reuniões que forem necessárias exatamente para acautelar os diferentes interesses em presença, entre os moradores, os bares, os restaurantes, os hotéis, enfim, os diferentes protagonistas do Centro Histórico em que por vezes se nós nos pusermos só a olhar para o nosso umbigo e só para os nossos interesses, é difícil encontrar uma solução. Portanto, vamos ter que encontrar soluções equilibradas para as diferentes situações (...) ”;-----

Atendendo ao fato de que, desde essa data, surgiram a público dois abaixo assinados e uma petição, de carácter antagónico, que reclamam a intervenção do executivo camarário na conciliação de interesses em conflito permanente e latente;-----

Ouvindo as partes interessadas que reclamam desconhecer a constituição bem como o trabalho dessa comissão;-----

Reiterando as questões aqui colocadas por nós (cf. Sessão Ordinária de 10 de Novembro de 2014) e que não obtiveram resposta objetiva e fatual da parte do executivo camarário;- Conscientes da relevância que esta matéria assume na preparação da candidatura do Centro Histórico à classificação da Unesco;-----



Nos termos legais e regimentais aplicáveis, requeiro a V. Excelência, que através do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos seja prestado o seguinte esclarecimento:-----

1. Que critérios presidiram à constituição desta Comissão?-----
2. Quem nominalmente faz parte dela e em representação de que entidade?-----
3. Qual o trabalho desenvolvido por esta comissão até hoje;-----
4. Quem e onde pode aceder ao conteúdo das atas que registam o trabalho desenvolvido por essa comissão?-----

Trago ainda uma Moção que passarei então a ler.-----  
“Em Defesa da Água Pública”-----

Considerando que:-----

O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas de 28 de julho de 2010.-----

Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o acesso a água potável e saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida, apelando a que os Estados aumentem esforços com vista a assegurar o acesso físico à água potável e saneamento em termos economicamente comportáveis para todos.-----

Já em novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais reconheceu que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento.-----

O facto de serem serviços essenciais à vida aconselha que a sua gestão seja assegurada por entidades públicas e politicamente responsáveis perante os eleitores, garantindo assim o mais amplo escrutínio público das políticas do setor e a efetiva concretização do Direito Humano à água e ao saneamento.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 20/04/2015, delibera:-----

1 – Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao carácter de Direito Humano à Água e ao Saneamento.-----

2 – Denunciar como um atentado aos interesses dos munícipes e ao poder local toda e qualquer medida tendente a promover a privatização destes sectores.-----

Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Eu chamava à atenção novamente para os tempos, nomeadamente da parte do Partido Socialista ainda estão quatro pessoas inscritas, era só chamar à atenção, e também dizer à Senhora Deputada que a Mesa foi tolerante. Era só chamar a atenção a todos mas, comprometemo-nos no futuro enviar a todos os tempos desta Assembleia Municipal. Temos aqui, poderemos considerar uma saudação, uma proposta, uma Moção que é de saudação, por isso está em discussão, que é “A Assembleia Municipal de Viseu reunida em 20 de abril, saúda todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos, apela à participação dos trabalhadores e população em geral nas comemorações e manifestações do 1º de Maio em Viseu. Está em discussão esta, no fundo Saudação/Moção. Não havendo inscrições... dava a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves.-----

----- CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES HENRIQUES (PPD/PSD): Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Eu só queria que fosse clarificado aqui relativamente às comemorações do 1º de Maio, se é um apelo à participação nos eventos organizados pela CGTP? Se assim for, gostaríamos que fosse retirado isto e que se apelasse a que todos os trabalhadores participassem em qualquer iniciativa realizada nesse dia para esse âmbito, porque o que parece que com esta Moção se quer fazer aprovar aqui é um apelo à



participação num evento organizado por um sindicato, neste caso por uma federação sindical e não é o nosso entendimento que um cidadão seja obrigado a participar em qualquer manifestação organizada por uma qualquer organização sindical e nesse sentido ter a liberdade de poder escolher e participar da forma que assim entender. É só isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Carlos Vieira tem a palavra. Em relação ao requerimento ele será encaminhado para o Executivo, não tem discussão aqui.--

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora, Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente, Funcionários em exercício. O Bloco de Esquerda não podia deixar de se associar a esta Moção que ouvimos com muita atenção, pelos vistos ao contrário do que aconteceu com o Deputado Pedro Alves, na medida em que a Moção é clara, faz um apelo no ponto final de participação nas comemorações do 1º de Maio em Viseu. Sendo certo que tradicionalmente a CGTP organiza as comemorações em Viseu, eu creio que a UGT que está aqui bem representada, (já não está, peço desculpa), mas que está bem representada em Viseu, certamente que certamente, presumo eu também que organizará comemorações do 1º de Maio, mal seria se uma organização que se diz dos trabalhadores não comemorasse o 1º de Maio que já era comemorado no fascismo de forma até clandestina mas que não deixava de ser comemorado, pelo que face ao significado desta data, que de facto é um significado de muitos anos, mais de um século de lutas, acho que merece o apoio e a solidariedade de todos os que dignificam o mundo do trabalho e a dignificação dos trabalhadores. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia Municipal. Deputado Carlos Vieira, eu já mais do que uma vez deixei aqui bem presente, eu já faço parte desta Assembleia Municipal há muitos anos e sempre fiz um esforço, e sempre concretizei fazer a separação das águas, estou aqui como Membro do Partido Social Democrata, a minha vida pessoal, a minha vida profissional ou toda a outra, nunca a trouxe nem daqui tentei tirar mais-valias relativamente a essa situação, portanto, pedia que de uma vez por todas a não ser que as minhas intervenções não correspondam aquilo que eu digo, que efetivamente não fosse feita essa colagem, porque me obriga a vir aqui, porque falou numa estrutura a qual tenho a honra obviamente de presidir e que não querendo falar, acabo por ter de explicar que cada um tem a sua metodologia e já agora, a estrutura tem uma metodologia de vários autocarros de pessoas de Viseu que se vão concentrar nas comemorações nacionais no Palácio de Cristal nesse mesmo dia. Portanto, não é uma atividade em Viseu, é fora de Viseu, com as pessoas de Viseu do país inteiro, portanto, em união, todos juntos, e por isso mesmo, esta Moção aqui apresentada parece e porque quem não quer ser lobo não lhe veste a pele não é, parece que tem uma certa tendência. Por isso, é extremamente simples, se esta questão do apelar à participação no que acontece no Concelho de Viseu, se puser, apelar à participação em todas as participações em prol do 1º de Maio, parece que não fica dúvida rigorosamente para ninguém, ok? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dra. Filomena Pires tem a palavra.-

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito brevemente para dizer, o facto de eu ser dirigente de um sindicato da CGTP também não cola de forma nenhuma só por si a minha presença nesta Assembleia à CGTP. Não há efetivamente qualquer referência na minha perspetiva aqui a comemorações que sejam da responsabilidade da CGTP, no entanto, como de facto



entendemos que esta saudação é demasiado importante, não tenho qualquer tipo de problema em ajustar o texto à proposta do Deputado Teodósio.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Certo. Então ficaria assim se concordarem:-----

A Assembleia Municipal de Viseu reunida em 20 de Abril de 2015:-----

1 - Saúda todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos;-----

2 - Apela à participação dos trabalhadores, trabalhadoras e população em geral nas comemorações e manifestações do 1º de Maio. Certo?-----

Não havendo mais inscrições. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Depois pedia à Senhora Deputada para assinar esta alteração. Mas depois no final.-----

Está em discussão uma outra Moção, que é a Moção “Em Defesa da Água Pública”. Quem quer inscrever-se? Tem a palavra o Senhor Deputado.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Público. Aquando da mudança do nome de SMAS para Águas de Viseu e da anunciada mudança do edifício do SMAS para o edifício na Rua do Comércio, o Partido Socialista já questionou o Senhor Presidente se isto não poderia ser o embrulho para uma eventual privatização da água. Na altura, o Senhor Presidente referiu que não, não pondo de parte eventualmente no desenho da gestão das Águas de Viseu eventualmente consórcios e outro tipo de associações de âmbito municipal, mas, relativamente à privatização parece que foi perentório, aliás não se esperaria outra coisa porque verdade seja dita, Viseu ao nível da água tem qualidade, tem quantidade, os preços são bons em termos nacionais e portanto, não há que mexer naquilo que a este nível tem ao longo dos muitos anos corrido bem, não falo em termos de saneamento que aí há graves problemas mas ao nível do abastecimento de água é isto que acontece. É só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma inscrição? Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O Bloco de Esquerda não podia deixar de estar de acordo com esta Moção porque a questão da água pública é uma questão importante, o acesso à água é um direito humano, está reconhecido como tal, é um bem escasso e vital para a vida humana, há milhões de pessoas que não têm acesso à água potável e, em todos os países onde se efetuou o processo de privatização ou em muitos destes países onde se efetuou o processo de privatização da água, já se chegou à conclusão que ele foi nefasto para a qualidade da água e para as populações e até para o acesso à água uma vez que o custo para o consumidor aumentou consideravelmente, daí que, em muitos destes países se tenha efetuado a reversão deste processo e se tenha procedido à renacionalização da água. Desta forma eu estou confiante que no compromisso do Senhor Presidente da Câmara de que, não estava no seu espírito, nunca passou pela sua cabeça encetar este processo e, se algum dia alguém o encetar terá a oposição firme e veemente do Bloco de Esquerda e estou certo de toda a população do nosso concelho. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os restantes Membros da Mesa, dizer-lhe que está muito bem acompanhado hoje,



cumprimentar o Executivo Municipal e os Senhores Vereadores, cumprimentar também a restante Assembleia Municipal, Público e Funcionários. Sobre a matéria da privatização da água, nós queremos dizer que apoiamos sobretudo a mudança do nome que o Senhor Presidente fez e não nos causa qualquer transtorno ou seja, mudar-lhe o rótulo de SMAS para Águas de Viseu tudo impecável, em relação à privatização obviamente que seremos contra porque acho que a água até ao momento tem sido bem administrada, tem havido um esforço de adequar os tarifários, demais a mais temos tido uma água de qualidade e que tem sido premiada, logo, entendemos que aquilo que está bem é para continuar na esfera do domínio público. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **DOZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa se me permitia dispensava-me dos cumprimentos para operacionalizar o tempo, para não gastarmos mais tempo. Eu penso que há aqui um problema que é um erro de Casting qualquer. Não está no Concelho de Viseu minimamente em discussão a privatização das águas ou está? Não está! Não existe! Ok! O que nós sabemos da água de Viseu é que temos a água mais barata do país, a metade do preço de muitos concelhos do Distrito de Viseu e de Distritos aqui ao lado. O que nós sabemos é que é uma água que tem sido sistematicamente premiada pela sua qualidade, isto é o que nós sabemos da água de Viseu. Ainda sabemos mais qualquer coisa, sabemos que vai haver boas novidades a serem apresentadas em termos futuros pela autarquia e até já houve aqui uma intervenção, uma colega de bancada minha relativamente a essa matéria, sabemos isso tudo, Agora, estamos aqui a criar e a inventar factos e a antecipar factos? Por amor de Deus, no dia em que isso estiver em discussão, estaremos a discuti-lo. Portanto, não é uma questão de concordar ou discordar desta Moção, a Moção não faz sentido, está na ordem do dia em alguns concelhos, mas não no concelho de Viseu, portanto, há aqui um erro de casting, se calhar o email veio para Viseu quando devia ter ido para um outro qualquer distrito e obviamente que perante esta matéria, independentemente do conteúdo da Moção o Partido Social Democrata obviamente que não poderá votar favoravelmente e irá votar contra esta situação, por esta razão específica, porque não faz sentido estarmos a discutir essa questão neste momento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais alguma..., Dra. Filomena Pires.-----

----- **TREZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Duas palavras apenas para dizer que entendemos trazer aqui esta Moção porque efetivamente o debate está na agenda do país e não se isenta este concelho de também refletir as questões, para além do mais sabemos que foi recentemente dada informação e é apenas o que sabemos, nada mais do isto, foi dada a informação por parte do Executivo Camarário aos trabalhadores dos SMAS que será constituída uma empresa a partir dos SMAS, como não temos qualquer tipo de informação relativamente a isto, entendemos por bem chamar à Assembleia a discussão sobre esta matéria, naturalmente aguardaremos que a constituição dessa empresa com todos os pormenores que isso implica, consequências para os consumidores, consequências para os trabalhadores do SMAS, que tudo isso de facto venha à Assembleia e venha a ser discutido em pormenor, em todo o caso, pareceu-nos que efetivamente, dado que a questão está em debate a nível nacional, também este concelho poderia efetivamente tomar posição relativamente a esta matéria. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma inscrição? Não havendo inscrições iríamos proceder então à votação. Eu ia novamente ler a Moção. Não lia os considerandos.-----  
*A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 20/04/2015, delibera:-----*



*1 – Assumir a defesa da titularidade e gestão exclusivamente pública dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo ao carácter de Direito Humano à Água e ao Saneamento.*-----

*2 – Denunciar como um atentado aos interesses dos munícipes e ao poder local toda e qualquer medida tendente a promover a privatização destes sectores.*-----

A Senhora Deputada quer fazer alguma reformulação à Moção? Não! Então está em votação. Quem vota a favor da Moção? Quem se abstém? Quem vota contra? Onze (11) votos a favor, cinco (5) abstenções e Trinta e dois (32) votos contra, por isso foi rejeitada a Moção.-----

Eu gostaria de fazer uma intervenção de voto.-----

**- O Senhor Presidente da Mesa dirige-se ao púlpito e na qualidade de Deputado Municipal diz o seguinte:** Explicar também que eu também votei contra a Moção, considerando no entanto que é uma preocupação genérica a questão da água e por isso, inteiramente de acordo com os considerandos, inteiramente de acordo com a gestão pública mas, como é óbvio, não está conforme foi dito na agenda essa situação e, não estando na agenda, eu aproveitava para ficar na agenda desta Assembleia aquilo que foi, três parágrafos que li aquando do Dia do Município.-----

Outra decisão estratégica a realçar é a opção pela modernização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu mantendo a gestão municipal de um dos bens mais essenciais á vida humana, a água.-----

Este é um setor estratégico e por isso louvava quer este Executivo Camarário, quer os anteriores por manterem o modelo de gestão municipal sustentável em termos económicos e financeiros com uma água controlada e de boa qualidade, com tarifas aceitáveis quer para a água quer para o saneamento.-----

O SMAS, Águas de Viseu, (não há problema nenhum), é um bom exemplo de uma gestão pública eficiente, sustentável assente num modelo de planeamento eficaz e com um investimento de acordo com as necessidades da população. Viseu tem um bem, o SMAS, Águas de Viseu um elemento diferenciador que interessa preservar, potenciar, melhorar, modernizar e tornar cada vez mais eficiente, mas no domínio e gestão pública municipal. Por isso, foi esta uma intervenção que fiz no Dia do Município, é uma intervenção que faço questão que fique registada nesta Assembleia. Obrigado.-----

O Senhor Presidente da Mesa retoma o seu lugar.-----

Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

**----- CATORZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores, à Assembleia Municipal, ao Público e à Comunicação Social presente.-----

Nós assistimos recentemente ao desenrolar do concurso público “VISEU TERCEIRO” que colocou em saudável competição diga-se 90 candidaturas, todas elas com a sua pertinência.-----

Este Concurso de Apoio Direto à Cultura e Criatividade para o ano de 2015, além de promover equidade de oportunidades no acesso ao financiamento público, tem máxima relevância na preservação da cultura e no potenciar das atratividades de Viseu, criando impactos locais, nacionais e mesmo já alguns impactos internacionais.-----

Para um financiamento previsto na ordem dos 400 mil euros, foram apresentadas candidaturas multifacetadas que totalizaram um valor de cerca de 2,5 milhões de Euros, o que de si só diz já muito do sucesso desta iniciativa.-----

Das 90 candidaturas foi possível contemplar 16, sendo as de maior relevo ou maior destaque como já sabemos: Os Jardins Efémeros, o Festival de Música de Primavera, o Festival de Jazz, e por exemplo também o Viseu Rural.-----

Muitas outras organizações transversais ao movimento cultural e artístico mereceram apoio neste âmbito também. Por outro lado e complementando também o tema, foram



também recentemente celebrados contratos-programa de âmbito desportivo que contemplaram 31 instituições, 19 modalidades distintas e abrangendo cerca de 3500 atletas. Pela primeira vez apoia-se não apenas o desporto federado mas também o não federado em escalões jovens, apoia-se o desporto adaptado e incentiva-se a formação desportiva nas freguesias periurbanas e rurais.-----

É de relevar por isso a transparência nos apoios concedidos, o tratamento equitativo no acesso às oportunidades, bem como o facto de os apoios serem direccionados para quem efetivamente tem o esforço de realizar projetos culturais e desportivos.-----

Penso que fica patente desta forma que a cultura e o desporto têm lugar de relevo no concelho de Viseu e que o apoio Camarário não só se afigura como consequência da importância que lhes é atribuída, como também os impulsiona levando-os a evoluir e a projetar o concelho como um todo.-----

Julgo que se valorizou com esta iniciativa mais o “fazer” do que o “ser”, e com isto ganha o povo, ganhamos todos e julgo que estamos de parabéns, e a Câmara estará de parabéns com esta iniciativa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Cumprimento os Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. Eu tinha pensado fazer uma pequena intervenção sobre esta matéria no tempo do Senhor Presidente, mas já que o PSD trouxe o assunto à colação eu aproveito para dizer sobre essa matéria o seguinte:-----

-Não posso deixar de discordar que num concurso público sobre candidaturas culturais estejam em competição eventos que já são tradicionais em Viseu. Eu estou a falar concretamente dos Jardins Efémeros que irá para a sua quinta apresentação, eu estou a falar por exemplo do Festival de Música da Primavera que vai para a oitava edição ou para o Festival de Jazz, são de tal maneira arregiados na cidade que deveriam merecer um tratamento à parte. Isto é tão evidente quanto isto, este concurso abriu com 400 mil euros, os Jardins Efémeros, queixaram-se de que receberam pouco e receberam 125 mil, a isto somado o Festival de Música e Festival de Jazz, atira para mais de metade, o que significa que as outras candidaturas são prejudicadas por esta ausência de critério da Câmara, isto tem que ser à parte Senhor Presidente, é o nosso entendimento, mas, mais do que isso, é contemplado neste concurso o Centro Cultural e Distrital de Viseu, entidade que repetidamente aqui eu coloquei como sendo uma entidade que não merece qualquer tipo de apoio, não faz eleições, não se apresenta aos sócios, não apresenta o seu relatório e contas, Senhor Presidente da Câmara peço desculpa, enquanto cidadão eu exijo que o Executivo não entregue a essa entidade um cêntimo desde que eles não provem que estão a bem com o fisco, que tenham os seus impostos em dia e que esteja tudo correto. É uma entidade que não merece de facto que seja contemplada. Depois do que aqui foi dito, dos atropelos que essa associação faz, da completa ausência de trabalhos que apresenta, seja contemplada num concurso desta natureza. Portanto, em termos de transparência e de equidade, eu tenho muita pena mas não posso estar de acordo. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Tem a palavra o Deputado Alfredo Ribeiro.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES (PS):** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores, Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Está prestes a iniciar-se mais uma época de fogos, visto que a partir do momento em que aumenta a temperatura, há sempre a possibilidade de ocorrência de incêndios florestais como já aconteceu este ano aqui no nosso concelho.-----

As Juntas de Freguesia com manchas florestais muito extensas são seguramente das



Entidades que mais se preocupam e se empenham para evitar essas ocorrências. Aliás, eu lembro-me, por exemplo, que na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Junta de Côtã referiu um conjunto vasto de ações que levou a efeito. Penso que procedimentos iguais são adotados por outros Presidentes.-----

Sabemos também pela comunicação social que a GNR, em articulação com outras Entidades, nomeadamente com os Serviços Municipais de Proteção Civil de diversas autarquias, está a levar a efeito campanhas de sensibilização e fiscalização, no sentido de alertar as populações para a necessidade de efetuarem limpezas à volta das suas casas e informarem sobre os cuidados a ter quando fazem a realização de queimas e queimadas.

Estas ações estão a produzir bons resultados. De acordo com essa mesma comunicação social, são muitos os proprietários (numa percentagem elevada) que voluntariamente já estão a limpar os terrenos sinalizados, cumprindo a legislação em vigor e evitando assim algumas situações de risco.-----

Eu penso que esta seria uma boa medida a adotar em Viseu!-----

Os resultados do ano anterior foram bons e não se devem exclusivamente às condições climáticas, muito se devem também ao empenho dos bombeiros, sapadores florestais e a algumas medidas que as Autarquias foram tomando e que constavam certamente dos Planos Operacionais Municipais, elaborados pelas Comissões para a Defesa da Floresta.

Em Viseu, felizmente, as coisas também correram bem, mas temos de voltar a chamar à atenção para uma questão que já começa a ser antiga.-----

O POM (Plano Operacional Municipal) que existe, já é de há dois anos ou seja é do mandato anterior e não faz sentido, por exemplo, que os contactos que nele constam sejam o do anterior Presidente da Câmara e dos antigos Vereadores. Também não faz sentido que os contactos que nele constam sejam os dos anteriores comandantes do CDOS e do RIV 14 por exemplo. Não faz sentido que se houver necessidade de requisitar, por exemplo, uma máquina de rastros se contacte com uma empresa que, se calhar, já nem existe. Por outro lado, seria importante que se soubesse onde estão localizados os postos de vigia, os novos aceiros e os novos pontos de água, isto pode parecer um assunto de somenos importância, mas pode fazer a diferença entre um incêndio que se apaga rapidamente ou uma área ardida com muitos hectares.-----

Penso que estas e outras informações chegam a quem anda no terreno, aos Bombeiros, Sapadores Florestais e outros Agentes de Proteção Civil, mas deviam certamente constar do site da Câmara Municipal.-----

Aliás, se a informação por este meio parece ser uma preocupação do Executivo, porque é que não estão atualizados estes elementos relacionados com a Proteção Civil?-----

E já agora Senhor Presidente, que medidas foram tomadas até agora pela Autarquia, relativamente à época de fogos que se aproxima? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Lordosa.-----

----- **DEZASSETTE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social, Público. Eu só queria perguntar ao caro colega se a questão que colocou, portanto refere que no Concelho de Viseu não se estão a fazer essas ações com GNR? Percebi isso, não sei se foi isso que quis dizer. Posso-lhe dizer que ainda ontem a GNR esteve na minha freguesia pelas quinze horas numa sessão bem participada, das melhores que decorreu no concelho, e portanto, é uma preocupação nossa. Nós já sofremos na pele os incêndios, agora a mim até nem me preocupa tanto os incêndios, mas a questão não é só das limpezas, há o Estado também que tem que fazer a sua limpeza, as pessoas que estão no terreno também fazerem a sua limpeza, mas dizer que ainda ontem os técnicos da Câmara Municipal de Viseu e a GNR, estiveram em Lordosa a falar de queimas, de queimadas, de lixo e de tudo isso, e que eu agradeço muito à Câmara essa



possibilidade e portanto, penso quem está a decorrer noutras Freguesias, acho que será em Côta brevemente também, e já decorreu ali em Ranhados, portanto, é um processo que está a ser feito, se calhar não tão publicitado como deveria ser, mas está a ser feito e está a ser eficaz. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente. Eu vou ser comedido uma vez que só tenho quatro minutos e para não estar aqui a ler as coisas à pressa, trouxe só uma Moção que vou passar a ler:-----  
Considerando que:-----

1. A análise das tendências sociais na Europa revela que, no ano 2020, mais de um quarto da população será representada por pessoas de idade igual ou superior a 65 anos. As previsões do INE apontam para que, em 2050, Portugal seja o quarto país da União Europeia com maior percentagem de idosos. Esta tendência está de resto a verificar-se, sobretudo nas regiões do interior, onde Viseu aparece como uma ilha rodeada por territórios de baixa densidade populacional;-----

2. O Centro Histórico de Viseu, ou mais propriamente, o espaço configurado pelas antigas Freguesias de Santa Maria e de São José (ao contrário da antiga Freguesia de Coração de Jesus que tinha a maior densidade populacional no nosso concelho) viu a sua população diminuir e envelhecer;-----

3. O direito das pessoas idosas à plena cidadania, à igualdade de oportunidades, à participação no processo de desenvolvimento económico, social e cultural, que implica o acesso aos cuidados necessários, ao bem-estar e à qualidade de vida, nem sempre é respeitado pela ausência de um ou mais componentes da grelha de avaliação para cálculo do índice de qualidade de vida da Direção Geral de Saúde, a saber: isolamento/comunicação afetiva e social; mobilidade; atividade ocupacional; atividade lúdica; relação familiar; recursos económicos.-----

4. As respostas sociais previstas na Carta Social da Segurança Social, Centros de Dia, Centros de Noite, Lares de Idosos, Residências, (que agora tomaram outras designações) quase sempre da iniciativa de IPSS, ou obrigam os idosos a sair do seu meio sócio-familiar ou são caros para a maioria dos que deles necessitam e alguns ainda privam os idosos do contacto inter-geracional, guetizando-os e retirando-lhes autonomia.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão de 20 de Abril de 2015, delibera:-----

1 – Criar um grupo de trabalho com todos os partidos representados para estudar os meios e apoios necessários para a criação de um Centro Cívico Municipal que poderá ter outra designação, como, por exemplo, Centro Comunitário Municipal, ou Centro de Convívio Comunitário Municipal ou outra estrutura social de carácter comunitário, a instalar no Centro Histórico, num dos edifícios reabilitados e adquiridos pelo município ou noutros locais do centro da cidade, aberta a toda a comunidade, que permita aos idosos com autonomia física e psíquica a manutenção no seu meio sócio-familiar, o acesso a jornais, revistas, livros, televisão, filmes, computadores e internet, audição de música, convívio e ocupação de tempos livres, atividades e passeios culturais e recreativos, jogos e outras atividades físicas e cognitivas, organizadas e dinamizadas com a sua participação, mas acompanhadas por animadores sócio-culturais, técnicos de geriatria e outros, de modo a assegurar um processo de envelhecimento ativo, saudável e autónomo que permita desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, aprendizagem de novos saberes e relações interpessoais de qualidade, das quais depende muito a felicidade de qualquer ser humano, independentemente da idade.-----

2 – Este grupo de trabalho após o estudo das boas práticas existentes no país e no



estrangeiro e da auscultação de técnicos especializados e da população interessada apresentará uma Recomendação ao Executivo que apreciará a sua viabilidade.-----  
Já agora e acho que ainda tenho um minuto, dez segundos? Obrigado pela precisão. Este é um assunto que trago aqui porque o contacto com alguns moradores sobretudo no Centro Histórico, mostra-me que o problema é de facto candente e numa passagem por uma cidade da vizinha Espanha, eu fiquei surpreendido com idosos que estavam num jardim, uns jogavam xadrez, outros estavam a apanhar banhos de sol naquelas cadeiras articuladas de recosto, outros liam e ao lado havia uma barraquinha semelhante à que a Câmara tem aí no Rossio, de madeira, onde estava um técnico e que eu depois vim a saber porque questionei, do município, onde se guardavam os livros, os jornais, os jogos, etc., e surpreendentemente também havia crianças nesses espaços, aliás, num outro país vi uma vez um daqueles parques geriátricos que nós temos aí, chamam-se aqui parques geriátricos, acho que que se podiam chamar outra coisa, aqui se calhar não se chama isso, também acho que é pouco adequado, mas o termo técnico é parque geriátrico, mas eu vi, por acaso até num país preconceituosamente é considerado pouco evoluído, que é a Turquia, o meu filho esteve lá a fazer Erasmos e portanto aproveitei e fui lá, e vi um desses parques mesmo ao lado de um parque infantil, e havia os avós a fazer ginástica e os miúdos, os netos ao lado, e os pais também, e que eu achei um exemplo bastante interessante de relações inter-geracionais e como se pode favorecer esse tipo de relações. Pronto, era nesse sentido que eu trazia cá esta proposta. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Pronto, está aqui uma Moção, e esta Moção, julgávamos que fosse uma Proposta de Recomendação o que era óbvio, mas tem aqui uma situação que está à discussão, já que propõe a criação de um Grupo de Trabalho na própria Assembleia, por isso, está em discussão a criação desse Grupo de Trabalho e a discussão nomeadamente desta Moção. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. O preâmbulo desta Moção são dados factuais, todos nós os reconhecemos e estão perfeitamente identificados, só uma pequeníssima correção, é que quando se fala aí, quando se desce ao nível de Viseu nesse estudo que eu também li, estamos a falar de Viseu Distrito e não Viseu Concelho, portanto, em termos dessa situação a realidade no Concelho de Viseu felizmente é um bocadinho diferente do Distrito de Viseu. Relativamente à Moção propriamente dita obviamente que percebemos a boa-fé, a boa vontade, percebemos a situação, mas no fundo o que é aqui apresentada é a criação de um projeto e quer-se criar uma comissão para estudar e para fazer esse mesmo projeto, mas entretanto também é referido que há instituições no terreno, portanto, vamos tentar situar-nos. Neste momento não nos parece que haja um vazio de apoio à terceira e agora até se fala na quarta idade não é? As Instituições que estão no terreno, oficiais, privadas, IPSS, estão a desempenhar o seu papel, parece-nos numa boa articulação entre todos e a todos os níveis e penso que o Concelho de Viseu até poderá ser uma referência, poderá não, é garantidamente uma referência positiva em termos da saudável ocupação dos mais idosos nomeadamente até pela prática desportiva. A proposta da forma de prestar-se eventualmente mais um apoio, penso que é extremamente válida, não nos parece é que faça qualquer sentido um projeto desta envergadura estar aqui uma comissão, alguém desta Assembleia, que se calhar não é tão “doutorado” nessas matérias estar a propor criar, digamos que, um projeto que poderá partir da iniciativa privada, duma IPSS, duma autarquia, pode ser uma junta de freguesia, por isso custa-nos obviamente votar contra quando concordamos genericamente com tudo, exceto com a metodologia e por isso o que nós sugeríamos ao Bloco de Esquerda é que a retirasse como Moção mas que fizesse como intervenção para que não tivéssemos que votar porque não é esse verdadeiramente o nosso sentido de voto, mas esta metodologia também não será correta nem poderá ser dessa forma, a Assembleia obrigar entre aspas a Câmara agora a implementar este ou aquele mecanismo.



Portanto, há aqui uma inversão das situações. Era só isso que, diríamos que, fosse dada como uma ideia de um projeto a poder ser pegado pela iniciativa pública, privada e obviamente que contará com todo o apoio da autarquia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu ia sensibilizar o Bloco de Esquerda numa perspetiva. Estamos aqui numa zona “*Borderline*” ou seja, isto no fundo é uma Proposta de Recomendação, mas depois a única coisa que difere é que diz “*a criação de um grupo de trabalho tendo em vista a criação de um Centro Cívico Municipal*” e aí já passa a Recomendação. Por isso, aquilo que gostaríamos se fosse possível era que esta Moção se transformasse numa Proposta de Recomendação já que é uma situação “*Borderline*” em termos de, podemos votar um grupo de trabalho nesta área mas, a seguir todo o resto da Moção é uma Proposta de Recomendação que é a criação de um Centro Cívico, etc., etc., é uma Proposta de Recomendação. Deixaríamos à discussão neste âmbito se pretende ou não, ou se eventualmente está em discussão o grupo de trabalho somente e que púnhamos à votação.-----

Tem a palavra do Deputado Carlos Vieira.-----

----- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Então gostaria só de precisar, em primeiro lugar, no primeiro ponto da Moção é dito, aliás, não é no primeiro, é quando se refere a Viseu, aliás no primeiro ponto exatamente,” a tendência está a verificar-se, sobretudo nas regiões do interior, onde Viseu aparece como uma ilha rodeada por territórios de baixa densidade populacional”, de facto ainda há pouco tempo saiu um mapa num jornal e o interior está praticamente todo despovoado e Viseu, Concelho, aparece de facto como uma ilha, rodeado por territórios, o Senhor Deputado não percebeu a ideia, mas está claro. Sim a cidade, porque o resto do distrito é de baixa densidade populacional. Por outro lado, quando se propõe a criação de um grupo de trabalho, é precisamente porque no ponto quatro é dito, “As respostas sociais previstas na Carta Social da Segurança Social, nomeadamente Centros de Dia, Centros de Noite, Lares de Idosos, Residências, quase sempre da iniciativa de IPSS, ou obrigam os idosos a sair do seu meio sociofamiliar ou são caros para a maioria dos que deles necessitam e alguns ainda privam os idosos do contacto inter-geracional, guetizando-os e retirando-lhes autonomia”. Eu tenho até do ponto de vista familiar conhecimento e contacto com idosos que foram parar a Centros Dia, a Lares de Idosos e sinceramente a ideia que eu tenho é, mesmo nos lares que são considerados de topo de gama, há idosos que privados da sua autonomia, do seu habitat natural, do seu cantinho, se sentem profundamente infelizes. Olhem, até vou-vos dar um caso e nem vou referir porque é natural que a instituição até já tenha corrigido, não sei, até porque a idosa em causa até já faleceu. Uma familiar minha estava num Lar de Idosos aqui do Concelho, que tinha sido construído recentemente quando ela foi para lá e à entrada tinha o manual de boas práticas nomeadamente passeios, etc., portanto, para obrigar enfim, ao exercício físico, etc., ora, esses passeios deixaram de se fazer porque entretanto os utentes foram aumentando e a instituição não tinha quadros suficientes para andar a passear com alguns deles, ao ponto de, por exemplo essa minha familiar chegar a fugir porque era uma pessoa do campo que estava habituada a caminhar livremente, a dar os seus passeios até a uma idade bastante avançada e assim que podia escapulia-se e a instituição acabou por pôr um gradeamento com aquele sistema de fecho digital e aquilo parecia uma prisão e as pessoas ressentem-se, sentem-se infelizes. Portanto, aquilo que eu estava a propor ou quando se propôs um grupo de trabalho era exatamente porque eu acho que conforme é dito, a respostas sociais que existem atualmente não têm nada a ver com aquilo que eu acho que a gente podia conseguir, acho que podíamos dar uma resposta pioneira, porque não é só meter as pessoas numa caixa, era um Centro e por isso é que eu acho que nem se devia chamar, no nome não se devia dar referência a sénior ou Centro de Idosos, não, era um Centro Comunitário onde toda a gente pode ir, por exemplo no Centro Histórico onde toda a gente pode ir e que teriam um cuidado especial



naturalmente com esta faixa etária na medida em que pelas características requer de facto esse acompanhamento.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado tem...-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Vou já acabar, não estavam confinados aquelas quatro paredes, poderia organizar deslocações por exemplo até ao parque da cidade, ter lá os jogos, ter lá as cadeiras de recosto, tal e qual como eu descrevi há pouco. Eu perguntei se alguém queria intervir para poder falar no fim mas pelos vistos... tudo bem.-----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Pois, mas agora pediram e dou a palavra ao Deputado Carlos Cunha e depois ao Presidente de Junta de Cavernães.-----

---- VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Reitero os meus cumprimentos aos presentes e para dizer em resposta a esta Moção do Bloco o seguinte: Eu acho que o problema do envelhecimento é algo que nos toca a todos pois a cada dia nós somos exemplos vivos desse mesmo exemplo ou seja, à medida que avançamos no tempo também vamos envelhecendo, é uma inevitabilidade. Agora é assim, eu acho que o projeto do Bloco não deixa de ser meritório, agora, eu, para mim enquadrava-o numa outra situação, numa perspetiva de Orçamento Participativo, sendo o Deputado Carlos Vieira tão defensor desta medida eu acho que é uma boa ideia para apresentar num projeto de um Orçamento Participativo, pena é que por exemplo este ano a Câmara, apesar de ter aumentado a verba excluiu a situação de Viseu mas certamente que haverá outras freguesias que estarão se calhar interessadas em discutir e em falar sobre esse mesmo projeto e certamente que Viseu também embora a dimensão este ano da verba atribuída seja menor, seja cerca de 30 mil euros. Quanto ao resto, à parte do envelhecimento, eu acho que a Câmara tem feito um bom trabalho nesta matéria sobretudo através dos programas séniores do desporto, acho que tem havido e honra seja feita aqui ao município, tem sido feito um bom trabalho na parte do envelhecimento sénior e na parte de motivar as pessoas para a atividade e para um envelhecimento ativo. Bem sabemos que os idosos não gostam de estar institucionalizados, excetuando aqueles que o fazem de forma voluntária e isso acontece sobretudo porque as famílias muitas vezes não têm uma retaguarda que lhes permita cuidar desses mesmos idosos. Talvez por aí possamos fazer um debate sobre essa matéria, sobretudo sobre essa preparação das famílias que muitas vezes não têm possibilidade porque têm que ganhar a sua vida e têm que colocar os seus idosos no Lar como última resposta, digamos assim, como alternativa. Quanto ao resto, para finalizar a intervenção acho que, no sentido do envelhecimento há aqui também algo que nos preocupa que é o facto de Viseu enquanto distrito, isto são dados do Comando Territorial dos Censos Sénior de 2014, ser dos distritos que possui um elevado número de idosos em situação de isolamento em situação de viverem sozinhos, há de facto esse problema, mas acho que é um problema que deve ser atacado em termos de uma Comissão Intermunicipal e que deve ser discutido nessa matéria e aí sim engendrar um plano de ação e um plano de intervenção para que se possa dar resposta a esses mesmos idosos. Muito obrigado.-----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tema palavra o Senhor Presidente de Junta de Cavernães.-----

---- VINTE E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD): Muito bom dia a todos. Um cumprimento à Mesa, cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e aos meus Colegas Deputados. Eu fui quase obrigado a vir aqui porque fiquei estupefacto com as palavras do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, porque de facto não deve conhecer o terreno e quando ele vem para aqui desvalorizar um papel nobre que é o das IPSS é um bocadinho lamentável. O Senhor acabou de dizer aqui que os idosos que estão em Lares estão em caixotes, o termo é seu. Eu acho que isso, perdoe-me a expressão, mas é um bocadinho ofensivo para quem por carolice no terreno faz um trabalho tão



meritório. Provavelmente o Senhor fará isso por intuição e eu acho que dada a responsabilidade que o Senhor tem nesta matéria porque é um Deputado Municipal, era de bom-tom que começasse a ir ao terreno ver as realidades, disse que em regra as Associações, as IPSS não têm quadros que lhes permitam dar essa mais-valia aos utentes, eu vou-lhe falar de uma que é uma realidade da minha freguesia. Nós temos 31 utentes em Lar, ouviu bem 31, e sabe quantos funcionários temos? Eu digo-lhe, 54. Temos uma animadora a tempo inteiro, temos uma fisioterapeuta a tempo inteiro, temos enfermeira a tempo inteiro, trazemos na Atividade Sénior, na hidroginástica e na ginástica, fazemos passeios com regularidade com eles, isso não é um trabalho meritório? Não acha que isso é ofensivo para quem no terreno faz um trabalho por carolice? Eu acho que, depois desta minha chamada de atenção, ficar-lhe-ia muito bem Senhor Deputado se chegasse aqui e corrigisse aquilo que foi a sua observação. Queremos mais, potenciar os recursos, isso é bom para todos, vir denegrir a imagem de quem já está a fazer isso nom terreno, não lhe fica nada bem.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu tenho que dar a palavra ao Senhor Deputado, atendendo que foi citado. Só para dizer: Estão inscritos, o Deputado Pedro Alves, está a Deputada Filomena Pires e vou dar a palavra ao Senhor Deputado como é óbvio, pedindo a sua celeridade. Eu, a Mesa faz a leitura, está perante uma proposta, é para nós um tema muito importante e por isso tem enquadramento a discussão, já que o Senhor Deputado começa com a criação de um grupo de trabalho e diz que esse grupo de trabalho poderá apresentar uma Recomendação ao Executivo que apreciará a sua viabilidade. Ou seja, temos aqui a tal situação “*Borderline*”, de qualquer maneira acho que é uma situação que compete à Assembleia a sua discussão, a sua análise e por isso dava a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. É só para fazer aqui também uma pequena reflexão sobre o que aqui foi dito, comungar do que disse o Presidente da Junta de Cavernães também, que temos muitas instituições, mais de oitenta instituições ou IPSS no Concelho que fazem o seu trabalho junto de pessoas mais idosas, no entanto, não deixa de ser uma ideia interessante a proposta que aqui foi apresentada, no entanto acho que mais do que criarmos um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal para discutir estas questões, existe o Centro Local de Ação Social do Concelho onde estão representadas um conjunto de Instituições ou todas as Instituições que trabalham esta área, se calhar fazia todo o sentido como Proposta de Recomendação do Grupo Parlamentar do PSD que a Assembleia Municipal também fizesse parte, que integrasse o CLAS de Viseu e aí sim, aí sim, discutir as coisas em pormenor e se calhar porque há pessoas mais avalizadas que trabalham diretamente no terreno e lidam com estas questões e conhecem as pessoas que efetivamente necessitam de alguns apoios e que não são certamente só estes para convívio público, não nos parece a nós que seja a Assembleia Municipal que deva tomar a iniciativa de andar a acompanhar estes assuntos desta forma. Há quem o faça já e por isso mesmo para Assembleia Municipal melhor do que acompanhar o trabalho que já é feito e bem feito, sugeríamos à Câmara, recomendávamos-lhe que fosse possível que a Assembleia Municipal integrasse o CLAS de Viseu.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **VINTE E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Apenas para dizer que saudamos esta Recomendação que o Bloco aqui traz, e não é com o fundamento na intuição mas é o fundamento na experiência nomeadamente por familiares e por idosos que conheço, moradores do Centro Histórico que naturalmente faço esta saudação. O que me parece que o Bloco de Esquerda aqui traz, não é necessariamente como aqui foi dito um, enfim, dizer mal ou pôr em causa ou



questionar o trabalho que as IPSS muitas vezes com imensas dificuldades fazem no apoio aos idosos, não me pareceu que fosse esse o espírito da intervenção do Deputado do Bloco de Esquerda. O certo é que da experiência que tenho, de facto as respostas não são suficientes, as respostas muitas vezes não estão ao acesso das parcas pensões, mesmo atendendo a todo o apoio social que existe, das parcas pensões que de facto os idosos auferem e cada vez mais parcas, e também me parece que aquilo que Bloco aqui trouxe foi uma proposta com um espírito que não se reduz aquilo que é um Centro de Dia ou um Lar, penso que é uma coisa muito mais abrangente, eu ouço da parte de alguns idosos dizer, eu de facto não quero estar inscrito num Centro de Dia, mas eu gostava de ter um espaço onde encontrasse pessoas com quem conversar, sem a obrigatoriedade de ir, sem a obrigatoriedade de estar, sem ter que pagar, mas onde estivesse alguém que dinamizasse atividades ou estivessem disponíveis algumas atividades em que participar. É verdade que o Viseu Sénior, tem enfim, o mérito que todos lhe reconhecemos mas nem todos os idosos estão disponíveis para esse tipo de atividades, há outras atividades que os idosos gostavam de fazer e não sei se efetivamente há resposta dentro daquilo que nós temos no concelho e nomeadamente no Centro Histórico, insisto nisto, eu não sei se efetivamente há resposta para isso e portanto, parece-me que efetivamente esta proposta que o Bloco aqui traz, independentemente de vir a ser concretizada ou pensada ou refletida no âmbito do CLAS, no âmbito de um Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal ou do que quer que seja, eu acho que é de facto uma proposta com mérito e que deve merecer de facto a nossa aprovação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra a título excecional e porque foi focado ao Deputado Carlos Vieira. Pedia-se a compreensão da celeridade está bem?-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito bem Senhor Presidente agradeço, de qualquer modo se não me desse a palavra teria que invocar a Defesa da Honra porque o Senhor Presidente da Junta de Cavernães compreendeu mal. Eu evoquei exatamente o meu conhecimento pessoal e familiar de situações. Eu posso-lhe dizer que tive um familiar e já que me obriga, muita rapidamente, eu tive um familiar num Centro que um jornal considerou aqui há uns anos como um Hotel de cinco estrelas que é o Lar Rainha D. Leonor da Misericórdia e essa pessoa disse-me a chorar, morreu com noventa e poucos anos, mas estava completamente lúcida, morreu de ataque cardíaco, mas portanto, estava lúcida e tinha alguma mobilidade, tinha atividade mas a família meteu-a lá, e ela disse-me a chorar que se sentia infeliz ali dentro e no entanto, os técnicos eram do melhor que há, a instituição era do melhor que há, não ponho nada disso em causa meu amigo, aliás não ponho em causa que haja instituições como as que há na sua freguesia, agora, eu já vi instituições que por falta de recursos humanos de facto não podem oferecer aquilo que eles próprios reconhecem que era um direito dos utentes, portanto, como eu já lhe expliquei. De qualquer modo já que o PSD mantém que vai votar contra, não me custa nada e nesse caso transformo a Moção numa Recomendação à Câmara, certo que o executivo a terá em conta porque isto não tem nada ver com o que existe, é uma coisa nova e já que o Senhor Presidente quer ser pioneiro em tanta coisa, há uma Academia Dão Petiz, já agora talvez o Centro Cívico Dão Sénior.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu acho que todos nós compreendemos a ideia, penso que a ideia é válida, conforme disse também a Deputada Filomena Pires, todos entendemos que a ideia é muito válida, é uma preocupação, penso que de todos, a questão do envelhecimento ativo da população idosa e por isso iríamos ter isso em consideração, penso que também já foi feita a Proposta de Recomendação de ser integrado alguém da Assembleia, isso não invalida que até se reflita sobre esse âmbito e até se faça algumas ações em conjunto, em parceria entre todos de reflexão e recomendações neste âmbito. Pronto, ficará então como Proposta de Recomendação ao



Executivo, certo? Iria então dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo, Carlos Lima.-----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Cumprimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social, restante Público.-----

É com particular regozijo que venho a esta tribuna pela primeira vez, para falar de um programa que em minha opinião credibiliza de uma forma diferenciada e inquestionável a atividade política local. O Viseu Habita é acima de tudo um projeto social inclusivo que tem como interesse e alvo único apoiar as famílias mais carenciadas no sentido de lhes proporcionar mecanismos e meios financeiros para dignificar as habitações onde habitam.-----

Este esforço financeiro exclusivo da autarquia vem dar resposta a uma série preocupante de precaridades que ainda são bem evidentes em muitos lares do nosso concelho. Quem conhece esta realidade de perto como as juntas de freguesia, sabe da importância deste tipo de programas na vida das pessoas, tantas vezes sem a mínima possibilidade de contrariar o avançar da decadência das suas habitações.-----

Senhor Presidente, saúdo as suas preocupações nesta vertente social tão nobre, dizendo-lhe que as maiores obras nem sempre são as que consomem mais meios financeiros, mas aquelas que fazem a diferença no bem-estar das famílias, proporcionando-lhes e respondendo às necessidades mais elementares do dia-a-dia que por vezes esquecemos que nem todos têm acesso. Incomodou-me de sobremaneira visitar casas sem casa de banho, pavimento em terra batida, coberturas com graves infiltrações e materiais perigosos, áreas quase inacessíveis para pessoas de mobilidade reduzida, cozinhas sem as condições mais básicas... enfim uma infindável lista de carências a que ninguém deveria ficar indiferente. Tive a preocupação de acompanhar casos complexos agora já concretizados, que fizeram toda a diferença na vida das pessoas. Não tem preço constatar o orgulho e o carinho que têm na sua casa agora renovada e com o conforto que merece qualquer cidadão. É um renovar de confiança num futuro que teima em não sair do escuro para tantos em que as circunstâncias da vida conduziram a um avolumar de dificuldades e privação. Não nos precipitemos em julgamentos gratuitos nem percamos demasiado tempo a tentar encontrar justificações para os caminhos por onde alguns conduziram suas vidas. Unamos sim esforços reais no sentido de auxiliar estas famílias investindo naquilo que mais as identifica como cidadãos entre iguais, os seus lares.-----

52 famílias auxiliadas relativamente às candidaturas de 2014 não é um número marginal. É um volume significativo de pessoas que vão poder ver alguns dos seus sonhos concretizados. 340 mil euros de investimento, agregando o Viseu Habita com o Viseu Solidário nos casos mais problemáticos, farão com certeza toda a diferença no quotidiano destas famílias.-----

Podermos intervir onde Estado Central não intervém como deveria, torna estes programas menos abrangentes como seria desejável, mas também não é isso que nos deve demover de procurar fazer mais por quem tem muito pouco. Por isso mesmo, saúdo mais uma vez todo o executivo Camarário por reforçar em mais 80 mil euros este programa de importância maior para o nosso concelho, perfazendo um total de investimento num montante de 420 mil euros já para 2015, permitindo não só ampliar o programa a um número mais expressivo de intervenções, assim como concluir os 32 processos que transitam de 2014. A cidade região agradece mais este passo que não pode ser dissociado da preocupação em reabilitar o interior das nossas aldeias que foram perdendo vida e a tipicidade de outros tempos. Manter as pessoas nos lugares que as viram nascer é uma preocupação constante de todas as freguesias, estando absolutamente convencido que é



também com estes investimentos que devolvemos alma aos nossos lugares de características únicas.-----

No passado dia 1 de Abril neste mesmo lugar foram já entregues as primeiras tranches destes 52 projetos que vamos acompanhar e ver ganhar forma, lembrando porém o papel determinante dos técnicos da autarquia no superior acompanhamento de todos os processos, assim como o papel fundamental dos arquitetos e gabinetes da área que assumiram uma participação solidária na execução gratuita dos projetos. A todos eles também o nosso bem-haja pelo seu contributo imprescindível e claramente altruísta. De facto, pode não parecer, mas este programa envolve várias equipas de trabalho e tem o claro mérito de fundir positivamente os cidadãos com as instituições locais num objetivo comum dar a mão a quem mais precisa.-----

Na área social nunca se faz demais, porque todos os dias vão surgindo novos problemas, novos desafios e novas metas. O Viseu Habita vai certamente crescer ao ritmo das necessidades e da eficácia dos seus resultados, que todos estamos certos serão os melhores e que darão resposta evidente às necessidades dos que lutam com as dificuldades diárias e perderam parte da sua esperança.-----

Jovens carenciados, famílias numerosas ou idosos com poucos recursos, todos podem ter acesso ao Viseu Habita, sendo nossa obrigação que aqui reunimos para debater os interesses do concelho, estimular e incentivar as famílias a apresentar candidaturas, desfazendo a ideia preconcebida de que isto é só por alguns.-----

Eu acredito no programa materializado nas 7 candidaturas a concretizar na minha Freguesia do Campo nos próximos meses e por saber que umas quantas mais estarão em fase de apreciação para em breve serem aprovadas.-----

Um Concelho de Viseu mais justo e mais social é um concelho mais amigo das pessoas.-----

Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Presidente da Junta da Freguesia da Cidade-----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos.

Um especial cumprimento ao Senhor Presidente da Mesa, naturalmente também às Senhoras Secretárias, Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caros Colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Acompanhámos muito recentemente, a visita do Senhor Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar a Viseu, em concreto à Escola Secundária Viriato e posteriormente à sua receção no Salão Nobre do nosso Município onde presidiu à assinatura de 16 acordos de cooperação, no âmbito do programa “Viseu Educa”, entre a Câmara Municipal, Agrupamentos de Escolas e parceiros.-----

Relevando naturalmente esta cerimónia, gostaríamos de centrar esta nossa intervenção com particular enfoque no que aconteceu na Escola Secundária Viriato. Tivemos a oportunidade de assistir à inauguração simbólica da requalificação dos espaços desportivos exteriores e à celebração do acordo entre o Município e o Ministério da Educação, para a reabilitação do pavilhão gimnodesportivo daquela unidade educativa. Se em relação aos primeiros (espaços desportivos) queremos manifestar a nossa satisfação pelo pragmatismo com que o Município decidiu apoiar a reabilitação em causa, utilizando-se material inovador, esteticamente agradável, aliás, convidamos a visita a quem puder deslocar-se lá, e mais adequado à prática desportiva das várias centenas de estudantes daquela escola, é justo que se realce a forma eficaz como a autarquia tratou do processo relativo à requalificação do pavilhão. Numa parceria como já dissemos com o Ministério da Educação, vamos ter a partir de maio, obras naquela infraestrutura permitindo a sua disponibilidade para o início do próximo ano letivo. Estudantes e utentes externos, num total de mais de um milhar de utilizadores, vão assim poder dispor de um equipamento



**fundamental para aquela área geográfica da cidade.-----**

**A custos controlados e numa política de co-responsabilização vamos ter um investimento de cerca de 162 mil euros, bastante abaixo do inicialmente sugerido e sem recurso a fundos comunitários. Ainda no âmbito do investimento escolar, queremos referir a construção do Centro Escolar Aquilino Ribeiro a ampliação da Escola Básica de Santiago, a requalificação de tantas outras dispersas pelas várias freguesias do Concelho e da Escola Básica da Ribeira. Esta também sem o apoio dos fundos comunitários, teve já uma primeira fase de intervenção (foi a remoção do telhado em amianto), seguindo-se uma segunda fase no âmbito da eficiência energética, com a reabilitação de portas e janelas. Seguir-se-á uma terceira fase visando requalificar os espaços exteriores. Tudo sem prejudicar a atividade letiva e no cumprimento do acordado, nomeadamente com o órgão de gestão da escola e associação de pais.-----**

**Não podemos deixar de referir, porque o ouvimos publicamente, o repto feito pelo Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Secretário de Estado João Casanova, para o problema da Escola Grão Vasco. Demonstrou mais uma vez, toda a sua disponibilidade para em partilha e parceria, colaborar com o Ministério da Educação, na resolução de tão gritante constrangimento. Num breve parêntesis permitam-me elogiar toda a comunidade educativa daquela escola pelo excelente trabalho que desenvolve em tão precárias condições. Certamente também nos permitirá Senhor Presidente, que ousemos desafiá-lo a melhorar outros espaços desportivos exteriores, de tantas outras escolas e deixo aqui por exemplo o exemplo dos espaços exteriores da Escola João de Barros. São as nossas crianças tão jovens e que naquele piso perfeitamente aberrante para a prática desportiva, mal caem, é seguramente, portanto, um dano físico para as nossas crianças.-----**

**Estão assim e em nosso entender, bem justificados parte de cerca de 8,6 Milhões de euros que o nosso Município irá investir este ano na educação/formação dos nossos jovens. Será Senhor Presidente, um bom investimento e que esperamos com retorno num futuro próximo.-----**

**Gostaríamos em seguida de referenciar também o esforço que a nossa Administração está a concretizar, na reabilitação do edificado Municipal. Desde logo e no respeito pela vontade dos nossos concidadãos, expressa no primeiro Orçamento Participativo Municipal, (aqui apenas e só um pequeno aparte, Deputado Carlos Cunha, a Freguesia de Viseu duplicou o Orçamento Participativo de 15 para 30 mil euros). Trata-se da próxima reabilitação, cerca de meia dúzia de habitações do Bairro Municipal, com intervenção no domínio dos telhados, portas, janelas e portadas. Intervenções a integrar na futura requalificação do referido bairro. Estão também em curso as obras de reabilitação dos edifícios do Município, em pleno Centro Histórico e no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar”. Acreditamos nesta intervenção como um bom exemplo para a iniciativa privada. Na vigência do atual mandato e passados cerca de ano e meio, foram já transacionados cerca cinquenta edifícios no Centro Histórico e existem aproximadamente quatro dezenas em processo de reabilitação e recuperação de fachadas. Para um espaço temporal tão curto são valores significativos, triplicando praticamente os resultados do triénio 2011/2013. A nossa satisfação vai também para início das obras, da alternativa ao acesso às urgências do Hospital de S. Teotónio (soa-nos melhor este expressão). De forma célere, colocando um ponto final num impasse de que não víamos solução, a nossa Administração Municipal com o pragmatismo que se lhe reconhece, tomou em mãos uma obra que em bom rigor deveria ser feita pela Administração Central. Mas porque o interesse dos visienses (e não só) está primeiro foi encontrada a solução para que a obra esteja já em curso e cremos, brevemente concluída. Obra estruturante, é certamente sem qualquer dúvida a construção da ETAR Viseu-Sul, é um passo em frente, diria gigantesco para a nossa qualidade de vida e ambiental, que em breve estará concluída e também ela em funcionamento. Uma referência também para a continuação e esperada conclusão das obras da Praia Fluvial do Rio Dão, creio que em designação popular “Termas do Banho”,**



corrijam-me se porventura esteja errado. Para os críticos que acusam esta Câmara de apenas vender propaganda, apresentamos dados evidentes do muito que se está a fazer num âmbito de infraestruturação do nosso Concelho. Com planeamento, em apenas ano e meio de gestão, sem descurar o equilíbrio das contas, o Executivo Municipal foi capaz de pôr em execução obras cujo valor global rondará os 50 Milhões de euros.-----  
Senhoras e Senhores Deputados, o que atrás dissemos, são dados irrefutáveis, claros de que neste novo ciclo, os viseenses souberam escolher a melhor proposta para nos governar. Terminaria Senhor Presidente da Assembleia Municipal por entregar a Vossa Excelência e antecedido de leitura prévia a proposta de um Voto de Congratulação pelo trabalho levado a cabo pelo atual Executivo Municipal. Com permissão de Vossa Excelência passo a ler.-----

**Voto de Congratulação.**-----  
Reunida em Sessão Ordinária, propõem-se à Assembleia Municipal de Viseu a discussão e votação de um Voto de Congratulação pelo relevante trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal no atual mandato em favor de Viseu e dos Viseenses.-----  
Assembleia Municipal de Viseu aos 20 dias do mês de abril de 2015 em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PSD. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão o Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, pelo Senhor Presidente de Junta da Freguesia da Cidade.-----  
Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. O Grupo Municipal do PS não pode votar esta Moção. Como compreendem, quer dizer, eu até vejo no Executivo um enorme constrangimento quer dizer, não faz sentido um tipo de votação destas. A única coisa que eu digo é que não podemos votar isto, independentemente do respeito e consideração pessoal pelos Senhores Membros do Executivo, acho que não podemos votar isto, é de um enorme descoco este tipo de apresentação, eu peço desculpa mas não digo mais nada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra. Tem a palavra Senhor Presidente-----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito bom dia a todas e a todos. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e as duas Secretárias que o acompanham, cumprimentar o Senhor Vice-Presidente, a Senhoras e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados. Não estava na minha intenção intervir neste período, mas só no final do Período de Antes da Ordem do Dia, mas de facto pedia ao Senhor Presidente da Junta de Viseu que retirasse, porque de facto acho que a sua intervenção é elucidativa do trabalho que temos vindo a fazer, enfim, o julgamento será feito pelos nossos concidadãos no final do mandato, sugeria-lhe, independentemente da bondade e agradeço-lhe a bondade da proposta porque efetivamente enfatizou aqui aspetos muito relevantes da atividade que a autarquia está a desenvolver neste momento e de facto, são mais de 40 Milhões de euros de obra física que estão em curso neste momento na autarquia. Referiu e muito bem a ETAR de Viseu Sul, referiu a Praia Fluvial das Termas do Banho, referiu também o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nas escolas, designadamente com o cumprimento de prazos assumidos com as Associações de Pais. Não quero deixar também de aproveitar esta oportunidade para relevar aqui que, deixei de ver ali os Senhores Deputados da Oposição a colocarem as questões da Escola da Ribeira, deixei de os ver ali a colocarem as questões do Pavilhão da Viriato, mas ao menos ficava-lhes bem dizer assim: Parabéns ao Executivo que se comprometeu com prazos que os está a honrar com orçamentos muito mais baixos. Também fica bem de vez em quando aos Senhores Deputados da Oposição reconhecerem



aquilo que efetivamente está feito e a verdade é que nós reunimos com as pessoas da Associação de Pais e da Administração da Escola da Ribeira e dissemos: Meus Senhores, vamos fazer isto em três fases, e quando iniciou o ano letivo de este ano, lá estava o telhado substituído. Assumimos um compromisso que vamos abrir um concurso para a parte da eficiência energética do edifício da Escola da Ribeira e estamos a abrir o concurso para que durante as férias possa decorrer essa melhoria na escola, e assumimos que depois numa terceira fase iremos fazer o arranjo exterior da escola, exatamente porque não existindo fundos comunitários vamos fazendo isto de uma forma faseada. Em relação ao Pavilhão da Escola de Viriato, foi também um compromisso assumido, que iríamos numa lógica de parceria fazer. O concurso está aberto, começam as obras no dia 18 de maio. Portanto, fez muito bem Senhor Presidente da Junta de Viseu, de vir aqui realçar porque muitas vezes os Senhores Deputados da Oposição limitam-se a ter umas “palas” nos olhos e a verem só aquilo que querem ver, mas também fica bem, de vez em quando também fica bem vir aqui reconhecer o trabalho positivo que se está a desenvolver e é um trabalho que implica um envolvimento de toda a minha equipa e dos funcionários da autarquia que é bom realçar, e dos Senhores Presidentes de Junta, isto é um trabalho de equipa que está a ser desenvolvido e que quando vejo a crítica fácil que deriva de se ter acordado de manhã, sabe-se lá a que horas e ainda não se ter produzido nada no dia e depois é mais fácil tentar criticar para que as pessoas não se apercebem que determinadas pessoas que criticam não fazem nada na vida e portanto, a única coisa que fazem é criticar. Portanto, fez muito bem Senhor Presidente da Junta em vir aqui realçar o trabalho que se tem feito. Agora, em relação ao voto eu pedia-lhe com a amizade toda que temos, que o retirasse porque eu acho que a sua intervenção por si só, é já um testemunho desta boa articulação e sobretudo quando é uma intervenção feita pelo Senhor Presidente da Junta da Cidade, onde muitas destas obras têm vindo a ser executadas, à semelhança de outras intervenções dos Senhores Presidentes de Junta das diferentes freguesias, que têm enfatizado exatamente a boa relação que existe entre todos, e portanto, pedia-lhe que efetivamente não se votasse e retirasse a proposta.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA. Dava-lhe a palavra, mas antes pediu o Senhor Deputado Carlos Cunha está bem?-----

----- TRINTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Senhor Presidente, eu peço desculpa por esta intervenção, sobretudo para lhe reavivar a memória, porque se se falou aqui nas obras da Escola da Ribeira, honra seja feita ao CDS que veio aqui saudá-lo e cumprimentá-lo pelo cumprimento dos prazos e pela obra que foi feita. Acho que o seu a seu dono e, para lhe dizer também que em relação à situação do exagero de linguagem que agora teve sobretudo na questão das “palas” para lhe dizer que os óculos que eu uso são graduados e não me revejo com “palas” nem preciso desses óculos de cabedal, acho que eles ficam muito bem nos quadrúpedes que são eles necessitam deles. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Cidade.-----

----- TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente agradeço que me dispense dos cumprimentos, mas deixem-me dizer uma coisa. Nós estamos num plenário municipal onde nós estamos aqui por inerência e com convicção, e as minhas convicções, não são de alguma forma inabaláveis, são perfeitamente corrigíveis e devo dizer-vos que neste caso concreto, eu tenho que lhe dizer e aquilo que eu sinto, e estou aqui, vai no segundo mandato, se da mesma forma concordava com muito do trabalho que foi feito pelo anterior Executivo, não posso deixar também de concordar com o trabalho, sobretudo nesta questão do *hardware*, de concordar com aquilo que o Executivo está a fazer e fiz este Voto de Congratulação plenamente ciente da minha consciência sem qualquer constrangimento e sem qualquer, portanto, ónus, digamos



assim. Da mesma forma que o fiz, também o retiro realmente se isso incomoda tanto os Senhores Deputados Municipais, eu não estou aqui para complicar mas para facilitar e para ser mais um elemento do processo da valorização de Viseu e dos Viseenses e portanto Senhor Presidente se é esse o sentido, eu retiro o Voto de Congratulação. Muito obrigado.-

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço ao Senhor Deputado. Há mais alguma inscrição? Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Dispensando-me dos habituais cumprimentos, eu não posso deixar de referir com alguma mágoa o azedume do Senhor Presidente da Câmara. De facto, tratar a oposição como gente com “palas” e como gente que quando se levanta de manhã não fez nada, ó Senhor Presidente, desculpe lá, ou Vossa Excelência acordou e olhou para o espelho ou então está-nos a tratar a todos por burros, e de facto eu rejeito isso. Eu por acaso, até já tinha idade para não fazer nenhum e trabalho Senhor Presidente, e trabalho, ou seja, tratar-nos a todos por calaceiros, é de facto um exagero, tem que concordar que não é correto dizer que a gente se levanta de manhã e não faz nenhum, só o Senhor é que trabalha, quer dizer, é aquela história do, somos oito milhões, metade é velhinhos outra metade é crianças, só eu é que trabalho. Não pode ser, de facto temos que ter alguma moderação nisto e para gente que lhe venha dizer que está tudo, ámen, tem os seus Deputados todos, que eu nunca vi nenhum votar contra si, não precisa das nossas louvaminhas. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não há mais nenhuma intervenção? Então, tem a palavra o Senhor Presidente.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, só para dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que, se há característica que eu tenho é boa disposição não é, azedume não tenho nenhum. Olhe, há uma coisa que tenho, todos os dias acordo bem-disposto e adormeço bem-disposto, portanto, estou bem com a minha consciência e com o trabalho que tenho vindo a desenvolver. Agora, também quero dizer ao Senhor Deputado que só assenta a carapuça a quem a quer não é? Portanto, quando uma pessoa diz uma determinada expressão, para além de que em termos de óculos, cada um vai ao oculista e compra aqueles que mais gosta não é? Só para dizer ao Senhor Deputado que esta observação que eu fiz não a retiro e assenta a quem tiver que assentar, porque as oposições não estão só aqui dentro, estão aqui dentro e estão fora e eu leio todos os dias aquilo que as pessoas dizem e sei bem a forma como há pessoas que não fazendo nada de útil para a sociedade, a única coisa que fazem é ocupar o seu tempo a denegrir o trabalho daqueles que trabalham de manhã à noite e que estão numa lógica de serviço cívico, cívico porque fomos legitimados pelo povo para o fazer, mas não deixa de ser um serviço cívico, que é estarmos ao serviço das nossas populações com gosto. Todos os dias de segunda a domingo, muitas vezes vinte e quatro horas por dia, mas fazemo-lo com gosto, porque quando viemos para esta missão sabíamos ao que vínhamos, agora Senhor Deputado, também tem que me dar a liberdade de expressão com o sentido de humor, que foi assim que eu o fiz, não foi com azedume, eu não tenho azedume Senhor Deputado, eu quando me zango, olhe que me zango à séria e já o mostrei aqui, quando me zango zango-me à séria, agora, isto tem que o entender com o sentido de humor do Presidente da Câmara que também o tem e gosta de o ter. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PAULO VILA CHÃ CAVALEIRO (PS):** Muito bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e Senhoras Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Estimadas e



Estimados Cidadãos, Órgãos de Comunicação Social. Permitam-me referir que esta é a minha primeira intervenção nesta Casa da Democracia e que o faço com particular orgulho. Antes de me debruçar sobre o assunto que aqui me traz, só gostava de fazer aqui um pequeno esclarecimento ou uma pequena intervenção que é acerca do desporto que é um tema que é muito importante para mim já que sou especialista nesta área e orgulho-me bastante com aquilo que foi feito, que é dar ou permitir que as Associações Desportivas tivessem direito à parte financeira, a uma tranche financeira e isso é mesmo bastante importante mas temos também que ter em consideração que não é apenas a quantidade, acredito que na formação desportiva a quantidade é muito importante, mas também temos que ver a questão no aspeto da qualidade desportiva, e isso portanto, deve fazer parte também de uma reflexão muito grande porque nós não temos verdadeiramente aqui uma modalidade de referência desportiva a nível nacional e mesmo internacional. Portanto, é só aqui um pequeno aparte e era um aspeto que nós devíamos também, portanto, se calhar, passar à agenda desta casa. Posto isto, passo então ao assunto que aqui me traz.-----

O assunto que nos leva a intervir, é uma matéria de extrema complexidade e sensibilidade. Não nos movem, por isso, com esta nossa intervenção, nem objetivos persecutórios e muito menos qualquer forma de moralismo barato.-----

Preocupa-nos, sobretudo, o facto de a prostituição na nossa cidade, nomeadamente aquela que se vem praticando mais recentemente em zonas habitacionais bem identificadas, estar a criar algum alarme social nos residentes desses locais.-----

Esta matéria é, cada vez mais, um problema com que muitas famílias são obrigadas a conviver diariamente e bem evidenciada em alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente alguns jornais, em que nas suas páginas oferecem uma grande panóplia de serviços. A nossa cidade não escapa a este flagelo social e só quem não quer ver é que ainda terá dúvidas.-----

É uma realidade que está inserida nas zonas residenciais da cidade, obrigando as famílias a conviver paredes meias com todos os incómodos que esta situação permite. A insegurança e o medo de entrar nas próprias residências, a abordagem que é feita por homens aos elementos do sexo feminino das famílias residentes, a desvalorização dos apartamentos e a impossibilidade da sua venda, atendendo a que ninguém os quer, nos quais empenharam anos e anos de trabalho e até, permitam-me dizê-lo, a perda de liberdade, um princípio fundamental da nossa constituição, na medida em que os residentes estão sempre a ser objeto de observação e vigilância, para depois, os ditos clientes, entrarem nos prédios e apartamentos sem serem vistos e/ou identificados.-----

Estas famílias são munícipes pagadoras de impostos e veem-se numa encruzilhada muito difícil de ultrapassar. Esta realidade atrai, para além do referenciado, problemas adjacentes, tais como o lenocínio, droga, violência, tráfico humano, sobre os quais não podemos ser indiferentes.-----

Estimados Senhores e Senhoras, poderão confundir as minhas palavras com atitudes moralistas mas não o são, de facto. Este problema que fiz questão de vos trazer, não pode ser escondido ou não falado. Acreditem que pensei muitas vezes se o deveria apresentar e entendi que o silêncio não é a melhor atitude a tomar. Só enfrentando os problemas poderemos ter alguma resolução.-----

É deveras um problema social que cada um de nós e em comunidade deve encarar de frente. É urgente refletir para poder encontrar soluções para esta realidade e por isso deve estar na agenda municipal, já que pode causar alarmismo social e falta de segurança.-----

Assim, gostaríamos de saber qual a sensibilização que o Senhor Presidente da Edilidade de Viseu tem perante esta realidade e qual a interação que houve e/ou poderá haver com as demais autoridades, no sentido de colmatar esta situação. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Cavernães Jorge Martins.-----



**----- TRINTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos uma vez mais. O que me traz aqui, uma nova vez para falar convosco é o seguinte: Como estão recordados na última Assembleia Municipal eu fui eleito aqui o representante dos Presidentes de Junta no Congresso da Associação Nacional de Municípios, e como quem é eleito deve prestar contas, eu achei que devia aqui fazer uma breve resenha daquilo que foi o fim de semana do Congresso da Associação Nacional dos Municípios. Foi de facto um evento meritório, onde foram discutidos assuntos da maior relevância para o dia-a-dia dos municípios e das freguesias e naquilo que à minha dama diz respeito devo dizer que foi com gosto que vi a valorização que todos e cada um dos Senhores Presidentes de Câmara presentes dão às freguesias. Foram discutidos assuntos desde a autonomia do poder local ao financiamento do poder local, às políticas sociais locais e também em relação aos fundos comunitários no âmbito do Programa Portugal 2020. Deixem-me dizer aqui nesta matéria que, não é bajular mas é reconhecer o mérito a quem o tem, o relator desta matéria foi o nosso Presidente de Câmara o Senhor Dr. Almeida Henriques, eu estive presente e, foi com gosto e até com sentimento de orgulho que vi a capacidade e o crédito que ele granjeou nos seus pares ao ponto de ter conseguido que o relatório que ele próprio elaborou tenha sido votado e aprovado por unanimidade e aclamação. Portanto, eu acho que isto deve ficar aqui registado, ressaltado e relevado até porque é um dos nossos que mereceu a credibilidade num espectro político que vai desde o CDS ao Partido Comunista, passando pelo Partido Socialista e pelo PSD, conseguir ter esta capacidade de congregar objetivos e conseguir ter este papel de conciliador, acho que deve ser relevado. Naquele momento, eu próprio me senti assim com um arrepio porque um dos nossos num universo de mil e poucas pessoas ter conseguido que um texto daquela relevância tenha sido votado por unanimidade e aclamação é merecedor deste registo. Portanto, queria deixar aqui, já lho tinha dito pessoalmente, mas gostaria de deixar aqui isto neste fórum porque acho que todos e cada um de nós deve sentir-se bem por ver uma pessoa das nossas ter este crédito e esta capacidade de conseguir congregar objetivos o que nem sempre é fácil. Dizer também que entre muitas coisas que lá foram ditas, naquilo que às freguesias diz respeito, eu gostaria apenas, e já lho disse pessoalmente, mas registar aqui, quase todos os Senhores Presidentes da Câmara, nas suas intervenções diziam que um dos objetivos seria de alguma forma sensibilizar o Poder Central para cada vez mais delegar nas Câmaras porque as Câmaras estão mais próximas das populações e conseguem com isso potenciar os recursos e fazer mais com menos dinheiro. Eu já disse ao Senhor Presidente da Câmara, sei que isso também é uma sua preocupação, mas gostaria que isso ficasse aqui registado. Eu aproveitava para lhe dizer, siga também esse caminho para as freguesias e que cada vez mais delegue nas freguesias porque nós já demos provas de que também conseguimos fazer mais provavelmente com menos dinheiro do que se fosse o município a fazê-lo. Sei que o Senhor tem essa preocupação, sei que a sua equipa tem essa preocupação, mas nunca é demais lembrar-lhe e se for possível alargarmos ainda mais, gostaria. Portanto, deixar aqui este prestar de contas, relevar aquilo que é o papel nacional de um Presidente de Câmara do interior, e eu vi o quanto ele é apreciado pelos seus pares. Um bom dia a todos e prometo que não volto a vir chatear-vos.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Sofia Pires.-----

**----- TRINTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante Público. Permitam-me que partilhe convosco algumas reflexões. Ultimamente e com uma frequência alarmante temos assistido a notícias de uma violência sem precedentes. Já não bastava que desde janeiro tenham morrido 11 mulheres vítimas de violência doméstica, somos agora



confrontados com pais que matam filhos.-----  
É o espelho de uma sociedade que não está a saber gerir as profundas mudanças pelas  
quais está a passar. Os referenciais do passado já não existem e aquilo que há poucos anos  
atrás era dado como certo, hoje, gera dúvidas e incertezas.-----  
As Instituições que eram o suporte da organização social, estão também elas em profunda  
mudança e à procura de um caminho. Revelador disto, é por exemplo, o aparecimento de  
tantos candidatos à Presidência da República que nunca tiveram uma relação evidente  
com as organizações partidárias, são os partidos que eram e já não são, para tornarem a  
ser qualquer outra coisa que ainda eles próprios não sabem o que é, o que gera descrédito  
e leva a elevados níveis de abstenção.-----  
Na sequência do que foi dito, cada um de nós não pode ficar serenamente espectador de  
algo que vai transformando completamente os cenários que conhecemos, noutros, que são  
aqueles em que vão viver os nossos filhos. Temos que ser capazes, temos que tomar parte  
nesta transformação para que possamos ficar de consciência tranquila quando o futuro  
for presente.-----  
O que é que podemos fazer? Por onde é que podemos começar?-----  
Devemos começar sempre pelas fundações, isto é, pela educação. Muita gente fala e  
percebe de educação, parece um discurso que está sempre na ordem do dia, mas aquilo  
que verdadeiramente acontece é que muito pouco se investe, e porquê? Porque é como um  
Plano de Poupança Reforma, tem que se amearhar hoje para termos os lucros amanhã, um  
amanhã que é longo e que provavelmente já não nos dá votos.-----  
Quem trabalha em Agrupamentos de escolas com crianças e jovens, confronta-se todos os  
dias com esta necessidade premente de investimento, é lá que se constrói a Economia, a  
Justiça, a Educação e a Saúde, entre outras coisas. Um povo que não é educado, não é  
empreendedor, não sabe gerir os seus recursos, não sabe o que é a equidade, a igualdade  
de género, de direitos e oportunidades, não aprendeu o que são valores, a ética de conduta  
pessoal e profissional, não percebe como o outro é igual a nós em toda a sua plenitude num  
processo identitário, colaborativo, complementar e de crescimento conjunto enquanto  
seres que pertencem a uma mesma sociedade de direito, não aprendeu os comportamentos  
de saúde que podem minimizar o impacto desta na economia e por aí fora..., não  
aprendeu! É um povo pobre, inculto e incivilizado, que vive para a sobrevivência, para o  
aqui e para o agora, para a superficialidade, é um povo que não constrói o futuro e devora  
o presente.-----  
Tal como é na educação que está a chave mestra de um povo (e não é preciso citar Malala),  
é também em cada um de nós que está a responsabilidade de construir e olhar para esse  
futuro.-----  
Não podemos pedir tudo ao Governo, não podemos apontar o dedo e nada fazer.-----  
Podemos começar pela cidade espelhada e consubstanciada no Município e aos poucos  
alargar a rede a outros concelhos, a distritos, ao país...ao Mundo!-----  
Viseu é a melhor cidade para viver, Viseu é, cito “uma comunidade atrativa para viver,  
investir, trabalhar, educar, estudar e visitar”. Tem tido muita visibilidade pelo seu  
empenhamento, empreendedorismo, dinamismo, muitos projetos em desenvolvimento, que  
abarcam toda a população entendendo esta como “todos” os que nela vivem e não na ótica  
de uma democracia que só olha por alguns. Viseu tem olhado também pela educação e é  
parceira em vários projetos neste âmbito, mas eu, como Viseense de coração há quase 30  
anos e mãe de três viseenses ousou pedir mais, e quando se pede, devemos pedir tudo.  
Gostaria de ver Viseu no mundo como cidade referencia na Educação, para além de tudo  
o que conhecemos, como uma cidade criativa, educadora de referência que se ultrapassou  
a si própria e que educa os seus cidadãos para serem o exemplo de todos os outros. Se  
começarmos agora, não precisamos de esperar pelos 60 anos como no Plano Poupança  
Reforma para vermos e sentirmos os resultados.-----  
Viseu e os viseenses, também na educação, têm, podem e devem continuar a ter a visão da



Águia... e não a do Galo que pica no chão! Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não há mais nenhuma inscrição, por isso iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, faço-o com gosto. Gostava de começar, visto que já os saudei, começar esta intervenção de respostas a questões colocadas neste Período de Antes da Ordem do Dia, por realçar as Comemorações do 25 de Abril aqui referidas pelo Senhor Presidente da Assembleia e dizer que obviamente insisti junto do Senhor Presidente da Assembleia para que essas comemorações fossem centradas como sempre foram no âmbito da Assembleia Municipal mas obviamente que o Município tem muito gosto em se associar a essas comemorações e em contribuir para o programa que efetivamente será levado a cabo e queria também realçar o facto das Comemorações do 25 de Abril voltarem a uma freguesia neste caso rural, a de Povolide, portanto, saudar o Senhor Presidente da Assembleia por essa opção. Obviamente, manifestar a minha solidariedade com o Voto de Silêncio que aqui fizemos, de facto é um problema, estas últimas vítimas de Lampedusa fazem-nos refletir sobre um problema muito grave, enfim, da falta de equilíbrio no mundo e da forma como muitos povos muitas vezes têm que se abalar a uma aventura que dá nestas situações, porque não têm condições de vida mínimas nos seus países e portanto a União Europeia tem que refletir muito bem sobre isso e se calhar temos que investir mais independentemente das conjunturas difíceis, mais no desenvolvimento destes países exatamente para evitar essas situações. A Senhora Deputada Joana Ferreira trouxe aqui uma questão de grande relevância, a Senhora Deputada Filomena Pires depois disse que não sabia, mas também não tem que saber para já porque houve aqui uma opção e começando pela reestruturação dos serviços de água quero dizer aos Senhores Deputados que de facto houve uma preocupação que teve o Presidente da Câmara e o Conselho de Administração dos SMAS que foi falar primeiro com os trabalhadores. Nós de facto já deliberámos, o Conselho de Administração dos SMAS, iremos levar à Reunião de Câmara e obviamente que depois à reunião da Assembleia Municipal o novo modelo de funcionamento dos SMAS que evoluirão, e chamo evoluir porque é exatamente isso que se passa, irão evoluir para Águas de Viseu Empresa Pública Municipal e portanto a preocupação que tive foi reunir primeiro com os trabalhadores para que eles soubessem exatamente ao que vínhamos, reafirmando basicamente três princípios: A transformação dos SMAS em Águas de Viseu tem a ver com a reestruturação que estamos a fazer de todos os serviços da autarquia e visa exatamente focalizar as nossas Águas de Viseu naquilo que é o seu “Core Business” a sua parte mais específica que é a vertente das águas e também o tratamento das águas residuais. Portanto, da avaliação que fizemos, da consultoria que solicitámos, chegamos à conclusão que efetivamente faz mais sentido ter uma empresa municipal absolutamente especializada, focalizada nos utentes, nos 43 mil clientes que hoje temos e no sentido também de criar condições para o investimento futuro, dizia o Senhor Deputado Baila Antunes e agradeço o elogio que fez ao trabalho que se tem feito ao nível da água, dizia que nós temos água suficiente, é falso, não temos. O Município de Viseu e esta região têm neste momento um défice do ponto de vista da captação de água, nós estamos no limiar, quando chegamos ao pico do verão estamos no limiar da capacidade de fornecimento de água ao município e é bom ter noção disso porque convém lembrar que a água produzida em Viseu é também fornecida para Mangualde, é fornecida para Nelas e para uma parte de Penalva do Castelo, portanto, em que há uma associação com estes municípios e a transformação em empresa municipal vai-nos permitir também olhar para os 70 Milhões de euros de investimento que este esforço nos irá exigir, investimento que não pode ser só do Município de Viseu, terá de ser do Município de Viseu em parceria com outros



Municípios à volta, e portanto, não deixaremos de prosseguir aqui os objetivos de por essa via também nos juntarmos a outros municípios como já o temos vindo a fazer para designadamente reforçar o abastecimento de água sobretudo ao norte, estou a falar aqui do Rio Vouga, sobretudo ao norte do nosso concelho e por essa razão poder também ajudar a melhorar o abastecimento de água aos concelhos vizinhos. Por outro lado tive o cuidado de dizer aos trabalhadores que todos os direitos obviamente serão salvaguardados, será cumprida a Lei como tem que ser no sentido de transferir estes trabalhadores do SMAS para a futura empresa que vier a ser criada e que vier a ser aprovada e portanto, esse aspeto também será salvaguardado e também, não deixei de agradecer olhos nos olhos aos trabalhadores dos SMAS o brilhante trabalho que desenvolveram ao longo deste ano e pouco, designadamente neste trabalho que permite hoje Viseu pelo segundo ano consecutivo ter um selo de qualidade de água que muitos procuram desvalorizar, mas acho que é algo que nos deve orgulhar porque efetivamente sabermos que estamos a consumir nas nossas casas uma água de qualidade e que até escusamos de ter que andar a comprar água engarrafada porque aquela água cumpre bem a sua função, acho que nos deve enfim, orgulhar a todos. Por outro lado, felicitá-los também por grandes mudanças estruturais que fizemos ao longo deste ano e pouco nos Serviços Municipalizados, designadamente ao nível instituição da fatura eletrónica ao nível também da vertente dos pagamentos, passámos a ter a rede “Payshop” o Multibanco enfim, coisas que não existiam e também esta campanha de combate aos ilegais que chegou já ao fim do ponto de vista de se ter terminado, de já se terem apresentado os orçamentos a todas as pessoas que o fizeram, de inclusivamente serem aprovadas dezenas de situações para pessoas com problemas sociais, portanto, desde o início que eu assumi que este combate aos ilegais levaria sempre em linha de conta famílias carenciadas e que aprovaríamos sempre situações da diminuição do custo ou mesmo o pagamento a prestações para levar a que as pessoas pudessem ter acesso, enfim, terem a sua situação regularizada e portanto, não deixei também de fazer este agradecimento a todos os trabalhadores dos serviços, para deixar bem claro e por isso achei que esta Moção não fazia sentido nenhum, bem claro, que o Presidente da Câmara tem uma palavra só e assumiu que as Águas de Viseu continuarão 100% de capital da Câmara Municipal de Viseu, isso é um compromisso de honra que o Presidente da Câmara assumiu. Por outro lado, também tenho dito que esta também é uma forma de provar que é possível gerir uma empresa pública com critérios de gestão privada e está aí à vista o resultado de mais de 1 Milhão de euros positivos que tiveram os SMAS no ano passado e que estamos convictos que futuramente nas Águas de Viseu também o continuarão a ter na tal perspetiva que seguimos por exemplo este ano na Habisolvis de reinvestir todo o dinheiro de receita na melhoria das condições, por exemplo, repararão que quando falarmos das várias contas aprovadas que na Habisolvis houve um resultado praticamente de zero, por orientação do Conselho de Administração da Habisolvis induzido por mim foi, todos os proveitos que derivem de rendas pagas devem ser reaproveitados na melhoria das condições de habitação do parque habitacional que está sob a responsabilidade município. Eu acho que isto é sentido de responsabilidade social e o mesmo se irá seguir nas Águas de Viseu, é no fundo torná-la autossustentável no sentido de permitir que alguns investimentos sejam feitos e por outro lado que sejam reinvestidos os proveitos que derivem do próprio exercício da atividade da empresa futura. Por outro lado, falou-se também no novo tarifário da Água. O tarifário da água já foi aprovado em Reunião de Câmara, está neste momento em debate público como é obrigatório e mesmo que não fosse seria sujeito à consulta pública e quero reforçar aqui só três ou quatro aspetos, é que a alteração ao tarifário da água neste momento deve-se por um lado a opções do próprio Município mas também ao novo regulamento da ERSAR que nos obriga a evoluir num determinado sentido. Preocupações que tivemos, por um lado, garantir que as famílias não seriam oneradas com esta alteração do tarifário e portanto, até cerca de 30 metros cúbicos, de



facto, não há nem aumentos e em alguns casos até há ligeiras diminuições. Obviamente que fazendo um levantamento daquilo que são os metros cúbicos por pessoa, não vamos valorizar os agregados familiares que consomem designadamente água tratada para encher piscinas, para regar jardins, obviamente que não podemos valorizar e portanto também há aqui uma preocupação quando colocamos nos vinte e cinco, trinta metros cúbicos, uma preocupação ambiental, de evitar que as pessoas possam usar água tratada nessa vertente. Grandes alterações que temos e que são alterações muito significativas, por um lado o tarifário social, passaremos a ter um tarifário social para as famílias mais carenciadas, com a taxa mínima dos quatro escalões que passaremos a ter para as famílias, o incremento de três metros cúbicos para as famílias numerosas, portanto, por cada pessoa a mais terá um incremento de três metros cúbicos, portanto, indo ao encontro e colocando em pé de igualdade aquilo que são as famílias numerosas, o modelo de estrutura da tarifa para os utilizadores domésticos atualmente constituída por seis escalões passa para quatro escalões diferenciados de forma progressiva o que significa que as pessoas pagam a água de acordo com o escalão, isto é, agora atualmente se atingissem o quarto ou o quinto escalão pagavam retroativamente até ao primeiro metro cúbico ao preço do escalão que atingissem, com este novo modelo tarifário, passarão a pagar os primeiros metros cúbicos ao preço de 0.56 e os sucessivos dentro de cada um dos escalões. Referir também, portanto, estas são as grandes alterações ao regulamento da água que basicamente o que é que visa? Visa, modernizar o regulamento e por outro lado também terá uma componente, visa entrar em vigor no dia 1 de julho deste ano, portanto, no que diz respeito aos preços da água e dizer também que haverá uma redução ao nível das tarifas de ligação de água e saneamento, sendo que essa redução será aplicada a partir de 1 de janeiro do próximo ano, por uma questão de equidade e de tratamento igualitário a todas as pessoas. Portanto, penso que respondi às preocupações da Senhora Deputada Joana Ferreira e agradeço o facto de ter colocado as questões. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, obviamente que me associo à memória de Mariano Gago, pessoa com quem tive a oportunidade de privar múltiplas vezes, de fazer inclusivamente oposição no Parlamento, de facto uma pessoa de grande nível e que independentemente de podermos ter divergido em alguns momentos sobre caminhos que o país seguiu, tenho um grande respeito pela memória e pelo trabalho que desenvolveu. Em relação às matérias, eu julguei que o Senhor Deputado vinha aqui falar das obras das salas de audiência do terceiro piso e que vinha aqui dizer, Senhor Presidente da Câmara parabéns por ter interferido no sentido de que as coisas estejam praticamente concluídas e que fiquem a trabalhar, mas não, optou por vir aqui acusar o Presidente de incompetência, foi basicamente isso que veio cá fazer, foi dizer que o Presidente da Câmara de Viseu é um incompetente, as vinte entidades que fizeram parte da candidatura VISSAIUM 21 são incompetentes porque apresentaram uma candidatura que foi chumbada em termos nacionais, vejam lá que o Senhor Presidente da Câmara, um homem que até parece que percebe alguma coisa de fundos comunitários viu uma candidatura chumbada a nível nacional, essa foi a intervenção que o Senhor Deputado veio aqui fazer, e quero-lhe dizer que, enfim, as palavras ficam com quem as profere, agora o Senhor devia ter estudado melhor a lição e eu vou-lhe explicar para ver se de uma vez por todas percebe, isto é assim: As DLBC há rurais e urbanas, foram apresentadas candidaturas nas áreas das DLBC rurais em que nós integrámos uma candidatura da ADDLAP e apresentámos ao mesmo tempo uma DLBC urbana, eu quero dizer ao Senhor Deputado que há sessenta Presidentes de Câmara no país que são uns incompetentes porque todos os Presidentes de Câmara que apresentaram candidaturas no Norte, no Centro, e no Alentejo, todas as candidaturas foram chumbadas, todas, as urbanas... não, desculpe ó Senhor Deputado, o Senhor é ignorante nesta matéria, todas, todas, todas as candidaturas, digo isto sem receio de qualquer desmentido, quero dizer que todas as candidaturas de DLBC urbanas foram chumbadas nas três regiões, isto para que o Senhor saiba. Não, não abane a cabeça,



desafio-o a apresentar uma versão diferente, esta é a realidade e quero dizer-lhe também que em conversas que já mantive com Membros do Governo e designadamente com as Autoridades de Gestão, sugeri que se fizesse aquilo que devia ter sido feito, nunca se devia ter aberto uma candidatura para DLBC que tem um objetivo sobretudo de atuação ao nível social, ao nível da promoção do empreendedorismo e portanto é nestas áreas, nunca se devia ter aberto uma candidatura simultânea para as áreas rurais e para as áreas urbanas, isto foi o primeiro pecado capital destas candidaturas. O segundo foi a envolvente financeira, isto é, o pacote financeiro que ficou alocado a estas DLBC, o que levou as Autoridades de Gestão a basicamente aprovarem as rurais, e nós temos a nossa rural aprovada no âmbito da ADDLAP e a chumbar todas as urbanas e portanto aquilo que eu sugeri foi, abra-se de novo candidaturas para as urbanas e não se polvorizem as candidaturas urbanas, aquilo que estamos a falar na Região Centro inicialmente, eram seis, sete cidades, oito cidades no máximo de média dimensão que podiam ser candidatas às DLBC urbanas, e depois com esta lógica de grandes aberturas acabaram por ter um universo muito mais alargado. Agora, as DLBC urbanas são para cidades de média dimensão, e portanto, espero que efetivamente as autoridades de gestão corrijam a sua pontaria e que voltem outra vez a fazer a abertura de uma para com este efeito e seguramente que nós só faremos uma coisa que é reenviar a VISSAIUM 21 com vinte entidades envolvidas numa lógica de rede, porque achamos que ela é de facto prioritária para o nosso desenvolvimento e portanto, se me quiser colocar o rótulo de incompetente está perfeitamente à vontade, enfim, penso que não será o entendimento que terão os restantes Presidentes de Câmara deste país, os autarcas deste país que ao reconhecerem como foi aqui enfatizado e agradeço a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Cavernães, enfim, eu acho que ter um relatório aprovado no Congresso da Associação Nacional dos Municípios, num momento em que estavam mais de mil pessoas na sala em que ele é apresentado e aprovado por unanimidade e aclamação, eu não vou dizer nada porque enfim, elogiado desde Presidentes de Câmara do Partido Comunista até Presidentes de Câmara dos diferentes Partidos.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Presidente, pediam só a sua compreensão e de acordo com a proposta, é meio-dia e pedia a compreensão no sentido de..., não, não, tem a ver com a proposta do minuto de silêncio.-----

- O Senhor Presidente da Câmara responde dizendo: Eu em relação às questões do Senhor Deputado, já respondi a todas, portanto, podemos interromper.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Era só suspender agora, no fundo, temos aqui, tinha sido aprovada, portanto íamos conservar um minuto de silêncio.-----  
Assim, guardou-se um minuto de silêncio.-----

Iriamos continuar a nossa sessão, por isso tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Muito obrigado Senhor Presidente, vou então continuar e em relação às questões que me foram colocadas pela Senhora Deputada Filomena Pires sobre o Viseu Viva, de facto a Comissão de Acompanhamento já reuniu duas vezes e vai continuar a reunir as vezes que forem necessárias para de facto, concertar posições que muitas vezes são antagónicas e que são difíceis de conciliar e nos próximos dias vão ter conhecimento, aliás, na próxima Reunião de Câmara, já irá o Regulamento dos Horários no Centro Histórico e globalmente, portanto, vai à próxima Reunião de Câmara e vai ter debate público a seguir, portanto, vai ter a consulta pública, portanto, há aqui toda uma questão de coisas que foram já vistas e que nos próximos dias a Senhora vai ter a oportunidade de as conhecer. Enfim, já agora convém aqui Senhora Deputada que sejamos sérios na forma como abordamos os assuntos, e eu há dias, e vou-vos contar esta história publicamente porque acho que é bom que se saiba, estava a ouvir uma notícia na TSF com interesse, porque era uma peça sobre o nosso Centro Histórico, em que era ouvido um representante, exatamente de um dos movimentos que defende um determinado ponto de vista para o Centro Histórico e qual



não é a minha surpresa que depois ao ouvir um representante de um segundo movimento que tem uma posição antagónica e dou com a Senhora Deputada Filomena Pires a falar em nome desse movimento, esqueceu-se foi de uma coisa, esqueceu-se de dizer que era Deputada do Partido Comunista na Assembleia Municipal e tinha-lhe ficado bem fazer esse registo de interesses para que as pessoas que a estavam a ouvir em casa tivessem a noção de que a sua posição não era isenta na forma como o estava a abordar, sabe que seriedade em política é muito importante e portanto, quando nós assumimos uma posição é bom também fazer o registo de interesses não é, porque o registo de interesses também leva a que quem está em casa avalie a forma como as coisas estão a ser ditas, é só para no fundo lhe sugerir que futuramente atue de outra maneira. Em relação à Moção, enfim, deve-se ter esquecido de, deve ter sido chapa cinco e esqueceu-se que em Viseu ninguém está a pensar privatizar as águas e portanto, acabou por trazer aqui uma coisa que não era... errou a pontaria, devia ser talvez para Grândola ou para outros Concelhos que são governados pelo Partido Comunista, onde efetivamente o problema se põe, agora, aqui em Viseu, o problema não se põe. Senhor Deputado Carlos Costa, referir que fez bem também trazer aqui a questão do Viseu Terceiro, eu já procurei em todo o país encontrar um concurso do género do que nós fizemos em Viseu para introduzir transparência e ao mesmo tempo dar a oportunidade de aparecimento de novas candidaturas e não encontrei e já agora muitos daqueles que por vezes criticam a política cultural eu convido-os a aparecerem nos sítios, é que eu vou a muitos dos concertos que são promovidos, designadamente no âmbito do Festival de Música da Primavera e raramente encontro pessoas que escrevem sobre a política cultural, é que nem sequer se dão ao luxo de ir ver as coisas para depois poderem criticar no sentido positivo ou negativo, porque se eventualmente se dessem ao trabalho de ir assistir a alguns destes eventos que estão a pulular por Viseu, provavelmente mudariam de ideias e viam o elevado grau de qualidade que se está a verificar, eu ontem passei praticamente a tarde no Concerto dos Laureados dos jovens que estudam no nosso Conservatório e digo-vos senti-me muito orgulhoso por ser Presidente desta Autarquia, e senti-me muito orgulhoso por termos jovens tão talentosos no domínio da música no nosso Conservatório, execuções de Liszt, de Mozart, de Beethoven, de uma qualidade que de facto nos faz sentir que ainda bem que aprovámos a candidatura no âmbito do Viseu Terceiro o Festival de Música da Primavera e felicito aqui publicamente o brilhante trabalho que o Conservatório de Música de Viseu está a desenvolver. Referir também que neste concurso e houve pessoas que falaram sobre o assunto, referir também que o próprio júri, convém dizer que os critérios foram aprovados, aliás, o próprio Partido Socialista na Reunião de Câmara, só votou contra por causa do prazo que afinal se verificou ser afinal um prazo suficiente para as pessoas apresentarem as suas candidaturas, mas todos os partidos estiveram de acordo com a necessidade de existirem critérios, critérios para a atribuição deste tipo de subsídios por parte da autarquia. Referir também que a autarquia através desta deliberação, criou um júri, um júri independente, que fez a seriação, que fez a avaliação e é público que o próprio júri dividiu a sua avaliação em duas partes, por um lado os eventos que já estavam consolidados, portanto, que já tinham uma determinada tradição e os outros que eram novos, e daí resultou que das dezasseis propostas apresentadas nove são projetos novos e já agora que o assunto dos Jardins Efémeros é trazido aqui referir que de 185 mil euros que custa esta iniciativa, a autarquia patrocina em 125 mil, mesmo esta campanha de “*crowdfunding*” que está neste momento em curso, tem o apoio do município, porque entendemos que fazia sentido que os próprios promotores da iniciativa procurem junto da comunidade também a adesão do ponto de vista do dinheiro necessário para o desenvolver, se repararem, são os *Mupis* da autarquia, são os *outdoors* da autarquia que também estão a ser utilizados para fazerem esta campanha de angariação de fundos para os Jardins Efémeros, portanto, saudamos que isto seja assim, porque efetivamente não se podem desenvolver iniciativas culturais no nosso concelho e estar-se à espera que seja a



autarquia a subsidiar na totalidade as iniciativas que se desenvolvem, por outro lado também já agora também referir que, talvez o maior contributo para esta campanha dos Jardins Efémeros tenha vindo do próprio Presidente da Câmara que proporcionou um contacto com uma empresa que vai patrocinar em 20 mil euros os Jardins Efémeros, portanto, isto para vos mostrar que quando se procura fazer daí um cavalo de batalha, não, nós privilegiamos e acarinhámos os bons eventos que a cidade tem e portanto, não há aqui nenhuma lógica de batalha por isto ou por aquilo, antes pelo contrário, há uma concertação de pontos de vista e procurando que numa lógica de trabalho em rede atinjamos os bons objetivos. Em relação ao apoio desportivo, relevar também e foi dito aqui já por um outro Senhor Deputado que, muitas vezes Viseu não tem sobressaído nas suas diferentes modalidades, permita-me discordar em absoluto, eu acho que globalmente o importante é que estão 3500 jovens neste momento a praticar desporto, 25% dos nossos jovens praticam desporto, eu desafio qualquer concelho do país a ter uma percentagem tão elevada como esta, e graças sabe a quê? Graças à pluralidade de instituições que temos, que de facto desenvolvem o seu trabalho, a autarquia dá o seu apoio, mas os pais, os monitores enfim, os treinadores todos os dias fazem o seu trabalho. Referir também que este Regulamento não foi pensado ao acaso, o Regulamento tem lá aspetos muito particulares designadamente valorizando os técnicos qualificados que estão à frente das modalidades desportivas, valorizando o facto de todos nós só apoiarmos atletas que tenham seguro desportivo, enfim, há um conjunto de critérios exatamente para elevar o padrão de qualidade, não ser a autarquia a fazer mas ser a rede desportiva que o está a fazer. Portanto, acho que está a cumprir bem o seu efeito e repare que um milhão de euros para o apoio ao desporto, é um esforço muito grande da autarquia, mas é um esforço que fazemos com convicção porque de facto o desporto é fundamental para o crescimento harmonioso dos nossos jovens e portanto, dá-nos também muita satisfação e a sessão que tivemos de assinatura de contratos foi bem o exemplo, desde o tiro com arco à natação, passando pelo andebol e pelo futebol, as várias modalidades desportivas acabam por ser aqui devidamente acauteladas e portanto referir que isto é bem assim. Já agora, ó Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, parece que discorda da transparência, é que parece que discorda da transparência, o Senhor Deputado, pelos vistos preferia que o Presidente da Câmara e o Executivo ficassem com a discricionariedade de apoiar o invento A ou o evento B, já foi assumido pelo Senhor Presidente da Câmara que nós no concurso que vamos abrir para o próximo ano do Viseu Terceiro, iremos abrir outra vez um concurso, iremos abri-lo em setembro, e aquilo que o júri já utilizou e foi uma sugestão, o júri desde logo separou o que eram eventos consolidados de eventos novos e nós seguimos já o parecer do júri, portanto, no concurso que vamos abrir para setembro, já iremos separar, por um lado aquilo que são eventos já consolidados de eventos novos e por outro lado vamos também, embora o tenhamos que fazer em duas fases distintas, permitir que sejam apresentados projetos de candidatura que sejam bianuais, portanto para permitir também dar alguma estabilidade aos promotores. Portanto, se isto não é transparência Senhor Deputado, o que é que é transparência. Em relação aos critérios, dizer que ninguém paga nada na autarquia sem verificar se os critérios da contabilidade estão cumpridos, isto é, se houver uma dívida à Segurança Social ou se houver algum incumprimento obviamente que a autarquia não pagará, portanto, isso aplica-se à instituição que referiu como se aplica a outra qualquer, portanto, esteja perfeitamente tranquilo, durma tranquilo porque não é pago nada na autarquia... portanto, quando foi agora a assinatura dos contratos, toda a gente fez prova de que a sua situação estava regularizada, foi pago a antecipação de 40% graças à saúde financeira que a autarquia tem, foi permitido colocar na mão dos promotores 40% do valor a atribuir e depois vamos verificando a execução dos próprios projetos e se houver algum incumprimento obviamente que não pagaremos como é normal Senhor, eu até me espanta um pouco que um Advogado ponha sequer em causa o cumprimento de princípios tão elementares da contabilidade pública, tão elementares



como estes. Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves, eu acho que também falhou a sua pontaria naquilo que veio aqui fazer, porque olhe, o Plano Operacional Municipal foi aprovado na semana passada na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, falhou, olhe veio atrasado, já está aprovado o plano. Por outro lado, os Senhores Presidentes de Junta já lhe deram a resposta que eu lhe podia dar, nós estamos tão preocupados como o Senhor Deputado sobre esta matéria, tomáramos nós que esta época de incêndios corra da melhor maneira no nosso concelho e em todo o território, não é por acaso que Viseu foi escolhido para o simulacro nacional sobre esta matéria, não é por caso, tivemos aqui um simulacro de grande envergadura, não sei com quantas corporações aqui estiveram mas foram umas dezenas largas de corporações e escolheram Viseu por alguma razão, porque talvez haja aqui também uma boa atitude em relação a isto e realçar aqui o trabalho fantástico dos Senhores Presidentes de Junta, nós às vezes não reconhecemos o trabalho abnegado que se faz todos os dias nas Juntas de Freguesia, os Senhores Presidentes de Junta são pessoas inexcedíveis na forma como tratam destes assuntos, fazendo aquilo que é da sua competência e muitas vezes coisas que não são da sua competência mas fazem-no, e portanto, a limpeza de caminhos, de florestas e por aí fora que tem sido feito, assim como a sensibilização, como é óbvio nós não podemos estar a entrar numa época de fogos sem tratar das coisas como deve ser, portanto, Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves penso que mais uma vez o seu tiro saiu um bocadinho pela culatra, aliás, o Senhor Presidente da Junta de Lordosa o meu amigo Carlos veio aqui fazer uma explicação magistral do que é o vosso brilhante trabalho no terreno. Senhor Deputado Carlos Vieira, veio aqui também falar sobre coesão territorial por um lado e depois centrou-se muito na vertente social. Eu acho que quando se fala do problema do envelhecimento do país e quando se fala das questões da natalidade, são dois temas que devia ser feito um esforço nacional muito forte nesta matéria, eu não gostei nada do debate parlamentar a que assisti na semana passada sobre estas questões, porque acho que é um tema que devia estar acima dos Partidos e que devia haver aqui uma conjugação de esforços, de facto aquele número que referiu aí, sem o referir da forma mais dramática que ele tem, é que Portugal, em 2050, 2060 poderá ter menos 3 Milhões de habitantes, Portugal poderá estar no ano de 2050 com 7 Milhões de habitantes e com uma população extremamente envelhecida, isto tem que nos fazer refletir, não é por acaso que o Município de Viseu assumiu esta bandeira da natalidade, que avançámos com vinte medidas que eu hoje referirei também no Período de Informação à Assembleia Municipal e portanto, acho que tudo o que se possa fazer para trazer ideias que possa inverter esta curva, embora acho que há partes que são da competência dos municípios, mas há sobretudo uma parte que é da competência nacional, quer dizer, a área fiscal, criar estabilidade para que as pessoas possam ter o terceiro filho, na convicção de que se tiverem o azar de um dos cônjuges ir para o desemprego, o estado assegura a educação do filho, há medidas nacionais que podem efetivamente ser tomadas. Já agora dizer ao Senhor Deputado Carlos Vieira que nós temos um CLAS muito ativo, o nossos CLAS reúne quatro vezes por ano, há várias comissões a funcionarem dentro do CLAS a discutirem as diferentes matérias, eu vejo com muitos bons olhos que a Assembleia Municipal possa vir a estar representada no CLAS, acho que quanto mais amplo for esse debate, tanto melhor, mas também lhe quero dizer que dentro desse trabalho que tem sido feito, eu diria que nós temos uma das melhores coberturas do país, quer ao nível da deficiência, quer ao nível da proteção de idosos, quer ao nível da política sénior, repare, nós hoje temos 2200 pessoas envolvidas só no nosso programa Viseu Sénior, e quem é que está envolvido neste programa? São as Associações, repare, a Câmara não executa diretamente o Viseu Sénior, são as Associações, são as Juntas de Freguesia, são estes os nossos parceiros que estão no terreno que trazem todos os dias os nossos seniores às piscinas para fazerem a hidroginástica, nós mandamos os nossos monitores a estas Associações onde são feitas as aulas levando em linha de conta os seniores que tiveram AVCs outros que já estão com



mobilidade reduzida fazendo exercícios para que efetivamente as pessoas se mantenham ativas, mas diria que a principal preocupação que nós temos no Viseu Sénior para além destas vertentes é sobretudo ajudar as pessoas a combaterem a sua solidão, a solidão é o principal problema que temos e o simples facto das pessoas terem duas aulas por semana e nalguns casos três, de virem à hidroginástica, de terem os tais convívios que tanto criticam, mas que são fundamentais para a saúde física e mental destas pessoas, os passeios que às vezes se propiciam, os jogos tradicionais que estão a ser feitos com estes nossos seniores, isto é política ativa que o município está a desenvolver e portanto, obviamente que todos os contributos serão bem-vindos, mas talvez seja melhor que este esforço da Assembleia Municipal seja dentro do local onde estão os parceiros todos das diferentes áreas e onde pode ser discutido de uma forma mais consequente, já agora aproveito para os convidar para uma sessão que vai haver, Viseu Cidade Amiga das Pessoas e Famílias Afetadas pela Doença de Alzheimer que vai ser na nossa Biblioteca no dia 22 do 4 às 10 horas, uma valência que Viseu não tinha, foi uma encomenda minha e do Senhor Vice-Presidente que tem a área social e felizmente hoje já temos uma instituição na nossa cidade que dá resposta às questões da Alzheimer quer para apoiar os doentes, quer para apoiar as famílias, portanto, obviamente que estou muito recetivo à proposta mas penso que estar a criar mais um grupo é pouco relevante, embora, respeito novamente a autonomia da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal fará o que entender, mas penso que será muito mais útil eventualmente chamar uma ou duas pessoas da Assembleia a participarem de uma forma ativa no trabalho do CLAS e já agora ó meu caro Carlos Vieira não vale a pena ir copiar o exemplo Turco não é, eu sei que estive na Turquia e trouxe de lá o exemplo, porque se fosse a Santiago e ao Fontelo veria equipamentos geriátricos ao lado de equipamentos para crianças, não precisava de ir à Turquia e por outro lado saberá também que nós apresentámos e vamos fazê-lo, temos muito esta perspectiva de criar espaços de fruição familiar, esta expressão já foi por mim utilizada e portanto, este ano vamos criar um espaço de fruição, ou estamos a criá-lo na Quinta da Cruz, depois no ano que vem iremos criar um outro na radial de Santiago do lado de lá do rio onde está aquele ervado e depois daqui a dois anos iremos criar um outro espaço também na Aguieira. Portanto, há aqui a preocupação de criarmos espaços para além dos que já temos, temos hoje um Parque da Cidade que também tem condições ideais para as famílias se poderem juntar e poderem fruir, mas portanto, a lógica é sempre esta, é criar aqui condições, mesmo pelas Freguesias há vários parques nas Freguesias onde há conciliação desta lógica de juntar os mais jovens com os mais velhos, isto é extremamente importante do ponto de vista do equilíbrio. O Senhor Presidente de Junta do Campo, veio aqui trazer a questão do Viseu Habita e de facto, só quem quiser ver negatividade no Viseu Habita é que a verá, e já agora clarificar uma coisa, eu sei que há algumas insinuações, isto não é caridadezinha da autarquia, isto é política social da autarquia, não é caridadezinha, ainda assim é uma coisa bem diferente e já agora, desafio alguns que vieram a público dizer que nós andávamos a fazer caridadezinha mostrando o rosto das pessoas, eu desafio qualquer um dos Senhores a apresentar uma fotografia exibida publicamente onde a cara de algum dos beneficiários tenha aparecido, há uma grande preocupação da nossa parte até na distribuição dos cabazes de Natal eu os tenho feito em cada uma das Freguesias sem a presença da comunicação social. Quando foi a assinatura dos contratos do Viseu Habita foram feitos nesta sala sem a presença da comunicação social e todas as fotos que se tiraram, foram tiradas lá de cima para não apanhar rostos de pessoas que foram beneficiadas por esta política e portanto, eu sou católico, sou católico por convicção e nunca iria contra os meus próprios valores, nunca ninguém vai ver o Presidente da Câmara ou alguém deste Executivo a fazer caridadezinha, agora, que se procure denegrir aquilo que é um programa justo e que é um programa que está a ser aplicado nas Freguesias, aliás, o Senhor Presidente da Junta do Campo fez uma excelente intervenção e falou exatamente aquilo que é verdade, beneficiou de sete candidaturas na



sua Freguesia, eu penso que foram oito, acho que até pecou por defeito, também me recordo que eram oito, foram 52 projetos que foram aprovados que vão permitir sabem o quê? Melhorar o telhado numa casa onde chove, melhorar a casa de banho num sítio que é impróprio para ser usado como casa de banho, melhorar uma cozinha que não tem condições para se poder cozinhar, melhorar a fachada de uma casa que também não tem condições, é ajudar a combater a pobreza, ajudar a combater as condições que as pessoas não têm. Isto é caridadezinha Senhores Deputados? É? Eu acho que não, eu acho que isto é política social sobretudo num domínio em que o Estado Nacional se demitiu desta função, nós devemos ser dos poucos municípios do país que continua a ter um programa para a reabilitação de habitações nesta lógica de geometria variável e sobretudo numa perspetiva também cívica, que é trazer os Arquitetos e os Engenheiros como felizmente acontece a fazer os projetos sem qualquer remuneração para estas pessoas. Então acham que um projeto destes que envolve a sociedade que deve ser apelidado de caridadezinha? Por Amor de Deus, tenham enfim, um bocadinho de respeito pelos beneficiários, pelos 52 beneficiários deste ano e já agora dizer-vos que só nesta candidatura de 2015 que já fechou no dia 15 de abril, tivemos 87 candidaturas, ora, se este projeto, se este programa não tivesse méritos seguramente que os Senhores Presidentes de Junta não se envolviam como se envolvem para resolver problemas concretos de famílias nas vossas Freguesias e não teriam 87 candidaturas com o tiveram, e o reforço de verbas, no ano passado 340 mil euros que foram alocados a este programa e este ano aumentámos para 450 mil com o regulamento que esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade se não estou em erro, esse regulamento contém também agora apresentação do projeto e a parte social que é o chamado o apoio social, são todo inseridos na mesma candidatura e portanto, saudar o Senhor Presidente da Junta do Campo porque veio aqui trazer uma clarificação e trazer a sensibilidade de quem está no terreno. Quantas situações infelizmente nós temos por essas freguesias que necessitam deste programa como do pão para a boca, e continuaremos a fazê-lo com o orgulho de que estamos a desenvolver um programa social que cumpre a função social e que também cumpre outra função, que é a de reabilitação das habitações e portanto, estamos assim a contribuir para que as pessoas possam viver em condições bastante mais dignas. O Senhor Presidente da Junta de Viseu, veio depois falar aqui sobre vários assuntos, gostava de realçar aqui os 16 acordos que assinámos no âmbito do Viseu Educa, na tal lógica de rede, o nosso Conselho Municipal de Educação está a funcionar e felicito aqui o Senhor Vice-Presidente, está de facto a funcionar de uma forma inclusiva, com as diferentes partes em presença discutindo as várias políticas e esses 16 novos projetos do Viseu Educa refletem bem a política educativa que estamos a seguir no âmbito do nosso Viseu Educa e de toda a política de educação. Realçou também o Senhor Presidente da Junta, enfim, como já falei nisso há pouco não irei agora repetir, mas não deixar de referir que são mais de 40 Milhões de euros de obra física que neste momento estão em curso, não só enfim, na sede do concelho mas em todas as Freguesias do Concelho de Viseu, e realçar que esta questão do acesso à urgência mais uma vez, esta de facto não era uma competência nossa, isto não era uma competência da Câmara Municipal quem a deveria era o Estado Central, na verdade é que eu tenho diariamente pessoas que me vêm relatar situações muito dramáticas e portanto, eu não hesitei em lavar o assunto a Reunião de Câmara e aprovarmos um apoio para que efetivamente fosse aberta o acesso às urgências do hospital porque isso também tem dois benefícios, ao doentes que vêm para as urgências passam a entrar diretamente e também nos tira o trânsito de ambulâncias do centro da cidade o que é também extremamente positivo, e portanto, esse é um aspeto que relevou e que de facto faz sentido. Já agora, referir que Bairro da Cadeia está em concurso público já em fase quase terminal e portanto, dentro de alguns dias iremos começar a reabilitação das casas que foram objeto e volto a referir, objeto de votação popular, a minha conceção de democracia é que quando há um voto, quando existe no âmbito de um Orçamento Participativo cidadãos que apresentam um projeto e que esse projeto merece a



aprovação da maioria desses cidadãos, nós temos que honrar o compromisso que temos, não é como alguns partidos que acham que a democracia deve funcionar quando eles entendem e que acham que a Câmara devia deixar cair estes projetos, defraudando as expectativas dos cidadãos que efetivamente o apresentaram e que fizeram campanha para que o seu projeto fosse vencedor. Portanto, é com orgulho que efetivamente iremos iniciar a reabilitação das primeiras casas do Bairro da Cadeia, independentemente do projeto de fundo que estamos a preparar para o Bairro da Cadeia, este já é trabalho que fica feito, e portanto, outros trabalhos iremos fazer com toda a certeza. O Senhor Deputado Paulo Carvalho, não é assim, Carvalheira? Cavaleiro, peço imensa desculpa não saber o seu nome, Paulo Cavaleiro, não me vou esquecer mais, prometo. Em relação à questão que colocou é um problema social ao qual nós também estamos muito atentos, não deixando de lhe referir que será mais da competência da GNR e da PSP em função da situação que refere, e nas reuniões periódicas que mantemos com as forças de segurança temos vindo a abordar essa matéria, obviamente que nos preocupa e também sabemos porque temos também esse *feedback* na autarquia de algumas pessoas que residindo em alguns desses prédios acabam por ser afetadas na sua própria privacidade, invadidos na sua própria privacidade pela forma como as coisas são desenvolvidas, mas essa não é seguramente uma competência da autarquia, mas estamos atentos no sentido de juntamente com as forças de segurança podermos encontrar aqui uma solução, que não é um problema de Viseu, é um problema de todo o país. O Senhor Presidente de Junta de Cavernães, o meu amigo Jorge Martins já falou aqui em várias questões, só para além do agradecimento ao elogio público que me fez, dizer-lhe que efetivamente o nosso pensamento é igual, se não fosse assim não teríamos assinados estes contratos de delegação de competências em mais de 1 milhão de euros com as freguesias e não estaríamos a adotar a assinatura de contratos programa com as Freguesias, é a regra, a regra hoje é assinar contratos programa com as Juntas de Freguesia em que a própria execução do projeto é da responsabilidade da Junta de Freguesia, exatamente porque acredito, da mesma maneira que a autarquia, as câmaras podem fazer mais numa lógica de proximidade, também entendo que as freguesias também poderão fazer mais e melhor, gastando menos recursos nesta perspetiva de proximidade, o exemplo mais paradigmático é o fornecimento de materiais, nós no ano passado investimos mais de 300 mil euros em materiais que demos aos Senhores Presidentes de Junta, que demos às Juntas de Freguesia e eu não tenho dúvidas que se multiplicar por três o valor de obra que esses materiais conseguiram realizar não estarei a errar muito, portanto, eu diria que esses 300 mil euros representaram para aí 1 milhão de euros de obra exatamente por causa da mão-de-obra até de algumas vezes do serviço cívico de algumas pessoas e vamos continuar a seguir esta política nestas e noutras matérias, não só nas matérias físicas de obra mas também em componentes imateriais valorizando o papel da Junta de Freguesia e valorizando também o papel de proximidade que os Senhores Presidentes de Junta têm com as populações. Sabe que é esse o pensamento e a estratégia que estamos a seguir, de qualquer maneira não queria deixar de relevar a sintonia de pontos de vista. Por último a Senhora Deputada Sofia Pires, veio aqui trazer um tema que ainda há dias escrevi sobre ele num jornal nacional, de facto este acréscimo de violência deve-nos fazer refletir, não só na vertente da violência doméstica mas até o crime de parricídio que começa a ser muito frequente, demasiado frequente enfim, eu sinto-me chocado e penso que todos nós nos sentiremos chocados com esta alteração de valores que a sociedade poderá estar a ter que nos deve fazer refletir e atuar, é preciso se calhar recuperar determinado tipo de valores da família para que estas questões não ocorram, portanto, a única coisa que lhe posso dizer é que a minha preocupação é igual à da Senhora Deputada e seguramente que naquilo que estiver ao alcance da câmara, não deixaremos de ir contribuindo, enfim, sobretudo com uma sensibilização porque estas coisas não se sabe muito bem como é que ocorrem é quase impossível preveni-las não é? Quando muito, temos que o pôr muito na lógica do debate



dos valores, e penso que respondi a todas as questões. Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Nós não podemos entrar novamente nas questões, de resposta e contra resposta mas gostaria aqui, agora temos aqui uma questão que é esta. A Senhora Deputada Filomena Pires evocou aquilo que para nós é de gerir com algum cuidado, entendemos que não pode haver uma banalização dessas situações mas gerir com algum cuidado em termos de grande respeito porque depende muito da avaliação individual de cada um e está contemplado no regimento, tem a ver com a Defesa da Honra, e por isso entendemos que não pode ser um expediente vá lá parlamentar, não pode ser também banalizado mas temos sempre e quando é solicitado temos que o conceder porque tem a ver com o respeito e a sensibilidade que cada um tem perante a situação, até porque vamos “à ofensas à honra ou à consideração” e por isso, isto é demasiadamente lato para da nossa parte não considerar e por isso, ou um protesto que também está previsto no Regimento os Senhores Deputados e também toda a gente previu isso por isso da nossa parte em termos de Mesa nestas considerações temos sempre que dar a palavra, por isso dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRINTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito obrigada Senhor Presidente pela compreensão relativamente a esta situação e que é despoletada independentemente da minha sensibilidade pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara que eu não poderia de forma nenhuma de enfim, aqui vir de alguma forma comentar. De facto tenho procurado em toda esta matéria que enfim aqui me traz a esta tribuna neste momento ser maximamente discreta, mesmo porque a postura que tenho, apesar de moradora numa das zonas críticas relativamente à conciliação de interesses da zona histórica, a minha postura sempre foi e será de que deve haver conciliação de interesses, nunca “puxei a brasa à minha sardinha” porque entendo que efetivamente ainda que quando decidi morar no Centro Histórico porque o Centro Histórico precisava de facto de quem o revitalizasse e porque encontrei motivos suficientes para lá viver, foi uma opção minha, de facto o Centro Histórico não era o que é hoje, aquela praça não era o que é hoje e sinto-me até defraudada relativamente às expectativas que nutri quando fiz essa opção, mas adiante, para frisar que efetivamente a minha postura tem sido sempre e será, não de “puxar a brasa à minha sardinha” mas de procurar a conciliação dos interesses que ali estão, a bem da cidade e a bem do Centro Histórico. A entrevista a que Senhor Presidente faz referência e quero aqui esclarecer, é uma entrevista que eu dei, quando contactada por um jornalista que me pede para falar como moradora e de dez minutos ou mais de gravação, naturalmente que o jornalista fez a opção de pelas palavras que muito bem entendeu. Não ouviu o Senhor Presidente e ninguém, porque eu não o disse, que eu representava quem quer que fosse, de movimento ou de quem quer que seja, falei como moradora e nunca de outra maneira. Se efetivamente o repórter indevidamente entende apresentar-me como representante do movimento, lamento porque não foi da minha boca, nem ninguém ouvirá alguma vez dizer-me que eu represento qualquer movimento, porque não represento. Eu não conheço o movimento em causa, eu não conheço nenhum rosto, eu não tenho qualquer contacto com esse movimento. Indevidamente o senhor jornalista fez isto e lamento que o tenha feito. Dizer ainda que de facto não é segredo, a minha filiação partidária é pública e mais que pública, mas era o que faltava, era que por ser Comunista eu não possa como cidadã ter opinião, era o que mais faltava, porque efetivamente, ainda mais, sendo que eu não escondo as minhas opiniões, que toda a gente conhece publicamente e se não conhece é porque anda muito mal informado, qual é a minha filiação partidária e em nome de que partido estou aqui legitimamente eleita, também não usei a minha condição de Deputada para dizer o que quer que fosse, foi pura e simplesmente como cidadã e foi como moradora que fui contactada, reafirmo. Agora, não posso de maneira nenhuma,



lamentavelmente ter que dizer isto aqui, é que efetivamente, na Alemanha nazi os judeus eram obrigados a andar com uma estrela ao peito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que figura Regimental? Protesto? À está bem.-----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Eu não chamei ao Senhor Presidente da Câmara incompetente, o Senhor Presidente da Câmara chamou-me a mim ignorante. Eu assumo a minha condição de ignorante, eu sou um modesto leitor de jornais como diz um amigo meu, e como tal a Agência Lusa que toda a gente conhece, acerca dos concursos diz o seguinte: Na proposta de decisão lê-se, das 99 candidaturas recusadas, 83 não reuniram condições para serem qualificadas para a segunda fase do concurso e 16 não reuniam condições de acessibilidade ao concurso. A Região Norte apresenta a maior taxa de reprovação 70,5%, 13 projetos aprovados e 31 reprovados seguida da Região Centro com 66,7% 22 projetos aprovados e 44 chumbados as únicas duas regiões com mais candidaturas chumbadas que aprovadas. Mais de metade, 24 das 44 candidaturas apresentadas na Região Norte situavam-se em meio urbano e foram todas chumbadas, no Centro, a região do país que candidatou mais projetos, 66 a situação é idêntica, 35 candidaturas apresentadas na vertente urbana e todas chumbadas. No total nacional das 100 candidaturas apresentadas em meio urbano, 76 foram recusadas, tendo sido aprovadas 20 na Região de Lisboa e 4 no Algarve. Ao contrário do que Vossa Excelência diz,... Perdão!....-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhores Deputados, agradecia que não houvesse diálogo.-----

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua intervenção dizendo:* Homessa, o Senhor Presidente disse que não houve candidaturas urbanas aprovadas, então quer dizer as de Lisboa e as do Algarve não contam? Esses são inteligentes e Vossa Excelência como disse, como é que usou o termo..., por outro lado quando diz que eu falei na transparência, o Senhor Presidente da Câmara sabe como eu sei, se calhar a maior parte das pessoas não sabe, o júri das candidaturas..., dessas culturais, de que havia 400, eu peço desculpa mas não me recorda do nome, “Viseu Terceiro” não elencou por ordem as candidaturas a ser aprovadas, disse apenas as que deveriam ser aprovadas, o elencar delas é da responsabilidade do Executivo, portanto, há aí uma dose de discricionariedade..., não é verdade? Senhor Presidente da Câmara, é verdade e o Senhor sabe que é verdade, como eu sei que é verdade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, enfim, esta Defesa da Honra, não vi nenhuma honra ofendida mas enfim. Em relação ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho olhe, o que eu peço com a estima e amizade que tenho por si que é grande e de longos anos, não será seguramente o debate político que a vai afetar, eu quero que ouça com atenção. O que o Presidente da Câmara disse é que no Centro, Norte e Alentejo não foi aprovada nenhuma DLBC urbana, foi isso que eu disse, pronto, ok? Foi isso que eu disse e portanto, aquilo que eu sugiro e é uma posição que já tomei junto das autoridades competentes, é que deverá ser aberta de novo uma nova DLBC urbana, porquê? Porque meteu-se tudo no mesmo barco, e repare, estamos a falar nas três regiões de convergência, se reparar. Repare Senhor Deputado, deixe-me esclarecer sem diálogo, as três regiões de convergência, do Norte do Centro e do Alentejo, volto a referir as três regiões de convergência, em nenhuma delas houve aprovações de DLBC urbanas, que fique claro. Como sabe Lisboa e Vale do Tejo não é região de convergência e Algarve também não é região de convergência, têm outros critérios diferentes., agora, eu acho que este assunto pode ser melhorado porque aquilo que eu disse inclusivamente se estivesse estado na conferência ouvia-mo dizer e algumas pessoas lá estiveram, o que disse é: Não



faz sentido que as Autoridades de Gestão tenham no fundo levantado, criado uma expectativa tão grande em relação as estas DLBC e ainda por cima foram as primeiras candidaturas a serem abertas, que as várias comunidades se tenham mobilizado, o Porto por exemplo apresentou duas DLBC urbanas e com legitimidade porque tem bairros carenciados e com dificuldades, Gaia apresentou, Braga apresentou, enfim, várias apresentaram, Coimbra apresentou, várias cidades o fizeram, e portanto aquilo que eu disse é: Lamento que se tenha criado esta expectativa e que agora o resultado venha a ser chumbarem as candidaturas todas urbanas, e entretanto já vim fazer declarações públicas dizendo que sugeria e recomendo que as Autoridades de Gestão do Centro, do Norte e do Alentejo voltem a abrir uma nova *CALL* mas que seja centrada só nas chamadas cidades de média dimensão, porque é aí que faz sentido existir projetos destes na área social e na área da promoção do empreendedorismo como é o caso das DLBC, e tenho alguma expectativa, porque eu ponho-me sempre numa posição construtiva, e tenho a expectativa de que serei ouvido como já fui, telefonicamente já o fiz a dois Presidentes pelo menos das Autoridades de Gestão a dizer-lhes que achava muito mau aquilo que tinha acontecido e que também acho, que como estamos no início, o Portugal 2020 está a começar agora, portanto, se se cometeu um erro antes que seja no início que no meio ou no fim, e que se corrija, e estou convencido que é isso que irá acontecer. Agora, ó Senhor Deputado, quando eu há bocado lhe dizia que não dominava este assunto, quando não dominar pergunte-me, não tenha receio, em vez de ir ali fazer um juízo de valor e dizer assim, este Presidente da Câmara é tão incompetente, vejam lá que foi responsável pelos fundos comunitários, foi ele que gizou as primeiras linhas para este Portugal 2020 e é tão incompetente que até deixou chumbar logo a primeira candidatura. Não faça isso, vá ali e diga ó Senhor Presidente da Câmara como é que isto foi? Explique-me lá como é que isto aconteceu? Em vez de fazer juízo de valor, mas em vez de me acusar de incompetente...----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue dizendo:* Perguntava-me primeiro porque é que isto aconteceu, e ficávamos todos mais entendidos. Senhora Deputada Filomena Pires, eu nem vou qualificar a sua atitude. Olhe, há uma coisa que eu faço, já por duas vezes e todos os meus Vereadores sejam os que estão no Executivo, sejam da Oposição, há uma coisa que combinámos logo no primeiro dia, fazermos sempre o nosso registo de interesses, verdade ou mentira? Quase todos nós já tivemos situações de matérias que deliberámos sobre situações em que estão em causa por exemplo, associações de que somos sócios, ou até de familiares que levam assuntos à deliberação da Câmara, e sabe o que é que nós fazemos logo no início, é dizer assim, eu não vou votar nesta matéria, declaro aqui o meu interesse e às vezes em questões que nem poderiam trazer problema nenhum. Agora Senhora Deputada, eu sou um democrata e acho que toda a gente tem o direito a intervir, agora há uma coisa que é certa, a Senhora é Deputada eleita na Assembleia Municipal de Viseu e é o rosto do Partido Comunista em Viseu, e portanto, sendo o rosto do Partido Comunista em Viseu, não queira também ter a pretensão de ser conhecida a nível nacional, lá chegará, sabe-se lá, eu ficaria satisfeito até porque sabe que eu nutro uma grande simpatia pessoal por si não é? Politicamente já temos que falar doutra maneira, aliás, fomos colegas de Liceu e eu também prezo muito esse período, agora, o que eu lhe quero dizer é o seguinte: A Senhora devia ter feito o seu registo de interesses, devia, porque apareceu aos olhos do comum dos espetadores como uma cidadã anónima, que ia a passar no meio da rua e que lhe perguntaram qual era a sua opinião, nós sabemos bem....--

*Neste instante ouvem-se alguns comentários por parte do Público.*-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que o público não se manifestasse. Atenção, agradecia que o público não se manifestasse está bem?-----

- *O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo:* Ó Senhor Presidente, já agora, ó Senhor Presidente, estes treinadores de bancada que lá estão em cima, os controladores também não deviam participar nestas sessões não é?-----



Ouvem-se novamente alguns comentários vindos da parte do Público.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Agradecia que o público respeitasse.

- O Senhor Presidente da Câmara uma vez mais retoma a sua intervenção dizendo: Senhor Presidente, eu não tenho condições para estar a usar da palavra, quando há um elemento do público, “controleiro” de uma Senhora Deputada que aqui está que está constantemente a interromper-me...-----

O Público volta a manifestar-se.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Agradecia que o público não se manifestasse está bem?-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Que eu saiba o público só no final é que pode intervir e acho que deve evacuar a pessoa.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém mais uma vez dizendo: Agradecia que o público não se manifestasse.-----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém novamente dizendo: Para terminar, porque estas coisas devem ser mesmo assim, o público só deve intervir no fim Senhor Presidente, tenha santa paciência, eu não posso, o Presidente da Câmara não pode ser afrontado, estando aqui no uso legítimo da sua função de Presidente da Câmara a responder aos Senhores Deputados e a estar a ser afrontado por um elemento do público. Isto é inadmissível Senhor Presidente, eu recuso-me a falar nestas condições, quero deixar isto bem presente. Acho que isto que se viveu aqui é perfeitamente inadmissível, as pessoas têm todo o direito de assistir à Assembleia Municipal e respeitando os órgãos eleitos. Eu sou o Presidente da Câmara eleito com os votos do povo e não aceito, o Senhor Presidente só tem uma coisa a fazer, é mandar retirar da sala uma pessoa que não se sabe comportar, é isso que o Senhor tem que fazer.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Agradecia que o público respeitasse, e tem os cinco minutos no final da Sessão para fazer a sua intervenção. Está suspensa a Assembleia e iremos recomeçar às duas e um quarto.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Pedimos a todos que retomassem os seus lugares. Iremos então reiniciar os trabalhos e eu não poderia deixar, pela interrupção intempestiva que tivemos da parte da manhã, de fazer algumas considerações: Primeira consideração é que isto nunca aconteceu nesta Assembleia e penso e estou plenamente convencido que não torna a acontecer. Segundo aspeto, o público como é óbvio tem toda a possibilidade de estar e de assistir às nossas Assembleias, seria um contrassenso não ser uma Assembleia aberta e por isso, nesse aspeto, vamos continuar com esta Assembleia aberta, esperamos é que também de parte de todos, Deputados, Público, todos em geral, façamos todos por uma grande dignificação da Assembleia, que é esse o nosso grande objetivo e de todos tornar esta casa a Casa da Democracia local. Quanto ao público, pedimos a todos sempre a maior colaboração e também o respeito pelo funcionamento desta Assembleia. Como é óbvio, as coisas têm que ser prevenidas para o futuro, e desde já não é possível, nós temos três sítios nesta Assembleia e só temos duas pessoas que nos ajudam no funcionamento, até nas contagens de votação. Iremos antes da próxima Assembleia também pedir, até porque também há a Comunicação Social, pedir para termos o apoio de estar alguém dos serviços na parte superior. Penso que não podemos aqui funcionar no tipo de evacuação de galerias à moda da Assembleia da República, com elementos das forças de segurança, acho que não faz sentido absolutamente nenhum, de qualquer maneira, muitas vezes estar um funcionário da autarquia no segundo piso poderá melhorar o funcionamento desta Assembleia, e não só, estar disponível para qualquer assunto que seja colocado. Por isso, antes da próxima Assembleia, iremos solicitar esta colaboração também da parte da autarquia no sentido de termos um funcionário no segundo piso que eventualmente não seja, não é para pôr ordem no segundo piso, é para estar disponível para tudo que seja necessário e até colaboração com o Público e com os Órgãos de Comunicação Social, para registos, etc. Por isso, pedíamos a



todos uma grande colaboração, foi um aspeto esporádico, nunca tinha acontecido, pensamos que nunca voltará a acontecer, se voltar a acontecer terão que ser tomadas outras medidas. Por isso iríamos então iniciar a Ordem de Trabalhos, vamos iniciar o nosso Período da Ordem do Dia e por isso dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do Ponto Número Um da Ordem de Trabalhos que é a Informação Municipal.-----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria antes de mais enfatizar as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, de facto, esperar que situações destas não voltem a acontecer porque não dignificam em nada, nem quem as pratica nem o Órgão em que todos legitimamente temos assento pelo voto popular. Os Senhores para fiscalizarem a atividade do município e o município para prestar contas daquilo que faz.-----

Portanto, no âmbito do período de informações como é habitual não irei ler a intervenção, irei passar alguns pontos que aqui estão, desde logo começando por enfatizar a prestação de contas dos titulares dos cargos públicos, de forma regular, e dizer que porventura pela primeira vez na história do município e no respeito pelo Estatuto do Direito da Oposição, assegurei esse respeito integral e incondicional designadamente enviando as Contas do Município como a Lei determina. Referir também que em relação ao Orçamento Participativo de 2014, ele o ano passado foi essencialmente focalizado na área da ARU, como foi do conhecimento, que levou à aprovação do projeto do Bairro da Cadeia, este ano, o 2º Orçamento Participativo, por um lado foi lançado aqui no átrio da Assembleia Municipal, simbolicamente para dar esta ideia de proximidade que ele pretende ter e reforçado para 150 mil euros, portanto, o dobro do valor da primeira edição, e o 2º Orçamento Participativo será destinado exclusivamente às 24 freguesias de fora da cidade, já decorreram quatro Assembleias Participativas e ao que sei de uma forma muito participada e já com um número de projetos que já excede em mais de metade da totalidade dos projetos do ano passado o que diz bem que foi uma medida acertada e que estamos a alargar a experiência positiva da cidadania participativa a todo o concelho através dessas Assembleias Participativas. Já tive a oportunidade de referir de manhã que em relação à utilização daquilo que foi a deliberação no último Orçamento Participativo, portanto, está em fase já de concurso, dentro de alguns tempos iniciaremos a recuperação das primeiras casas no Bairro da Cadeia e portanto, irei ter o orgulho e os cidadãos que participaram neste processo, de termos, digamos, a primeira obra assinalada como obra feita por votação popular resultando de um Orçamento Participativo.-----

Passando a outro ponto, designadamente a promoção da qualidade de vida, da educação e da inclusão social têm de facto constituído prioridades deste exercício autárquico e são um pilar também do programa VISEU PRIMEIRO. Os relatórios que aqui tenho apresentado evidenciam de facto essas prioridades assim como as contas do Município. Queria realçar aqui aquilo que também já tive a oportunidade de iniciar da parte da manhã este compromisso corajoso e inovador no país no apoio às famílias mais numerosas e no fomento à própria natalidade, um tema que também tivemos a oportunidade de debater de manhã e, o Município de Viseu compromete-se a implementar pró-ativamente uma política local pró-natalidade e amiga das famílias, em particular das famílias numerosas e apresentámos um conjunto de 20 medidas de apoio à natalidade e às famílias que gostaria de rapidamente referenciar: Por um lado a de redução do IMI que iremos trabalhar nesse sentido para o próximo Orçamento Municipal do próximo ano, a criação de um serviço domiciliário para pequenas reparações domésticas que será desenvolvido no âmbito da HABISOLVIS e dirigido a famílias numerosas e também de baixos rendimentos, o apoio à recuperação de habitações degradadas para famílias com 3 ou mais filhos e designadamente também com uma majoração no âmbito do “VISEU HABITA”, a criação de descontos nas taxas municipais de urbanismo e habitação para famílias com 3 ou mais



filhos, a afetação de pelo menos 10% dos fogos do parque habitacional do município para essas mesmas famílias numerosas, a criação de um serviço de apoio e orientação jurídica para assuntos familiares, a reforma dos tarifários de água e saneamento que já foram aprovadas em Reunião de Câmara e que estão neste momento em consulta pública, vamos instituir também a gratuidade de refeições escolares a partir do 3º filho, também a gratuidade das taxas e mensalidades nas piscinas municipais a partir do 3º filho, a introdução do “bilhete de família” em todas as estruturas, eventos e ofertas culturais e desportivas do município, a atribuição anual de um pacote base de material escolar a todas as crianças do 1º ciclo do ensino básico independentemente do número de filhos no agregado familiar, vamos generalizar também o acesso de crianças a atividades extracurriculares em particular de famílias numerosas, vamos fomentar nas escolas o fomento de bancos de manuais escolares, a atribuição de bolsas de estudo a filhos de famílias numerosas, essencialmente no domínio do ensino profissional e também no superior, o reforço e qualificação do serviço de transportes escolares, tendo em vista uma resposta às necessidades não cobertas e o melhoramento do serviço, a introdução do “bilhete de família” no serviço de Transportes Urbano de Viseu e descontos com o número de elementos da família nos chamados “passes mensais” a criação do serviço de transportes de proximidade ou a pedido, “*on demand*”, que irá sobretudo favorecer as freguesias mais afastadas do perímetro urbano, criar uma rede de empresas amigas da família, portanto, “práticas empresariais familiarmente responsáveis” fazendo aqui acordos designadamente com a Associação Industrial e com a Associação Comercial para trazermos também as empresas a este debate e a esta prática socialmente ativa, criação também do Cartão Municipal de Famílias Numerosas, fazendo aqui também depois uma cooperação institucional com a Associação Nacional das Famílias Numerosas. Também neste domínio realçar que inaugurámos Gabinete de Apoio à Família e ao Consumidor, portanto, através da nova Associação “Beira Amiga”, onde se juntam aqui, concertam-se esforços da Autarquia, da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, da Associação Empresarial da Região de Viseu, da Associação Comercial do Distrito de Viseu e da CARITAS de Viseu, portanto, um serviço com o qual nos tínhamos comprometido de apoio às famílias endividadas, portanto às famílias e as consumidores endividados, portanto um serviço em que havia aqui um vazio neste território e com uma ambição bastante maior do que o concelho, portanto, este serviço estará aberto a toda esta Região das Beiras que não tem hoje este serviço de aconselhamento e portanto, é um serviço que também está criado e a funcionar numa lógica de rede com instituições da sociedade civil. Passando agora também ao domínio da educação, também já hoje aqui foi referido, investimos anualmente 8,6 milhões de euros em educação e já este mês de abril foi formalizado como hoje também já referi o avanço do pavilhão da Escola Viriato, portanto, a obra vai arrancar no dia 18 de maio e também um aspeto que também já tinha referido, o apoio que foi dado à escola para a parte exterior, de manhã acabei por não responder cabalmente, mas obviamente que esta solução que encontrámos na Escola Viriato para requalificar o espaço exterior para criar melhores condições para a prática desportiva dos alunos mas também da comunidade, parece-nos ser uma boa solução do ponto de vista do preço qualidade e que poderá vir a ser replicada, posso-vos dizer que em termos nacionais é a primeira vez que esta solução é aplicada num espaço tão grande quanto aquele em que foi aplicado, sugiro que passem por lá ver, acaba por ser uma experiência piloto que estamos a fazer no concelho mas que poderemos vir a replicar noutras escolas do nosso concelho. Referir também que esta obra acaba por ter um investimento de 162 mil euros, realçar aqui que é 50% participado pelo Município e 50% pelo Ministério da Educação e não deixar também de referir que a Escola Grão Vasco continua a ser uma das nossas principais preocupações, esperamos que no mapeamento que está a ser feito pelo Governo que a Escola Grão Vasco seja uma prioridade nacional do ponto de vista da sua reabilitação, deixámos a abertura que as Senhoras Deputadas e os Senhores



Deputados conhecem, o Município de Viseu está disponível para fazer um protocolo com o Ministério de Educação e ser o próprio Município de Viseu a fazer as obras da escola Grão Vasco. Referir também que nesse mesmo dia foram assinados os primeiros 16 acordos de cooperação no âmbito do programa VISEU EDUCA, e que abrangem áreas tão vastas como o ensino da música, a formação artística, a prática desportiva, o acompanhamento escolar, a saúde, o diálogo intergeracional e inclusão de crianças e jovens portadores de deficiência, portanto, estamos a falar de um investimento de 65 mil euros totalmente suportado pela nossa autarquia. Referir também que começou esta semana o rastreio escolar à qualidade de visão, há aqui uma lógica também de responsabilidade social com duas empresas que aderiram a este programa e nesta mesma altura foi apresentado o Kit “Coloradd Social”, que no fundo tem como objetivo identificarmos jovens com problemas de daltonismo e portanto, com este kit é fácil chegar a essa situação de despiste. Por outro lado, relevar também que ocorreu no Dia Nacional do Estudante que passaremos futuramente a dedicar sempre o Dia Nacional do Estudante ao premiar do mérito, portanto, fizemos uma cerimónia de reconhecimento por mérito educativo cultural e desportivo, realçar que foram 326 os jovens e 71 as escolas que passaram por esta cerimónia simples mas simbólica, sobretudo para quem foi objeto deste mesmo reconhecimento que foram os jovens e ao mesmo tempo os educadores. Referir também no mês de março o Município participou, ao lado das Escolas Superiores Agrária e de Educação de Viseu, no arranque da Academia Dão Petiz, no âmbito do programa VISEU RURAL, a “Academia” nasceu com 60 crianças e cerca de 20 professores e portanto está a fazer o seu trabalho de sensibilização dos nossos mais jovens para a sua identidade rural para as questões agrícolas e portanto, começando neste momento pelo ciclo da vinha e no próximo ano iremos fazer o ciclo do pão, portanto, nesta perspetiva de envolvermos os nossos jovens e ao mesmo tempo puxarmos pela autoestima da sua condição também de ruralidade, porque efetivamente esta ruralidade também é um aspeto que nos distingue de outros territórios.-----

Um outro aspeto que abordo aqui na intervenção é a revitalização e a reabilitação do nosso Centro Histórico, portanto, não são apenas o avanço das obras municipais ligadas ao “Reabilitar para Arrendar”, nem dos dois concursos públicos que estão neste momento a decorrer para o 1º Hostel de Viseu e do Mercado 2 de Maio, assim como a adjudicação à Viseu Novo/SRU do projeto para o edifício das Águas de Viseu, portanto, está em curso o nosso programa para o Centro Histórico e são por outro lado, não queria deixar de o realçar, visíveis a dinâmica privada sobretudo a partir do momento em que a autarquia assumiu que não iria fazer reabilitação para venda. Portanto, sempre que a autarquia fizer reabilitação será para uma lógica de renda condicionada e neste caso concreto o que está em curso é para alojar jovens casais no Centro Histórico e deixando aqui um espaço à iniciativa privada que tem respondido positivamente e a prova disso são as 50 propriedades que já foram transacionadas neste ano e meio, assim como dentro do nosso programa de apoio à reabilitação de fachadas, contam-se já por 44 a reabilitação de fachadas aprovadas durante este ano e meio, portanto, estes números mais que duplicam (praticamente triplicam) as dinâmicas registadas em 2011, 2012, 2013 e penso que é visível para quem passa no nosso Centro Histórico. Referir também que na sexta-feira na véspera do Dia Internacional dos Monumentos & Sítios, demos seguimento ao nosso debate com o País, promovendo mais uma segunda conferência sobre esta matéria, no ciclo “Para que serve um sítio Património da Humanidade?”, neste momento pondo o cunho na questão da reabilitação e portanto o Município de Viseu quer conhecer e promover as melhores respostas aos desafios da reabilitação e também da revitalização dos centros urbanos e procurando chamar a nós aqueles que mais sabem sobre estas matérias, de facto foi uma conferência que eu assisti do princípio ao fim, de muito nível e em que tivemos a oportunidade de ouvir bons testemunhos de outras partes do nosso país, aliás os desafios das cidades históricas estão muito ligados à valorização do seu património, à revitalização



económica dos seus Centros Históricos e portanto, obviamente que neste arranque do PORTUGAL 2020 esta de reflexão em Viseu, pretendemos de facto aprender com aqueles que mais sabem. No domínio da oferta cultural gostava de realçar aqui um evento que está neste momento a decorrer, o Festival de Música da Primavera, desafio-os a participarem de uma forma mais ativa, tem sido muito gratificante verificar a sala cheia e numa lógica de responsabilização dos públicos porque pela primeira vez o Festival de Música da Primavera tem a grande parte dos espetáculos com um bilhete pago, com salas cheias consecutivamente o que significa que efetivamente há aqui a possibilidade de dosear, por um lado o apoio da autarquia e a responsabilização de quem também frui da qualidade dos espetáculos que têm vindo a ser desenvolvidos. Realçar aqui por um lado esta parceria que fizemos com a Fundação Luso Americana para o desenvolvimento que nos permitiu ter entre nós uma das grandes pianistas americanas a Sara Daneshpour, foi um grande concerto, difícil, mas de grande ambição, foi um momento muito grande deste Festival de Música da Primavera, e realçar também aqui um aspeto inovador que este Festival traz este ano designadamente o concerto que decorreu no Estabelecimento Prisional de Viseu, nos Lares e nas Instituições Sociais, portanto, no fundo abrindo a cultura e este programa a instituições designadamente fazendo a ligação entre a vertente cultural e também a vertente social, não queria deixar de o referir aqui. Gostava também de enfatizar a nossa dinâmica da Quinta da Cruz e a exposição do “Eating the past ou Archaeologies” de Júlio Quaresma, é uma exposição que se recomenda e que tem tido de facto boa aceitação e por último referir também as candidaturas do Viseu Terceiro, já de manhã me referi a este aspeto, portanto, não o vou aprofundar porque já o fiz, mas não deixar de enfatizar que este concurso permitiu financiar em 400 mil euros com 16 entidades e agentes culturais para a viabilização de programas, iniciativas e eventos criativos e artísticos em 2015, e referir que 9 dos 16 projetos constituem realizações inéditas e reafirmar aqui o compromisso que temos para o futuro de abrir já em setembro o novo concurso e a passar a ter no fundo dois parâmetros, será também um concurso que permitirá financiamento para dois anos e fará uma distinção mais clara entre projetos consolidados e novos projetos, independentemente de o júri já o ter feito este ano e de nos apresentar isto como uma recomendação. Na área do Desporto, realçar aqui algo que de manhã também já enfatizei, gostava só de realçar aqui mais dois aspetos que é o incremento do género feminino na prática do desporto, nota-se neste novo contrato uma subida muito acentuada de jovens do género feminino que fazem a prática do desporto, era uma das condições que colocávamos também para majorar o apoio era exatamente a diferenciação do ponto de vista do género e por outro lado a formação desportiva nas freguesias periurbanas e rurais, assim como o desporto adaptado. Portanto, são três áreas onde se nota aqui um forte crescimento. Gostava também de realçar a inauguração da 1ª Grande Rota de Viseu “Mamaltar de Vale de Fachas”, que no fundo abrange 4 freguesias, é o nosso 1º percurso inter-freguesias, tem de 30 km, não vi lá muitos dos Senhores Deputados, mas vi lá muitos Senhores Presidentes de Junta e fez-lhes bem porque eu pela minha parte fiz 8 km e não me custou nada a fazer. Portanto foi um percurso muito bonito, diga-se de passagem. Por último, independentemente de à frente vírmos a falar também sobre esta matéria, não queria deixar de realçar a execução orçamental de 2014. O saldo anual, entre receitas e despesas, é positivo em 8,8 milhões de euros e consolida digamos que, a boa saúde financeira do Município e de acordo com o relatório aprovado, o endividamento municipal é reduzido em 2014 em 3 milhões de euros e permite ainda um aumento das reservas financeiras do município no mesmo montante e portanto, o saldo de gerência global do Município que é apresentado nas contas é de 23,6 milhões de euros. Portanto esta boa gestão financeira, “os tais gastadores” que apelidavam, afinal, têm vindo a provar que é possível fazer trabalho, desenvolver trabalho e fazer um gestão rigorosa também das contas do município e permite-nos por um lado, é um aspeto que gostava de enfatizar, de estarmos no terceiro mês, a começarmos no quarto mês do ano, já com mais de cinco vezes



de despesa comprometida face à receita já arrecadada pelo município, isto só é possível porque a saúde financeira do município o permite e estarmos já aqui a assumir compromissos e até no próximo ano os assumirmos mais cedo, em relação à Cultura, ao Desporto, à Educação, enfim, em todas essas vertentes e ao mesmo tempo podermos estar tranquilos no que diz respeito aos projetos comunitários que estamos a preparar no âmbito do PORTUGAL 2020, e ao mesmo tempo podermos avançar com obras com verbas totais do município como acontece nas freguesias, em que basicamente todos os contratos celebrados até agora, e já estamos a falar entre Serviços e Autarquia de mais de 3,5 milhões de euros de compromissos assumidos e de obras já em curso e outras até já inauguradas, felizmente que tem havido esta dinâmica de se começarem obras e já ao fim de um ano e meio já podermos estar a inaugurar algumas obras nas freguesias. Portanto, a saúde financeira permite efetivamente esta atuação. Por fim, referir também, que como vai ser apresentado em determinado momento o saldo positivo que denota que é possível gerir bem uma empresa, que será futuramente uma empresa municipal, é possível gerir bem um serviço de capitais públicos como uma gestão privada e chegar ao final do ano e apresentar nos serviços Municipalizados um saldo positivo de 1,1 milhões de euros, portanto, um saldo de gerência positivo e este resultado líquido anual de 1,1 milhões de euros. Por último referir que, se já falei hoje de manhã também da qualidade da água e enfim, da política que estamos a seguir no SMAS, por fim referir o regresso aos resultados positivos também da EXPOVIS, o equilíbrio que já falei de manhã na HABISOLVIS, portanto a orientação na HABISOLVIS é alocar à melhoria do parque habitacional todas as receitas que são arrecadadas pela HABISOLVIS, como sabem é a nossa empresa que gere o nosso parque de habitação social, são cerca de 400 apartamentos que estão alocados à HABISOLVIS, portanto este é o foco e em relação à Viseu Novo/SRU, portanto, o prejuízo apresentado durante o ano numa entidade que não tem como objetivo dar lucro, mas que tem exatamente como objetivo ter ali um investimento que conduzirá invariavelmente a resultados negativos todos os anos, até porque aquele custo de estrutura não tem uma receita direta que o possa pagar, mas é uma opção que fazemos e designadamente uma opção de focalizar cada vez mais, como temos vindo a fazer a nossa SRU Viseu Novo como o Gestor do Centro Histórico nas suas diferentes dimensões, não só a vertente urbanística, o licenciamento rápido mas também dimensões na área da dinamização económica, apoio aos próprios edifícios que a autarquia está a reabilitar no Centro Histórico, enfim, portanto, no fundo aqui um gestor dentro daquilo que é hoje a nossa nova ARU com o figurino que tem. Portanto, estas eram algumas das informações que eu gostava de deixar neste período de informações que a Lei obriga a que seja enviado um documento escrito, mas sem a maçada de vos estar a ler um documento que seria seguramente muito fastidioso para o próprio que o faz e penso que desta forma mais dinâmica obviamente que há mais alguma informação que já leram seguramente, mas sempre com a total disponibilidade Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados para responder a todas as questões que possam estar abordadas e a outras que não estando abordadas, terei todo o gosto também em responder. Portanto, muito obrigado pela vossa atenção.-----

**TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU EM 20 DE ABRIL DE 2015.**-----

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*-----

*Exmos. Senhores Deputados,*-----

*Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.*

*1. A prestação de contas dos titulares dos cargos públicos, de forma regular, rigorosa e transparente e sujeita ao escrutínio e ao debate, constitui uma condição indispensável do*



*funcionamento da democracia e das suas instituições e, ao nível local, do desenvolvimento das comunidades.-----*

*A Câmara cumpre por isso neste e noutros relatórios o seu papel na garantia dessa condição, assim como no respeito pelo estatuto da Oposição. Justamente há um ano atrás assegurei aos senhores deputados esse respeito integral e incondicional, tendo por isso mesmo apresentado já o relatório devido, porventura pela primeira vez na história do Município.-----*

*2. Em complemento da qualificação da democracia representativa, também o fomento da democracia participativa e da vontade cívica e popular na vida local é uma marca que estamos a construir no concelho. Depois da experiência pioneira e fundadora do Orçamento Participativo de 2014 na zona de influência da atual ARU – Área de Reabilitação Urbana - apresentámos a 23 de março, no calendário previsto, o 2º Orçamento Participativo de Viseu.--- Fizemo-lo simbolicamente no átrio da Assembleia Municipal. Com uma verba de 150 mil euros, o dobro do valor da primeira edição, o 2º Orçamento Participativo do concelho será destinado exclusivamente às 24 freguesias fora da cidade. Queremos alargar a experiência positiva de cidadania participativa a todo o concelho. As populações das nossas freguesias têm aqui uma oportunidade de debater ideias e de realizar alguns sonhos da sua comunidade. As assembleias participativas já arrancaram, começando por Abraveses, a 13 de Abril. Todas as freguesias terão a sua oportunidade.-----*

*Aproveito a ocasião para fazer um ponto de situação da execução do projeto vencedor do 1º Orçamento Participativo, conhecido em janeiro passado: a recuperação dos telhados, portas e janelas das casas habitadas do Bairro Municipal tem contrato-programa já celebrado com a Viseu Novo SRU encontrando-se a obra em fase de consulta pública. Acredito que até ao final da primavera ou já no decorrer do verão estaremos em obra. Sobre as tentativas de mistificar a intervenção no Bairro, queria aqui reafirmar que esta obra respeita a decisão democrática do 1º Orçamento Participativo de Viseu. Não cabe nem à Câmara nem a qualquer força política travar essa vontade expressa pelo voto popular. A preservação e a reabilitação do Bairro Municipal são uma decisão tomada pela Câmara Municipal e por este executivo desde a primeira hora. Qualquer tomada de posição partidária revela apenas uma tentativa de instrumentalização injusta e indevida.-----*

*3. A promoção da qualidade de vida, da educação e da inclusão social têm constituído prioridades deste exercício autárquico e são um pilar do programa VISEU PRIMEIRO para o concelho. Os relatórios que aqui tenho apresentado conferem evidência justa desse facto, assim como as contas do Município.-----*

*Estes temas não são uma flor na lapela de uma retórica. São apostas consequentes e reais! E assumem a tradução orçamental na justa proporção.-----*

*Por isso mesmo, assumimos no Município um compromisso corajoso e inovador no país no apoio às famílias mais numerosas e no fomento natalidade. Compreendo que Viseu, como “Melhor Cidade para Viver”, não pode passar ao lado deste problema e deste desafio. Podemos ter poderes e competências limitados, mas devemos assumir a nossa responsabilidade e não ficar à espera do Poder Central. Ao nível local, o Município de Viseu compromete-se em implementar pró-ativamente uma política local pró-natalidade e amiga das famílias, em particular das famílias numerosas.-----*

*Apresentámos um pacote de 20 medidas de apoio à natalidade e às famílias que iremos implementar já a partir deste ano:-----*

- Aplicação de redução do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para famílias numerosas, em habitação própria, ao abrigo da lei do Orçamento Geral de Estado.-----*
- Disponibilização de um serviço domiciliário para pequenas reparações domésticas, no âmbito da empresa municipal HABISOLVIS, dirigido a famílias numerosas de baixos rendimentos.-----*
- Apoio à recuperação de habitações degradadas para famílias com 3 ou mais filhos, através de majorações nas candidaturas ao “VISEU HABITA”, comparticipando os custos das obras,*



*assegurando os projetos de arquitetura e engenharia ou disponibilizando materiais de construção.*-----

*• Criação de descontos nas taxas municipais de urbanismo e habitação para famílias com 3 ou mais filhos.*-----

*• Afetação de pelo menos 10% de fogos do parque habitacional do município a famílias numerosas.*-----

*• Criação de serviço de apoio e orientação jurídica para assuntos familiares.*-----

*• Reforma dos tarifários de água e saneamento com benefícios para as famílias numerosas. (Os tarifários incrementarão os tetos dos escalões em pelo menos 3 metros cúbicos a contar a partir do terceiro filho. O regulamento que permitirá proceder a esta alteração está já aprovado pela Câmara e será sujeito à próxima reunião de Assembleia Municipal).*-----

*• Gratuidade de refeições escolares a partir do 3º filho.*-----

*• Gratuidade das taxas e mensalidades nas Piscinas Municipais a partir do 3º filho.*-----

*• Introdução de “bilhetes de família” em todas as estruturas, eventos e ofertas culturais e desportivas municipais.*-----

*• Atribuição anual de pacote base de material escolar a todas as crianças do 1º ciclo do ensino básico (sujeitos à obrigatoriedade de não reprovação).*-----

*• Generalizar o acesso de crianças a atividades extracurriculares e, em particular, de famílias numerosas.*-----

*• Fomento nas escolas dos bancos de manuais escolares.*-----

*• Atribuição de bolsas de estudo a filhos de famílias numerosas, em especial nos ensinos profissional e superior (sujeitos à obrigatoriedade de não reprovação).*-----

*• Reforço e qualificação do serviço de transportes escolares, tendo em vista uma resposta às necessidades não cobertas e o melhoramento do serviço.*-----

*• Introdução de “bilhetes de família” no Serviço de Transportes Urbano de Viseu e descontos com o número de elementos da família nos “passes mensais”.*-----

*• Criação de transportes de proximidade “on demand”.*-----

*• Estímulo, numa parceria com as associações empresariais do concelho e da região, à criação de uma rede de empresas amigas da família que fomente “práticas empresariais familiarmente responsáveis” e a disponibilização de estágios locais.*-----

*• Criação do Cartão Municipal de Família Numerosa, com acesso a benefícios (descontos) em serviços municipais ou comerciais/privados.*-----

*• Cooperação institucional com a Associação Nacional das Famílias Numerosas e com o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, tendo em vista a avaliação deste pacote de medidas, a adoção de boas práticas e a formação de dirigentes e funcionários.*

*Esta política social faz-se também de medidas já cumpridas e em funcionamento. É o caso da BEIRA AMIGA e do seu Gabinete de Apoio à Família e ao Consumidor, em particular às famílias e consumidores sobreendividados de Viseu. A Câmara orgulha-se da parceria construída com este objetivo que põe uma porta aberta e amiga para aconselhar e apoiar famílias e munícipes vulneráveis e com problemas de endividamento – até agora inexistente no concelho e na região de Viseu. Uma parceria ao lado da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, da Associação Empresarial da Região de Viseu, da Associação Comercial do Distrito de Viseu e da CARITAS Viseu. As realidades jurídicas e financeiras do consumo são hoje muito complexas e os cidadãos estão muitas vezes desprotegidos pelo seu próprio desconhecimento. A orientação não é, em si, a salvação, mas é um passo para que pessoas em situação crítica encontrem um rumo de recuperação.*-----

*4. Na educação, investimos anualmente 8,6 milhões de euros em educação e já este mês de Abril foi formalizado o avanço da requalificação do pavilhão desportivo da Escola Secundária Viriato, em Viseu. A obra arrancará já no mês de Maio, estando concluída a tempo do início do próximo ano letivo. A cobertura de amianto será substituída e o pavilhão totalmente recuperado. É uma aspiração com vários anos que vê agora a luz do dia e muito justamente. O investimento ascende a 162 mil euros, num esforço partilhado entre o*



*Município de Viseu e o Ministério da Educação. Mesmo sem fundos comunitários, não atrasámos esta obra de importância social e educativa evidente. O pavilhão desportivo serve 783 alunos e mais algumas centenas de utilizadores não escolares. Reclamei também do Governo que olhe para a situação da Escola Grão Vasco como próxima grande prioridade.--- Também em Abril foram celebrados 16 acordos de cooperação para a execução do programa VISEU EDUCA, nos domínios do ensino da música, formação artística, prática desportiva, acompanhamento escolar, saúde, diálogo intergeracional e inclusão de crianças e jovens portadores de deficiência. O investimento municipal associado ascende a 65 mil euros. Uma das medidas previstas no programa “VISEU EDUCA” para a saúde e a inclusão escolares começou também já a ser concretizada a 15 de abril. O primeiro rastreio escolar à qualidade de visão abrangerá cerca de 2000 alunos do 3º e 4º anos. Na mesma altura foi apresentado o Kit “Coloradd Social”, destinado a promover a inclusão de alunos com problemas de daltonismo. O kit, produzido numa parceria entre a Coloradd, o Município e a Viarco, será distribuído a toda a comunidade escolar dos 3º e 4º anos, tendo em vista o conhecimento do código de cor para daltónicos. Esta ação conta com a participação de várias empresas que aceitaram o repto da sua responsabilidade social.-----*

*Já em Março, no Dia Nacional do Estudante, promovemos a “Cerimónia de Reconhecimento por Mérito Educativo, Cultural e Desportivo” dos jovens dos Ensino Básico, Profissional, Secundário e Superior de Viseu, assim como do Conservatório Regional de Música e da Escola Lugar Presente. Foi um momento importante de valorização do mérito entre os jovens do nosso concelho que permitiu distinguir 326 jovens de 71 escolas dos diversos graus de ensino e nas diferentes categorias. O mérito, a excelência e o esforço são distinguidos e promovidos.-----*

*Também no mês de março o Município participou, ao lado das Escolas Superiores Agrária e de Educação de Viseu, no arranque da Academia Dão Petiz, um serviço educativo para o mundo rural que lançámos no âmbito do programa VISEU RURAL. A “Academia” nasceu com mais de 60 crianças e cerca de 20 professores e alunos destas Escolas Superiores. A Academia Dão Petiz proporcionou e proporcionará às crianças entre os 6 e os 12 anos um programa ao longo do ano que permita um contacto direto e in loco com os ciclos da terra e os produtos identitários de Viseu cidade-região. É um projeto credível e inovador de educação e empreendedorismo para o mundo rural, que promove a paixão pela terra e pela nossa identidade rural.-----*

*5. A revitalização e a reabilitação do nosso Centro Histórico têm conhecido impulsos assinaláveis que importa também registar. Não são apenas o avanço das obras municipais ligadas à reabilitação dos edifícios no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar”, dos concursos para os projetos do 1º Hostel de Viseu e para a revitalização da praça do Mercado 2 de Maio, ou do projeto nascente para a reabilitação de um edifício marcante na rua do Comércio para a futura sede das Águas de Viseu. São também as fortes dinâmicas privadas relacionadas com a recuperação de edifícios para habitação e com a intensa transmissão de propriedades, indicador relevante do futuro da reabilitação do coração da cidade. Ao todo, no mandato desta Câmara, foram transacionadas 50 propriedades e apoiadas 44 operações de reabilitação de fachadas. Estes números mais que duplicam (praticamente triplicam) a dinâmica registada em 2011, 2012 e 2013.-----*

*Mas a dimensão dos números não dão conta de toda a política para o centro histórico. Estamos apostados em qualificar o tipo de intervenção física e social nesta zona histórica, com grande valor patrimonial e grande potencial económico e turístico, mas também socialmente sensível. A 17 de abril, na véspera do Dia Internacional dos Monumentos & Sítios, daremos seguimento ao nosso debate com o país, e com a presença de reputados especialistas do Porto, Coimbra, Lisboa e Viseu, sobre as melhores práticas de valorização patrimonial e reabilitação de centros históricos. O Município de Viseu quer conhecer e promove as melhores respostas aos desafios da reabilitação e revitalização dos centros urbanos antigos, em conformidade com preocupações patrimoniais, ambientais, sociais e*



económicas. A conferência “Práticas de Reabilitação de Centros Históricos: recomendam-se?” elege este tema central e está integrada no ciclo “Para que serve um sítio Património da Humanidade?”. Este é um debate nacional que importa despertar. Os desafios das cidades históricas estão muito ligados à valorização do seu património e à sua revitalização económica. O arranque do PORTUGAL 2020 justifica um novo ciclo de reflexão e Viseu quer aprender com os melhores casos.-----

6. A oferta cultural e de eventos de Viseu continua também em alta. O Festival de Música da Primavera regressou com uma programação diversificada e inovadora, que trouxe um dos nomes mais promissores do piano norte-americano a Viseu – Sara Daneshpour. Mas esta programação não fica fechada nos salões e chegou também ao Estabelecimento Prisional de Viseu, a lares e instituições sociais. O concurso internacional de piano conseguiu um patamar internacional de participação, que o coloca como uma marca em vários continentes. A dinamização da Quinta da Cruz como espaço cultural e de fruição familiar prossegue de forma regular. Inaugurámos a 7 de Março a exposição “Eating the past ou Archaeologies” de Júlio Quaresma. Durante quase três meses será possível a visitantes e turistas o contacto com as criações do arquiteto e artista plástico luso-angolano, no singular ambiente natural e patrimonial da Quinta da Cruz. Vinda do Museu de Arte Moderna de Valência, a exposição integra 16 pinturas e duas instalações, “Apples” e “Art Room for Selfies”. Em Viseu, é enriquecida com a mais recente obra do artista, “O Banquete”, de dimensões surpreendentes. O Município de Viseu celebrou ainda este mês os contratos de financiamento de cerca de 400 mil euros com 16 entidades e agentes culturais para a viabilização de programas, iniciativas e eventos criativos e artísticos em 2015. A contratualização segue-se à decisão de aprovação municipal da lista dos 16 projetos culturais vencedores no concurso público “VISEU TERCEIRO”, que colocou em competição 90 candidaturas. Nove dos 16 projetos constituem realizações inéditas em Viseu e a música é a área artística com o maior número de iniciativas, com cinco realizações. O Concurso VISEU TERCEIRO foi uma metodologia corajosa, inovadora e pioneira em Viseu no mapa municipal do país. Realizar um concurso público, aberto, com regras e critérios bem definidos, com um júri independente, sujeito a um calendário e a um escrutínio público, dá muito mais trabalho do que decidir casuisticamente. Dá muito mais trabalho – mas dá também muito melhores frutos. Dos 16 projetos culturais, 9 são inéditos! Este concurso foi por isso uma janela aberta para novas ideias e novos 9 projetos em Viseu, ou para realizações que não teriam lugar caso não se abrisse este diálogo franco com a sociedade cultural da região, como são exemplo a “Comemoração do 20º Aniversário da Companhia Paulo Ribeiro”, promovido pelo Teatro Viriato, que prevê a criação e produção do espetáculo de dança “A Festa”; ou o projeto “Viseu Rural 2.0.”, que propõe a inventariação patrimonial de criação artística sonora, de media e de difusão cultural em todas as freguesias rurais do concelho de Viseu, ou também o prémio literário “Aquilino Ribeiro”... Por outro lado, os “Jardins Efémeros” são o projeto com maior volume de financiamento: 125 mil euros. É uma boa notícia para a continuidade desta marca de programação cultural em Viseu.-----

Avaliaremos abertamente e sem preconceitos esta experiência. Consideramo-la uma experiência vencedora, justa e transparente, mas estamos a estudar afinações e melhoramentos que se impõem! Desde logo iremos melhorar o calendário de realização do concurso já este ano. O novo concurso será lançado em Setembro, dando tempo para que todos os procedimentos de avaliação, decisão e contratação se fechem até ao final do ano! Será também um concurso que permitirá financiamento para 2 anos. E que fará uma distinção mais clara entre projetos consolidados e novos projetos, evitando qualquer concorrência entre estas duas linhas distintas de propostas.-----

7. No Desporto, fomentamos também a mesma lógica de parceria com a rede institucional local e de co-responsabilidade. Também em Abril, a Câmara celebrou contratos desportivos de 1 milhão de euros com 31 instituições locais, com grande expressão no domínio da formação desportiva de jovens e da generalização da sua prática.-----



*O investimento municipal associado é de quase um milhão de euros, entre apoios financeiros diretos (700 mil euros) e isenções relativas à utilização de instalações e equipamentos desportivos. Face a 2014, os apoios municipais diretos aumentam mais de 7 por cento, na ordem dos 51 mil euros.*-----

*Os contratos-programa abrangem 19 modalidades (mais duas que em 2014) e permitem apoiar mais de 3500 atletas (mais 330 do que no ano passado). Cerca de 50% do investimento destina-se a apoiar o desporto federado, mas pelo primeiro ano o Município apoiará o desporto não federado, em escalões jovens. A política municipal visa ainda estimular o desporto adaptado no concelho, a participação de jovens atletas do género feminino e a formação desportiva nas freguesias periurbanas e rurais.*-----

*Ainda na dimensão do bem-estar, da saúde e da prática desportiva, há a destacar a inauguração, no passado mês de março, da 1ª Grande Rota de Viseu “Mamaltar de Vale de Fachas”, integrada na rede de percursos pedestres promovida pelo Município. Este é o primeiro percurso no concelho com mais de 30 Km e passa por 4 freguesias. É mais um produto a somar a outros e a diversificar as oportunidades de prática física saudável para todos e em todo o concelho.*-----

*8. A Câmara Municipal de Viseu aprovou e sujeita à apreciação da Assembleia as contas relativas à execução orçamental de 2014. O saldo anual, entre receitas e despesas, é positivo em 8,8 milhões de euros e consolida a boa saúde financeira do Município. De acordo com o relatório aprovado, o endividamento municipal é reduzido em 2014 em 3 milhões de euros e permite ainda um aumento das reservas financeiras do município no mesmo montante. A saúde financeira melhora assim em 6 milhões de euros, fixando o saldo de gerência global do Município em 23,6 milhões de euros. A boa gestão financeira reforça a forte sustentabilidade do Município e é um fôlego para um novo ciclo de investimentos, no quadro do PORTUGAL 2020, que será muito mais exigente para o Município do que o foi no passado.*-----

*A solidez alcançada foi acompanhada por uma boa execução dos investimentos sociais, económicos e de proximidade. De acordo com o relatório de gerência, as funções sociais das Grandes Opções do Plano (GOP) apresentam a execução mais elevada, com uma realização financeira de 14,5 milhões de euros, representando 53% do total das GOP. Neste âmbito destaca-se o investimento na política de educação, que absorve 34 daquele montante, em resultado das obras no parque escolar e dos encargos com os transportes escolares, refeições escolares e auxiliares de educação. Já as “funções económicas” representam 24% do investimento das GOP, com os investimentos nos transportes rodoviários, na reabilitação urbana e na conservação e reconstrução do património municipal, à cabeça.*-----

*O relatório de conta de 2014 dos serviços municipalizados das Águas de Viseu está também aprovado e fechado, com um saldo de gerência positivo e um resultado anual líquido positivo de 1,1 milhões de euros. A despesa corrente foi diminuída e o investimento foi mantido em alta. Esta fotografia exprime uma situação em que somos capazes de, simultaneamente, garantir uma qualidade de água de excelência, como é reconhecido pela Entidade Reguladora desde 2013, e um preço baixo e socialmente justo. Também por esta via se faz a qualidade de vida em Viseu e uma política socialmente inclusiva e justa, de cujo desenvolvimento e aprofundamento não abriremos mão.*-----

*(Anexo 1, página 238).*-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu ia só transmitir que toda a informação escrita, a totalidade da informação escrita, que foi distribuída por todos, fará parte na íntegra da Ata da Assembleia. O que o Senhor Presidente aqui apresentou, é um resumo que eu penso que é mais dinâmico, mas implica sempre que na Ata venha toda a Informação Municipal na íntegra, era só para realçar este aspeto. Eu ia só aqui fazer uma situação, que tinha a ver com a gestão pública. Eu sou um adepto da gestão pública, acho que a gestão pública pode ser eficiente, e deve-o ser, teve ter isso sim, mecanismos, pode adotar alguns mecanismos da gestão privada, mas nunca pode ser uma gestão privada e por isso, penso que também da parte do Senhor



Presidente estava inerente esta maior eficiência da gestão pública que deve ter, nunca confundindo com a situação de uma gestão privada, mas com mecanismos da gestão privada, era isso que penso que o Senhor Presidente..., até porque eu não poderia, como já fui gestor público, sou um adepto da gestão pública, acrescentaria este aspeto, que penso que estava inerente a toda a intervenção. Por isso, ia colocar à apreciação esta Informação Municipal. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **QUARENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA**

**MODESTO (PS):** Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Secretárias da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimas Senhoras e Senhores da Comunicação Social, Público em Geral.-----

Cito: “A promoção da qualidade de vida, da educação e da inclusão social têm constituído prioridades deste exercício autárquico (...) Estes temas não são uma flor na lapela de uma retórica. Por isso mesmo, assume o Município um compromisso corajoso e inovador no país no apoio às famílias mais numerosas e no fomento da natalidade.”-----

Espero, Senhor Presidente, que a minha condição e visão de mulher, jovem, profissional liberal, cuja formação académica ocupou vários anos e cuja vida profissional relega para “mais tarde” a ambição do pleno exercício da maternidade contribua para o debate, deste desiderato que Vossa Excelência elegeu como cimeiro. Falo na primeira pessoa, mas poderia falar em nome de tantas outras viseenses que conhecem esta realidade. Umas com mais anos de escolaridade, outras menos, umas com mais rendimentos, outras menos, mas todas com obrigações laborais díspares que tentam conciliar a vida profissional e familiar, no dia-a-dia.-----

Reduzir o tema à natalidade é reduzir o debate. Não podemos tomar a parte pelo todo. A base de trabalho comum e sustentada tem de ser alargada: o que importa é falar de medidas de apoio às famílias sejam elas numerosas ou monoparentais.-----

Quero trazer ao conhecimento de Vossa Excelência os seguintes factos:-----

Contrariamente à tendência verificada no interior de Portugal Continental, incluindo capitais de distrito, na última década censitária entre 2001-2011, Viseu cresceu demograficamente (aproximadamente 6%). Sinal muito positivo...:-----

Mas, no que se refere à aplicação de medidas de discriminação positiva, no âmbito do quadro comunitário “Portugal 2020”, em contraponto a todos os outros municípios do interior do país, o município Viseu não é considerado de “baixa densidade”. Contudo...: Não é o município de Viseu que é uma ilha na depressão demográfica do interior do país, mas sim a cidade de Viseu. No concelho verificou-se um crescimento populacional “urbanocêntrico”, com acentuado abandono e envelhecimento populacional das freguesias rurais, por exemplo a freguesia de Côta teve uma taxa de variação de população residente de -24% entre 2001-2011).-----

Depois de 2011, dados até 2013, o município de Viseu apresenta já um decréscimo populacional, para tanto basta consultar os dados do INE ou da PORDATA.-----

Para além de razões de enquadramento nacional identificáveis – redução da taxa de natalidade, emigração jovem, etc. – estará este facto relacionado com o “Modelo de Desenvolvimento” de Viseu implementado nas últimas décadas que não tem privilegiado a promoção da atividade económica e a criação de emprego? Dados do INE, em 2013 nasceram menos 354 crianças, nados vivos relativamente a 2000, a queda mais expressiva é no primeiro filho com menos 224 crianças, seguida do segundo filho com menos 88 crianças, seguida do terceiro filho com menos 28 crianças. Assim, Senhor Presidente vamos às questões:-----

Para discutir as políticas de família é necessário discutir localmente a sua estabilidade: quantos postos de trabalho foram criados até ao momento no concelho? Quantos dos jovens convidados a emigrar por este Governo regressaram? Quantas oportunidades de



trabalho surgiram, que sejam fruto da sua proclamada “influência económica”? Qual o número de famílias numerosas em Viseu (com três ou mais filhos?) Quantas famílias existem em Viseu somente com um filho? Que estudo/ diagnóstico da realidade polarizada do concelho esteve na origem destas vinte anunciadas medidas? Não interprete as minhas palavras como crítica desenraizada ou superficial. São medidas e é certo que o “caminho se faz a caminhar”... mas serão as suficientes para inverter os dados demográficos? São com certeza um início, mas mais, muito mais há a fazer. Sobretudo na tónica... é indubitavelmente importante apoiar as famílias numerosas mas nas políticas de natalidade, e isto ouviu-se no debate organizado por Vossa Excelência, “cada filho conta...”.

Em França, por exemplo, o paradigma da natalidade alterou-se substancialmente nos últimos anos: houve um decréscimo do número de mulheres com três ou mais filhos aumentando proporcionalmente o número de mulheres que têm um único filho; foram eleitas políticas de conciliação entre a vida familiar e laboral a tempo inteiro, os apoios são dados durante toda a infância independentemente dos rendimentos dos pais sem indexação destas ajudas aos recursos financeiros das famílias; há uma excelente rede de creches onde é possível deixar os bebés nos primeiros anos de vida. Quer isto dizer que, em França, para além das ajudas financeiras estruturadas ao longo da infância, os franceses contam com uma série de infraestruturas públicas que os apoiam quando decidem ter um filho.

Sou apologista da pedagogia das boas práticas, quer no panorama nacional quer local. A tónica concelhia deve passar pela oferta de uma rede pública de infraestruturas de apoio às crianças a preços acessíveis e socialmente justos, com horários diversificados, que façam o ajustamento à realidade familiar.

Mais do que: “Festejar a vida”, mote comercial de promoção corporativa a traduzir o ide e multiplicai-vos de Maria Luís Albuquerque, deverá a autarquia de Viseu apostar no real diagnóstico do concelho, e das dificuldades que continuam a assolar as mulheres e homens que querem ter filhos e não podem, porque não sabem o dia de amanhã, porque continuam sujeitos a regimes laborais e comunitários adversos “ao cuidar” e ao ter uma Família... sem apoios, sem creches, ATL, atividades em período de férias a preços suportáveis, etc.

Num país onde se “esguicha a veracidade da condição de amamentação” onde os pais continuam a viver, muitas vezes em silêncio, situações de impedimento de utilização das licenças de parentalidade a que têm direito e numa região, onde “ficar grávida” pasme-se, representa um risco real para a vida profissional e para a autonomia económica da mulher, com o silêncio pactuante daqueles que – perdoem-me a franqueza, aqui têm assento - e, em primeira linha, deveriam lamentar e condenar, há ainda, um longo caminho a trilhar.

Enquanto pelo país, inúmeras autarquias, através da elaboração de planos municipais para a igualdade, se mobilizam para a promoção das condições de conciliação, tornando-se territórios onde é mais fácil ser pai e ser mãe, onde se combatem os estereótipos de género no trabalho em parceria com as escolas, em Viseu é pelo incentivo às famílias numerosas e pela festa que se “fazem meninos”!

Não estará na altura de quem dirige ter mais responsabilidade nas mensagens que emite? - Sem políticas integradas não há soluções. Todos os esforços autárquicos ficam aquém quando não há políticas integradas de discriminação positiva. Disse.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.

----- **QUARENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara de



Viseu, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Público em geral e Comunicação Social.-----

Após termos ouvido atentamente a informação do Senhor Presidente relativa ao seu “desempenho”, que está muito aquém daquilo que prometeu aos viseenses, o PS quer em jeito de contra informação relembrar ao Senhor Presidente algumas questões essenciais para o desenvolvimento do concelho/região e que até agora ainda não passaram de informações e contra informações. Assim, comecemos:-----

Comecemos pela ferrovia, na semana passada, o Senhor Presidente prestava declarações ao Diário Económico e falava nas fortes expectativas que o Senhor Presidente deposita na concretização da ligação ferroviária de Cacia, (Aveiro) Viseu, Mangualde, pois entende, e bem, que ao garantir melhores acessibilidades está a facilitar o investimento e a incrementar o fluxo turístico.-----

Mas, Senhor Presidente, sabendo que não vai haver comboio, em Viseu, não será esta uma estratégia para distrair os viseenses daquilo que não é capaz de fazer? Note-se que o Senhor Presidente já está informado, pelo seu governo, mais concretamente pelo Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, que em março do corrente ano, afirmou, em Vouzela, que as obras da ferrovia estão adiadas para a próxima legislatura. Aliás, o mesmo Secretário de Estado em janeiro do mesmo ano afirmava que a Refer estava a analisar a proposta da Plataforma A25, Aveiro – Viseu - Guarda que preconiza a ligação Aveiro – Salamanca e, dizia o citado Secretário de Estado, acreditando no entendimento entre os referidos autarcas, seria construído um novo corredor entre Aveiro – Mangualde e, a melhoria da atual linha da beira alta seria executada se houvesse dinheiro. Em suma, a informação que deverá ser transmitida aos viseenses é que o comboio está adormecido.-----

Outra situação a registar é a nova estrada de Viseu/ Sátão que irá ficar na gaveta, segundo informações do Jornal do Centro da passada semana, pois mais uma vez o Secretário de Estado Sérgio Monteiro, afirma que este executivo não avançará com a variante Viseu - Sátão, o que está previsto é a “ redução de constrangimentos”, na atual ligação pela estrada 229 “que é aquilo que as indústrias e as empresas precisam”. Acrescenta o referido governante que através de uma parceria com as estradas de Portugal/ Câmaras Municipais de Viseu/Sátão, e agentes económicos, que beneficiam da estrada, pretende alargar a via a partir da já existente e remover os constrangimentos.-----

Ora estes arrufos entre um governante, Sérgio Monteiro, e um ex-governante e Presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, dizem bem das ilusões que ambos criaram à região e, sobretudo, espelham a confusão e falta de clareza do Governo PSD/CDS.-----

Também não poderia deixar de fazer uma referência à carreira área de Bragança a Tires (Cascais) que passando por Viseu não vai certamente servir os Viseenses, pois o avião aterrará em Cascais e não no Aeroporto da Portela o que trará custos acrescidos ao passageiro. Se queremos desenvolver o concelho/região talvez não fosse pior ideia dar outra dimensão ao aeródromo e prepará-lo para receber turistas e emigrantes.-----

Não posso deixar de mencionar as palavras do Senhor Presidente numa entrevista a um jornal diário, no qual fez um ligeiro comentário à governação do passado e afirmava que Viseu não tem nenhum elefante branco, pois, Senhor Presidente, talvez não seja má ideia avivar-lhe a memória, pois a que chama ao Mercado 2 de maio e ao funicular? Nos quais foram desperdiçados mais de 5 milhões de euros, bem como 300 mil euros em despesa anual, aliás só para a condução do funicular são gastos 130 mil euros.-----

Nessa mesma entrevista o Senhor Presidente diz que o investimento que captou resulta de uma dinâmica e refere o hospital da CUF e a Bizdirect, mas Senhor Presidente assumir a paternidade dos investimentos não lhe fica bem, pois se bem se lembra estes projetos/ investimentos foram iniciados por terceiros. Aliás, nós em Viseu não vemos investimento, o que vemos é dinheiro gasto em publicidade, contrariamente a alguns concelhos próximos que investem e criam postos de trabalho.-----



Ainda na senda das promessas feitas e não cumpridas, também gostaríamos de saber qual a situação do pavilhão multiusos, pois foi prometido que na primavera estaria um pavilhão funcional e também é pertinente para o concelho e região saber qual o ponto de situação da moção apresentada e aprovada por unanimidade, nesta Assembleia, relativa ao Centro Oncológico para Viseu.-----

O PS mantém a posição de sempre. Assumimos uma oposição responsável e colocamos acima de tudo os interesses e defesa dos viseenses e, entendemos que passar das palavras aos atos é necessário e urgente em nome do desenvolvimento do concelho e região.-----

Ainda também na qualidade de Deputada desta Assembleia Municipal e como representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco, o Partido Socialista pretende aqui, nesta Assembleia Municipal, manifestar a sua preocupação relativamente à demarcação que o atual executivo da Câmara revela face à C.P.C.J. de Viseu. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco é uma instituição não judiciária com autonomia funcional que visa a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.-----

O objetivo principal da Comissão de Proteção é prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação ou desenvolvimento integral das Crianças e Jovens, sustentada no desempenho de funções preventivas, de ajuda e de aconselhamento.-----

Facilmente se depreende pela definição da CPCJ e dos seus objetivos o quanto é sensível e exigente esta tarefa. Assim é pertinente que aqueles que têm a clarividência de cumprir a lei que o façam.-----

O Partido Socialista gostaria de saber por que razão o Senhor Presidente não assume as suas responsabilidades plenas na CPCJ.-----

Será porque o investimento necessário para fazer na referida comissão, que trabalha com famílias desestruturadas, crianças e jovens com os mais diversos problemas e, como a especificidade da ação da CPCJ não permite, ao Senhor Presidente, uma participação pública, o Senhor Presidente prefere ignorá-los. Decorre da lei, decreto-lei 147/99 de 3 de setembro, que a Câmara Municipal tem que:-----

Conceder instalações, proporcionar um representante; o representante da comunidade que deve ser nomeado por dois anos. Neste momento a CPCJ não tem representante da autarquia.-----

Relembremos ao Senhor Presidente as péssimas condições ao nível das instalações em que se encontra a CPCJ.-----

As instalações não permitem a privacidade das crianças, jovens e familiares, não existe uma sala de espera, enquanto uns estão a ser ouvidos, os que aguardam fazem-no num corredor, sem condições para ser sala de espera.-----

As janelas não são ventiladas.-----

Ao nível do material informático, não existe fotocopiadora, não existe digitalizador, têm apenas um computador e têm apenas uma linha telefónica que é a mesma do fax.-----

Recorde-se que a CPCJ de Viseu ronda os 600 processos.-----

A Comissão não tem viatura própria, pois quando necessitam de viatura têm de a requisitar com 24 h de antecedência, mas Senhor Presidente, será que os técnicos sabem quando são chamados de emergência? Infelizmente não existe hora para programar os acontecimentos dos factos, nem hora para prestar auxílio a estas famílias e crianças. É evidente que, com esta limitação de viatura muitas vezes os técnicos têm de levar o automóvel próprio, o que nestas situações diga-se, não é aconselhável nem desejável.-----

Senhor Presidente, relembro que segundo o protocolo celebrado entre os municípios e a Segurança Social a Câmara de Viseu recebe uma verba de 50 mil euros aproximadamente. Urge perguntar, o que se passa então, para que o Sr. Presidente devote ao abandono esta comissão?-----



E já agora, por que razão a CPCJ não integra o Viseu Educa? Tenho dito.-----  
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha. -----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero os meus cumprimentos a todos os presentes, e antes de passar à comunicação que aqui me traz, não resisti a uma pequena provocação à Deputada Adelaide Modesto precisamente sobre as questões da natalidade e dizer-lhe que festa já temos, falta é os meninos, e regada a vinho do Dão para ver se solta mais ainda a paixão não é? Acho que por outro lado também, dizer-lhe que em França o estado de graça do Francois Hollande já anda um bocadinho pelas ruas da amargura e que nestas eleições departamentais se verificou uma viragem à direita, se calhar alguma desilusão dos franceses em relação às políticas de Hollande. Pronto, posto este ponto de situação, passaria à comunicação que aqui me trouxe.-----

Gostaria de iniciar esta intervenção fazendo uma reflexão sobre o Orçamento Participativo, como já aqui o referimos nada temos contra esta medida e até consideramos que os princípios da mesma são bastante nobres, uma vez que procuram aproximar os cidadãos da política, incentivando-os a apresentarem ideias para resolver alguns dos problemas com que se vão confrontando no seu quotidiano ao mesmo tempo que se tornam co-responsáveis na gestão e aplicação dos dinheiros públicos.-----  
No entanto, volvido um ano, gostaríamos que se efetuasse uma avaliação sobre a aplicação do Orçamento Participativo. Voltamos a reforçar que o mais importante é que o dinheiro seja bem aplicado e que a vontade de quem participou e votou seja estritamente respeitada, por isso, tomamos boa nota do compromisso de Vossa Excelência em começar as obras no princípio do verão.-----

Gostaríamos de saber no entanto, quanto gastou o Município na promoção do 1º Orçamento Participativo?-----

Quanto ao 2º Orçamento Participativo, a primeira ideia que sobressai é a de que a Freguesia de Viseu ficou a perder em relação ao ano anterior, sobretudo porque a Junta de Freguesia da Cidade não tem o mesmo poder de comunicação nem os mesmos meios de divulgação do que a autarquia, o que certamente contribuirá para um decréscimo na participação dos cidadãos e no número de projetos candidatos. Para além disso, a verba alocada pela Junta de Freguesia de Viseu é menos de metade da disponibilizada pela autarquia no ano transato, o que também pode não ajudar à participação.-----

Consideramos positivo que Orçamento Participativo de 2014 contemple 24 das 25 Freguesias do Concelho de Viseu, no entanto, gostaríamos que no final se efetuasse uma avaliação desta medida relativamente à sua implementação e aos custos de produção que a mesma comporta.-----

Senhor Presidente, tenho de o felicitar pelas medidas que pretende implementar em prol do incremento da natalidade, pelo que tomámos boa nota dos descontos dos “bilhetes família”, da gratuidade do fornecimento das refeições escolares a partir do terceiro filho e da atribuição de bolsas de estudo a filhos de famílias numerosas. Pensamos que esta política diferenciadora e direcionada para problemas concretos deveria ser igualmente implementada nas freguesias rurais que apresentam um baixo índice de natalidade.-----

Quanto ao Beira Amiga e ao Gabinete de Apoio à Família e ao Consumidor gostaríamos de saber quantas famílias já recorreram a este serviço e que ajuda lhes foi disponibilizada pelo mesmo?-----

Relativamente à Academia Dão Petiz, que bom que seria que o Ministério da Educação e Cultura seguisse o seu exemplo, pois, a abundância de recursos alocados a este projeto deve ser caso único a nível nacional. Vinte professores para sessenta alunos inscritos dá um rácio de 1 professor para cada três alunos o que é verdadeiramente notável e calará até o sindicalista mais reivindicativo.-----

Mudando de tema, centramos agora a nossa atenção nas vias de comunicação para



dizermos que das três que foram prometidas (ligação ferroviária Aveiro/Viseu/Salamanca; ligação aérea Viseu/Cascais ou Tires como lhe queiram chamar e a requalificação do IP3) ficámos com aquela que, no presente, talvez nos faça menos falta. Na verdade, gostaríamos que Vossa Excelência exercesse a sua influência política, associando-se a outras autarquias servidas pelo IP3, Presidentes das diversas Assembleias Municipais, CIM, Deputados à AR eleitos por Viseu e Coimbra pelas diversas forças políticas, juntamente com o Deputado Europeu Fernando Ruas a fim de constituírem um grupo de pressão capaz de fazer Bruxelas reconsiderar e mudar de ideias autorizando a concessão de fundos comunitários para a realização das obras de requalificação do IP3, achamos que todos teríamos a ganhar com isso.-----

Por último, em matéria de finanças, gostaríamos de questionar Vossa Excelência relativamente às GOP, estando prevista uma despesa na ordem dos 42 milhões de euros, apenas se executaram até à presente data cerca de 27 milhões de euros, a que se deve tal situação? Pretendíamos ainda que Vossa Excelência nos esclarecesse sobre a queda de 27,33% sofrida pelas receitas de capital em 2014 quando comparada com o período homólogo de 2013, isto com base no relatório que nos foi fornecido do Revisor Oficial de Contas, informação que nos foi concedida.-----

Face ao Relatório do Revisor Oficial de Contas, constatamos ainda que em 2014 o Município teve uma execução de despesa na ordem dos 70,92%, no entanto, se compararmos com 2013, houve um aumento global de cerca de 5% da despesa, registando-se um ligeiro acréscimo em quase todas as rubricas.-----

Porém, se o Município gastou mais também cobrou mais, constatando-se que a receita cobrada também foi superior face a 2013 em cerca de 1 milhão e meio de euros, resultante das receitas provenientes de impostos como (IMI/IUC/IMT e derrama).-----

Gostaria também em relação à informação judicial que nos foi prestada, em que a Câmara é ré e reclamante, de lhe perguntar sobre o dinheiro que parece que o Município colocou a fundo perdido no BPP, estará efetivamente perdido ou ainda haverá a esperança de podermos recuperar esse mais de 1 milhão e 200 mil que ali se encontra camuflado ou perdido em algum paraíso fiscal ou em algum sitio qualquer? Esperemos que, nesta matéria os culpados não fiquem impunes perante a Lei pois parece-me que a recuperação desse crédito se afigura um pouco mais longínqua.-----

Centrando agora o foco na nossa cidade, uma pergunta só de algibeira, uma pergunta mais simples mas nem por isso entendo eu, gostaria de a trazer também para aqui, que se prende com as instalações sanitárias no Jardim de Santo António, em frente à Escola Comercial. Gostaríamos que Vossa Excelência nos informasse o que é que ali vai ser feito, se é para recuperar ou se é para demolir?-----

Quanto ao programa Viseu Terceiro, congratulamo-nos uma vez mais pelas alterações que Vossa Excelência irá introduzir no próximo programa, na próxima candidatura, já aqui afirmamos a nossa concordância com o mesmo, também já enaltecemos a qualidade dos Membros que fizeram parte da comissão de avaliação do projeto, contudo consideramos também, cá está, que os reajustamentos deverão ser levados a cabo, como Vossa excelência já frisou irá pôr isso em prática, e sobretudo porque temos aqui que considerar duas coisas, referir-me concretamente ao caso dos Jardins Efémeros, não nos podemos esquecer que este é um evento que projeta Viseu para além das nossas fronteiras ou seja, é um projeto urbano, de cultura urbana que projeta Viseu no espaço nacional e internacional tendo um forte impacto na economia local, com particular incidência na restauração, no comércio e na hotelaria contudo, e gostamos de separar aqui as águas, também já recebemos aqui a informação que o Senhor Presidente ajudou os Jardins também a conseguirem meios para financiar o projeto através da divulgação agora dos cartazes, disponibilizando os MUPIS do município para que isso acontecesse e também como disse há bocado na questão dos 20.000 euros que pelos vistos ajudou a angariar através de um contacto com uma empresa que irá patrocinar os Jardins. Contudo, também defendemos



aqui outra questão em relação aos Jardins, é que, quem lucra com os Jardins, também deve patrocinar o seu financiamento, sobretudo, estamos a referir-nos concretamente aos comerciantes do Centro Histórico que nos dias e nas semanas dos Jardins devem triplicar ou quadruplicar a sua faturação, por isso, também é bom que contribuam para a realização desse evento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. A Mesa teve alguma tolerância na intervenção. Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora então, muito boa tarde, Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. Esta tem sido uma Sessão tão animada quanto insólita, desde logo com a apresentação de uma Moção de confiança ao Executivo, tipo “iô iô” tão depressa saiu do bolso quanto entrou. Depois pudemos assistir a alguma crispação no trato com os Deputados, eu particularmente acho que tenho, penso eu, algum sentido de humor e poder de encaixe, mas enfim, temos que convir que a forma como o Senhor Presidente às vezes trata particularmente com a Deputada do PCP, peca por algum exagero e às vezes resvala até para o que poderíamos chamar “dirigismo controleiro”, que eu pensava que já estava afastado do município, isso já não se usa, embora até há pouco tempo fosse prática, porque acontece o seguinte, se a Senhora Deputada fala em público, não tem que assumir a sua filiação partidária, fala como cidadã. É certo que por exemplo o Senhor Deputado Teodósio, para dar um exemplo concreto não diz aqui que é dirigente, Presidente da UGT de Viseu, mas também não vai dizer à UGT que é do PSD, penso eu. Portanto, eu por acaso até não tenho grandes problemas em assumir-me, não gosto de usar pseudónimos e portanto, sou dirigente associativo, exerço este cargo, tenho filiação partidária e portanto, não tenho problemas, não gosto de usar heterónimos e portanto, sou o que sou e assumo o que sou em qualquer parte lado, de qualquer modo, acho que exigir isso é de facto um exagero e naturalmente depois, enfim, quando a gente se põe a jeito, depois às vezes nem toda a gente tem sentido de humor e dá no que dá.-----

Relativamente ao 2º Orçamento Participativo de Viseu, de facto, o Senhor Presidente repete-se e obriga-me a repetir, é um bocado cansativo mas pronto, de facto duplicou a verba, já a tinha aumentado porque o Bloco de Esquerda de facto tinha chamado à atenção aqui para a exiguidade dos 50 mil euros que inicialmente estavam atribuídos, assim como na Junta de freguesia da Cidade, também foi o Bloco de Esquerda que chamou à atenção para isso e para a restrição do âmbito do orçamento e como exigiu para poder votar a favor que o Orçamento Participativo para este ano na Junta fosse a votos, porque não ia, portanto, era uma espécie de Orçamento Participativo e portanto, por exigência do Bloco ele efetivamente já é deliberativo, as pessoas podem participar e votar. A verba de 150mil euros, a dividir por 24 Freguesias dá 6 mil euros a cada uma, dá para compor um bocadinho de alcatrão à frente da casa do Presidente da Junta, (é humor, é humor, não é provocação), mas é evidente que vai haver seleção de propostas e portanto, pode ser que dê para fazer alguma coisa.-----

Li atentamente o documento do Senhor Presidente mas fiquei algo confuso quando o Senhor Presidente diz e refere as tentativas de mistificar a intervenção no Bairro, “não cabe à Câmara nem a qualquer força política travar essa vontade expressa pelo voto popular”. Espero que isto não tenha nada a ver com o Bloco de Esquerda! Não tem, pronto. Quando foi do prémio, foram as pessoas que me chamaram para a fotografia e depois, nós congratulámo-nos porque efetivamente o Bloco tomou posição pública antes da votação apelando ao voto nos projetos do Bairro Municipal apesar de termos apresentado bastantes projetos como o Senhor Presidente sabe, e de facto congratulámo-nos com isso, mas pronto, como há aqui uma mensagem encriptada, não percebi.-----



Sobre o IMI para as famílias numerosas há de facto aqui, enfim, não vou discutir a bondade da intenção da Câmara, mas acho que à volta disto, há uma grande mistificação, o Governo e a maioria que o sustenta através do Orçamento de Estado para este ano, introduziram a possibilidade das Assembleias Municipais reduzirem até 20% as taxas de IMI para imóveis destinados a habitação própria e permanente desde que haja dependentes a cargo em função do número de dependentes. De qualquer modo esta medida é um estímulo, não passa de um estímulo à natalidade porque só por si não resolve a necessidade dos imóveis destinados à habitação própria permanente de forma diferenciada assegurando a reposição da igualdade entre os cidadãos, mas sobretudo peca pela desigualdade de tratamento para com quem tem habitação própria e permanente e não tem dependentes a cargo, será que o direito à habitação constitucionalmente consagrado no Art.º 65 da Constituição da Republica Portuguesa se esgota nas famílias numerosas? Como se pode justificar que os imóveis destinados ao arrendamento possam beneficiar de uma redução até 20% na taxa de IMI e não dar um tratamento no mínimo igual aos imóveis destinados à habitação própria permanente independentemente do agregado familiar, tanto mais que como vimos em sede de imposto sobre o rendimento, os senhorios foram e muito beneficiados, enfim, são fáceis de perceber as motivações destas políticas de injustiça fiscal, afinal os aumentos de impostos não são para todos.-----

Sobre a introdução do bilhete de família nos Transportes Urbanos de Viseu, também é uma medida positiva de qualquer modo gostaria de relembrar que o Bloco defendeu no programa eleitoral a criação de um passe único entre o STUV e os concessionários, portanto, as linhas dos concessionários, creio que seria uma medida que iria beneficiar também os transportes públicos.-----

Relativamente à requalificação das escolas, do Pavilhão da Escola Viriato o Senhor Presidente, lá está, mais uma vez, há pouco quase que disse que tínhamos a obrigação de o elogiar, dei-lhe os parabéns por o ter feito mas, não fez mais do que a sua obrigação Senhor Presidente, era o que mais faltava é que uma situação que provoca danos continuados à saúde das crianças, dos docentes e dos funcionários, não tivesse um carácter prioritário para o executivo e naturalmente que também nos desgosta que o Governo não tenha, ou pelo menos esteja a demorar tanto a reagir positivamente à Moção que nós aqui aprovámos, foi apresentada pelo Bloco de Esquerda mas foi aprovada por unanimidade para que a Escola Grão Vasco fosse também recuperada, a Escola Grão Vasco que por acaso também tem amianto nas suas instalações.-----

Em boa hora foi mudado o nome da Academia da Confraria, como é que era, da Confraria Infantil do Dão para Academia Dão Petiz, de facto, enfim, atenuou bastante o impacto, o choque, e eu até sugeria ao Senhor Presidente que enfim, que recomendasse ao Governo, em vez de, pelo menos os partidos da maioria parece que querem baixar a idade ou já baixaram, acho que já foi aprovado a idade para a venda de cerveja e vinho a menores, se calhar, era fazer, espalhar por aí confrarias ou Academias Dão Petiz uma vez que está nos seus objetivos precaver e portanto, chamar à atenção para os efeitos nefastos na saúde das crianças, e atenção, por acaso não é só das crianças, porque sabe-se hoje que o cérebro está em desenvolvimento... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado está a terminar o seu tempo.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo: Vou a acabar...muito para lá dos 18 anos e portanto, esses efeitos nefastos do álcool não acabam nem aos 16 nem aos 18, portanto, sempre que o cérebro está em crescimento devia haver algum cuidado e devia haver essa pedagogia.-----

Pronto, gostaria de me debruçar sobre o financiamento para acabar, 400 mil euros Senhor Presidente é melhor do que nada, mas para quem quer transformar Viseu no terceiro polo cultural do país acho que, e já que diz que tem os cofres cheios, parece que tem, podia alargar um bocadinho mais os cordões à bolsa e evitaria enfim, este constrangimento que



causou aos Jardins Efémeros de estar a criar um “crowdfunding”, por acaso, não estou a inventar, quando vinha para cá, agora depois do almoço, houve uma pessoa, um amigo que me disse: É pá, ainda bem que te encontro, explica-me lá, o que é o “crowdfunding”? Portanto, as pessoas ficam um bocado até perplexas, mas pronto, sabemos que a Sandra é uma pessoa criativa e portanto, arranjou esta forma de se auto financiar. Eu acho bem que haja transparência e acho que os projetos devem ir de facto a concurso e ainda bem que houve essa diferenciação. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Uma muito breve nota antes de começar a minha intervenção para dizer que sempre entendi o trabalho nas Assembleias, quaisquer que elas sejam, como um trabalho que deve viver de argumentação séria e neste caso concreto de argumentação política. Portanto, será sempre isso que pautará a minha intervenção, argumentação política. Ataque pessoal, ataque ao carácter, não esperem da minha parte e portanto, resposta ao ataque ao carácter e ao ataque à pessoa, também dificilmente haverá no mesmo nível.-----

Fazendo lembrar a célebre canção do Zeca, os “Índios da Meia Praia”, o 2º Orçamento Participativo de Viseu também foi apresentado no “calendário previsto”. Só que em vez de “obras embargadas” deixou pelo caminho a promessa de obras de fachada, numa simulação de respeito pela “vontade popular”, para esconder a responsabilidade histórica, política e social da Câmara pelo Bairro da Cadeia e pelas condições de habitabilidade dos seus moradores. Afinal todos os habitantes do Bairro votaram, mas só alguns vão ser beneficiados. É a isto que se chama “respeito pela vontade popular”? A “vontade expressa pelo voto popular” acalenta a legítima expectativa de ver todas as casas habitadas do bairro intervencionadas pelo Município, como é a sua obrigação de proprietário. “Mistificar” e “instrumentalizar” é aprovar à pressa uma inócua e mediática classificação de “interesse municipal” para o Bairro, sem o correspondente “interesse” pelas condições de alojamento dos seres humanos que nele habitam. Dizia alegoricamente a cantiga que apenas eram necessários sete palmas de terra para construir uma cabana. Se traduzirmos essas palavras para linguagem beirã, queriam elas dizer que bastava vontade política para solucionar o problema de todos os telhados, portas e janelas das casas habitadas do Bairro Municipal, que não apenas as casas dos 8 mais antigos. Ou será dos oito mais idosos? À Meia Praia, “um chegou de bicicleta, outro foi de marcha à ré”. O segundo Orçamento Participativo de Viseu chegou de caravana, envolto no imaginário popular do “circo ambulante”, espetáculo de que a maioria dos habitantes das 24 freguesias do Concelho, com toda a certeza já tinha saudades.-----

Sem querer repetir argumentos que tenho utilizado sobre o Orçamento Participativo, sempre lhe direi que o refinamento dos meios logísticos e de propaganda para esta segunda edição só reforçam a minha convicção de que estamos perante um evento mediático como outro qualquer e que o município tem promovido, muito longe dessa afirmação idílica de que este jogo da “raspadinha” “fomenta a democracia participativa e a vontade cívica e popular na vida local”. Pode acicatar rivalidades entre localidades, exacerbar sentimentos bairristas, mas no fim, pelo menos 19 das 24 freguesias vão ficar frustradas por não lhes ter saído a lotaria do Orçamento Participativo.-----

O recurso em Portugal à designação de Orçamento Participativo é sobretudo uma importação de um conceito brasileiro sem qualquer correspondência com a realidade do país e do Poder Local.-----

Em rigor o que pode e deve ser objeto de participação é a elaboração do Plano de Atividades e de algumas das suas opções. Mas para isso nem os partidos da oposição fora do Executivo têm sido convidados, como determina o Estatuto do Direito de Oposição. Sobre o “pacote” de políticas “pró-ativas” de apoio à natalidade anunciadas pelo



Executivo, gostava que deslindasse o que me parece ser um paradoxo. Sendo as medidas anunciadas como de apoio à natalidade, pela leitura de cada uma delas verificamos que se destinam quase exclusivamente a “famílias numerosas”. Ora, se as famílias já são numerosas, não precisam de apoio para ter mais filhos. Já fizeram o trabalho, mesmo antes dos estímulos pró-natalícios da Câmara. O que me parece lógico, Senhor Presidente é que as medidas se destinem a casais sem filhos. Esses sim precisam de apoios. Sobretudo daqueles que o governo de que o Senhor fez parte lhes retirou, a começar pelos cortes no abono de família e nas rendas significativamente comparticipadas para jovens. Mas também na criação de empregos no país para não terem de emigrar em massa. Ou da oferta de trabalho com direitos em vez da precariedade e dos contratos ao dia e à hora com baixos salários. Precisam do regresso às 35 horas para terem mais tempo para acompanharem o crescimento e a educação dos filhos e do acesso a creches, jardins-de-infância e escolas públicas, com custos acessíveis e perto das suas residências. Ou da disponibilização de cuidados de genecologia, obstetrícia, pediátricos de proximidade no Serviço Nacional de Saúde. Essas sim seriam medidas que restituíam a esperança e a confiança aos nossos jovens para constituírem famílias com filhos, na certeza de que os poderiam criar com carinho e bem-estar. Dizem os estudos sociológicos que as famílias numerosas têm, na maioria dos casos, duas origens: ou resultam de famílias pobres ou de baixos rendimentos, com pouca ou nenhuma informação sobre planeamento familiar ou de famílias de classe média alta, que têm condições para criar e educar os filhos que planeiam ter. Daí me parecer que estas 20 medidas de apoio à natalidade, anunciadas pelo município na onda da suposta preocupação do Governo com o problema, têm um forte cunho de classe e de pouco servirão aos pobres e remediados, que necessitam de muito mais do que as 20 medidas elencadas, para terem e criarem os seus filhos com dignidade.-- Quero congratular-me (e não sei se tenho que fazer uma declaração de interesses) com as obras e com a assinatura do protocolo para a requalificação do Pavilhão Municipal da Escola Secundária de Viriato. Pena que o Governo não se disponibilize de igual modo, para realizar as tão necessárias e reclamadas obras na Escola Grão Vasco. Sobre o primeiro rastreio escolar à qualidade da visão para 2.000 alunos, resulta este abrangente rastreio de algum protocolo entre a Câmara e o Serviço Nacional de Saúde? Se não existe esse protocolo, pode informar-se se houve algum concurso público para adjudicação da empresa ou empresas que vão efetuar o rastreio? E a Câmara prevê participar os óculos aos meninos que deles necessitem? Em caso afirmativo que empresa ou empresas irão fornecer os óculos?-----

Concurso Internacional de Piano, apoios milionários a vários projetos provam, a grande dinâmica cultural assumida por várias instituições da cidade com apoio municipal. Subsiste para mim uma dúvida que gostava de ver esclarecida: quais os critérios previstos para apoiar as coletividades de cultura e recreio das nossas freguesias e localidades?-----

Um ano volvido vem o Senhor Presidente anunciar-nos a entrada em funcionamento da famigerada “Beira Amiga”. O que não nos conta nem explica é o que disse a DGAL e o Tribunal de Contas sobre a ilegal constituição desta ainda hoje nebulosa instituição. A CDU tinha razão quando, há um ano atrás, levantou aqui o problema da legalidade da aprovação da “Beira Amiga”.-----

O município de Viseu ignorou por completo o enquadramento legal que regula a aprovação da participação em entidades (Lei 50/2012, de 31 de Agosto).-----

Tal como a Lei obriga, a Câmara Municipal de Viseu, não provou o relevante interesse público da entrada do município nesta associação. Muito menos justificou estar esta atividade social compreendida no âmbito das atribuições municipais, como prescreve o artigo 56º. do regime jurídico do sector empresarial local. Não foi presente à reunião da Assembleia Municipal de Abril, o obrigatório visto prévio ao Tribunal de Contas, conforme indica o mesmo artigo. O Tribunal só veio a emitir visto prévio, em 13 de Novembro de 2014. Ou seja, o município a entrar nesta associação, só o poderia fazer



depois de obter o corresponde visto deste Tribunal. A sua entrada antecipada, a sua participação na vida desta associação, antes de tal acontecer constitui uma flagrante ilegalidade.-----

Quer isto dizer também, que a existência de apenas um voto contra e quatro abstenções, na referida sessão de abril de 2014, confirmam que não apenas a Câmara agiu de forma ilegal, como a maioria dos Membros da Assembleia não cumpriu o seu inalienável papel fiscalizador. Em nome da transparência e da legalidade, o processo da “Beira Amiga”, tem de voltar a esta Assembleia para ser votado de novo. Se tal não acontecer, pesará para sempre sobre a Câmara, a mancha da ilegalidade e opacidade de todo este rocambolesco processo. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **QUARENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social. É do agrado do Grupo Municipal do Partido Socialista que a promoção da qualidade de vida, da educação e da inclusão social se constituam como prioridades sublinhadas na informação trazida a esta Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara acerca do seu exercício autárquico. Não pude porém deixar de registar o facto de também a saúde não ter sido evocada como uma prioridade, isto é, como matéria central que sendo fundamental à qualidade de vida de todos os Viseenses, exige da parte do município um compromisso contínuo, um absoluto empenho e a capacidade de envidar todos os esforços na defesa da qualidade da prestação dos cuidados de saúde das suas infraestruturas pugnando pela manutenção da classificação dos serviços disponíveis no nosso Centro Hospitalar Tondela Viseu enquanto entidade pública do estado. Mas, por vezes os órgãos de comunicação social, no caso concreto uma equipa de reportagem trazem para as nossas casas a realidade incómoda do drama dos outros, de mulheres, de homens, de idosos, de crianças em situação de enorme vulnerabilidade. Não é que não soubéssemos, sobretudo porque começa a ser frequente o drama do nosso vizinho e acredito que muitos de nós já vivemos o drama dos nossos pais ou de outros entes queridos. Mas, perdemos o alibi, já não podemos invocar o pretexto de que desconhecemos, de que não passámos por lá, de que não vimos ou não nos contaram. É assim que todas e todos fomos sacudidos pelo drama de sucessivos episódios de esgotamento nos serviços de urgência de um número significativo de Centros Hospitalares, com doentes a esperarem um número elevado de horas por atendimento médico. Todos? Não! O Secretário de Estado Adjunto da Saúde? não! Viu uma reportagem diferente. Viu que os serviços de urgência em Portugal funcionam muito bem, enquanto que os portugueses nas suas casas viram um retrato do outro mundo com doentes abandonados em macas, em condições indignas, o Senhor Secretário de Estado viu pessoas bem instalada, bem deitadas em macas com proteção anti queda, em macas estacionadas em locais apropriados, algumas das quais em trânsito eventualmente para outro serviço. Viu ainda camas articuladas, viu pessoas com postos de oxigénio, viu hospitais modernos, viu sobretudo profissionais muito esforçados. Minhas Senhoras e Meus Senhores, todas e todos vimos este caos sobre o qual se procura passar a mensagem de que foi ou é normal por se circunscrever num momentos de pico da gripe, o estrangulamento e a incapacidade na resposta com tempos de espera incompatíveis com a emergência da mesma. Já em finais do mês de janeiro, os números de mortes avançados pela Direção Geral de Saúde alarmaram os médicos. Assumiram que a desculpa da gripe e do frio foram razões insuficientes para justificar as mortes dos doentes que não conseguiram resistir, mas o certo é que ficou também explícito que depois do caos nas urgências durante o pico da gripe, os principais problemas conducentes ao congestionamento dos hospitais mantêm-se. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e senhores Deputados,



impõe-se pois, o retorno destas questões a esta Assembleia Municipal, pois os estudos e os dados diariamente publicados traduzem factos e enquadramentos preocupantes, sobretudo se tivermos em conta que em relação aos cuidados primários quase 40% dos portugueses não consegue fazer e face às despesas de saúde do seu agregado familiar, e que um em cada cinco portugueses deixou de ir ao médico por motivos monetários. Impõe-se pois trazer de novo aqui a discussão porque todos sabemos que as nossas urgências no nosso Centro Hospitalar também não escapam a este quadro de estrangulamento, ou não foi recentemente aqui referida a falta de condições físicas da urgência geral, sendo sabido que as últimas obras datam de 2004, sendo sabido que atualmente os espaços claramente insuficientes. Têm vindo a trazer sérios constrangimentos à prestação de um serviço mais eficaz, de maior qualidade, não fora o esforço dos nossos profissionais que todos os dias colocam o seu saber, conhecimento, dedicação e esforço ao serviço dos doentes. Impõe-se um contínuo debate e discussão porque todos e todas sabemos que os alertas que têm vindo a ser pronunciados pelas Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, denunciam continuamente a falta de profissionais com repercussões na sua prestação, estando permanentemente sujeitos a níveis elevados de stress e de exaustão. Denunciam ainda a precarização da mão-de-obra com contratação de médicos à tarefa, como se o atendimento médico se tratasse de um trabalho à peça desvalorizando todos os ganhos que decorrem da continuidade da experiência adquirida, dificultando a humanização e o estreitar do atendimento de proximidade entre clínico e doente, dificultando a consolidação e os ganhos que decorrem da coesão de um trabalho de equipa. Impõe-se o debate e a discussão nesta Assembleia Municipal porque todos sabemos da falta de equipamentos, de camas, de material de desgaste, refiro até fronhas de almofadas, fraldas ou outros materiais essenciais para assegurar as condições básicas de higiene, de alimentação e de saúde dos utentes, facto que tem gerado por parte da nossa comunidade local atenta o emergir de mais movimentos de cidadania. Impõe-se trazer para o debate, a merecer uma atenta reflexão o facto de tendo em conta a avaliação de desempenho dos hospitais públicos, o nosso Centro Hospitalar considerado o quarto melhor do país relativamente ao ano de 2011 ter descido para o sétimo melhor no ranking relativo a 2012 e descido para o oitavo melhor no mais recente relativo a 2013. Não está em causa que o nosso Centro Hospitalar está na linha da frente nalguns domínios, não estão em causa os profissionais dedicados, porém, se qualidade significa ter menos mortes, do que as esperadas, menos complicações e menos readmissões, importa perceber e saber ler os vários grupos de patologias que necessitam de uma intervenção e de reforço urgentes. Impõe-se por último de novo, o debate e a discussão já amplamente abordada nesta Assembleia sobre a qual foi também assumido pelo Senhor Presidente o compromisso de trazer a radioterapia para Viseu independentemente de ser num enquadramento público ou privado face a uma inexistente resposta por parte do Governo no que diz respeito a um atendimento público, cumpre-nos então dizer o seguinte: Percebemos que três anos depois o Governo insiste em promover a transferência do Serviço Nacional de Saúde para privados, e esse facto faz-se sentir no aumento que estes conseguiram, número de camas, de urgências, de exames complementares de diagnóstico, de equipamentos de saúde ou de hospitais. Não somos contra ao emergir de respostas privadas em Viseu bem pelo contrário, porém, não podemos deixar de referir que o papel privado é subsidiário do Serviço Nacional de Saúde não é o da sua substituição de uma saúde para todos, por outro apenas para alguns. Sabemos que o serviço Nacional de Saúde foi desde a sua criação o único prestador de cuidados, mas compete-lhe um papel estratégico sobretudo o de garantir e o de assegurar que ele próprio conjuntamente com o setor social e o setor privado, contratualizam e garantem a universalidade, a continuidade, a igualdade, a acessibilidade, a qualidade e a segurança das prestações dos cuidados às suas populações. Reconhecemos as reivindicações e os esforços que o Senhor Presidente tem desenvolvido junto do Governo nesta matéria, reconhecemos o empenhamento e a solução encontrada relativamente ao



novo acesso direto às urgências, apoio e obra já referida pelo Senhor Presidente na Sessão havida em fevereiro, mas Senhor Presidente, face ao conjunto de constrangimentos elencados e que perduram, com tendência a perdurar colocamos-lhe as seguintes questões:-----

Será que pode garantir aos Viseenses que a prestação do Serviço de Radioterapia enquadrada numa resposta privada que fundamentalmente visa o lucro, não significará uma possível solução apenas para alguns? Para os que têm subsistema de saúde, para os que têm seguros, para os que podem pagar? Que diligências pretende resolver para manter a qualificação dos serviços disponíveis no nosso Centro Hospitalar entre os melhores? Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Antunes e depois tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimas Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público, Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Eu prometo ser breve até porque já lá vão sete ou oito intervenções da oposição e zero da bancada aqui da esquerda a representar a direita o que é estranho, é caso único, já participei em algumas Assembleias, algumas dezenas e é caso único, não sei o que é que se passa. Bom, começo a minha intervenção cometendo uma inconfidência, espero que os meus colegas de bancada não se importem. Aquando da reunião da nossa participação desta Assembleia Municipal, veio à discussão as informações do Senhor Presidente e alguém disse, o Senhor Presidente já terá alguma dificuldade em tratar os assuntos, no fundo já está um bocado a repassar muitos assuntos e eu considero injusto, não é tanto assim. Por outro lado, também não é tanto assim algo que por acaso muitas vezes me tem trazido aqui, agora já foi falado, a questão da propaganda, já na anterior Assembleia eu referi que realmente a questão da festa e da propaganda abrandou substancialmente, nota-se alguma maturidade, eu na altura chamei que teria havido alguma se calhar excitação iniciática e sinceramente isso foi apurado e enfim, os intervenientes a gizar essa estratégia estão mais calmos. Mas agora, o que já vai sendo difícil o Senhor Presidente justificar, é a falta de propostas ao nível da atividade económica. Realmente essa era uma das suas prioridades, é uma prioridade que desde o primeiro dia neste mandato me é cara e nos anteriores, é certamente cara e muito cara aos Viseenses e de facto já vai sendo difícil falarem, por isso mesmo eu já reparei na sua agenda discursiva, tem vindo a atenuar aquela que era quase a sua primeira e bem, prioridade ao nível do seu mandato.-----

Como já foi referido pela Senhora Deputada Adelaide Modesto, o decréscimo populacional do concelho já é um facto, inclusive da própria cidade, e isso é muito negativo e certamente estará ligado ao modelo de desenvolvimento socioeconómico que nós tivemos nos últimos anos, que não promoveu a atividade económica inclusive, sem pejo de falar, não promoveu a industrialização, é um problema desta cidade muito enfatizado como é um problema também como sabemos do país e da europa, mas aqui é sobremaneira, até comparando com os vizinhos, é de sobremaneira saliente. Por outro lado a verdade é que, como disse o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho os próprios incentivos comunitários podem não ser bem aquilo que é expectável e não podem servir de justificação sistematicamente para o adiamento de ver a implementação no terreno de atividade económica.-----

A política imaterial – para mim política de fomento como já lhe chamei mas agora acrescento, por vezes etérea - que tem sido implementada não é bastante, como porventura o Senhor Presidente já terá dado conta. No Congresso da Associação Nacional de



Municípios, entre outros pontos sensíveis do PORTUGAL 2020 que tocou, numa intervenção crítica muito bem articulada, que a outro nível já foi aqui elogiada, defendeu que, sito “a coesão territorial e o desenvolvimento económico continuam a exigir infraestruturas de contexto”. Ainda bem, - palavras minhas - são necessárias infraestruturas inteligentes, investimento reprodutível, que induzam retorno, através da atividade económica que produza valor acrescentado.-----

Para promoção – alavancagem (como agora está na moda) - da atividade industrial no município, iniciativas pulverizadas a que temos assistido ou que se advinham não são q.b. como eu acho que já se vai dando conta.-----

Neste âmbito, com alguma da argumentação já publicamente conhecida, através de um estudo do IPV, de que sou um dos autores, venho defender a análise e possível “reivindicação” da criação de uma plataforma logística em Viseu, num futuro eixo ferroviário Aveiro-Vilar Formoso.-----

Não cabe aqui discutir o modo como este eixo ferroviário – vital para drenagem das exportações do norte e centro de Portugal, como muito bem priorizou o Senhor Presidente da Câmara, isto não é para a região, é para o país, é para o norte e para o centro, como também acaba por ser para a região pela consolidação do binómio acessibilidade/competitividade económica – mas isto foi de facto o eixo ferroviário, (desculpem-me o futebolês) chutado para canto, ou enxotada... pelo atual governo, e relativamente a esta estratégia ferroviária para Viseu, tem que ser muito bem analisada, porque há traçados, há uns que são mais favoráveis do que outros, por exemplo. Nós estamos aqui para defender os interesses de Viseu, se houver uma linha da beira alta requalificada e uma linha de Aveiro até Mangualde, é péssimo para Viseu, porque aí vai ser, vai ter que ser, inerentemente implementada uma plataforma intermodal e por isso mesmo agregada a ela vai ser um sorvedor de atividade industrial que já há forte em Mangualde e portanto, se essa linha acontecer Viseu nunca mais terá indústria e mais, essa própria linha não justifica em larga medida a estação se quer, o terminal de passageiros em Viseu. Por exemplo, aquilo que à priori parece-nos menos interessante, o entroncar da linha da beira alta em Vila Franca das Naves é muito mais estratégico para o Concelho de Viseu.-----

A criação de uma plataforma logística regional nesta matriz territorial, se agregada a uma área industrial, tenderá a ser nuclear para impulsionar a sua atratividade industrial, o seu potencial exportador, que acrescente valor aos recursos endógenos, garanta competitividade ao território, aumente o emprego e o rendimento locais.-----

Refiro-me a Viseu e toda a constelação de municípios adjacentes, com uma população superior a 250 mil habitantes e vários polos industriais regionais.-----

A aplicação dos fundos comunitários em infraestruturas exige agora maior reprodutibilidade económica. Não querem, não queremos, mais “elefantes brancos” ou até “dinossauros brancos” como há alguns aí em Portugal, ou ”borreguinhas brancas” tipo o funicular ou coisa do género.-----

Deseja-se um investimento à escala, induzindo agregação económica regional e devem-se considerar estudos fiáveis de sustentabilidade, análises de custo-benefício e possíveis sinergias com o terminal de passageiros, etc., uma análise ponderada.-----

Sublinhe-se já que o investimento é relativamente reduzido, possivelmente inferior a 2% do valor da implantação do eixo ferroviário. Aquele que está previsto, o último do cardápio enfim, passo este termo, é a antiga linha de alta velocidade, aí seria mais ou menos 1% do custo dessa linha de alta velocidade.-----

Adiantado a discussão, mormente a localização mais conveniente, fazendo um zoom ao município, salta logo à vista a área industrial afeta ao malogrado “sem nunca ter nascido” Tecnopolis da Lordosa, e a Freguesia do Campo também tem uma parte destes mais de 300 hectares adjacentes à A24, próximos da A25, o próprio traçado, o último não é, isto muda quase sempre agora adormeceu, como ainda hoje se disse, mas o último previsto



entra mais ou menos no concelho e vem para sul, o que também não se explica e era fácil de facto, até porque é um terreno mais florestal, era fácil que o traçado passasse no norte do concelho e em Lordosa em que há de facto um terreno de excelência para uma plataforma destas, fosse equacionado o crescimento faseado, não é os 300 hectares, senão estávamos a fazer um tal “dinossauro branco”, algo faseado, uma plataforma regional, “step by step” eventualmente poderia crescer para algo de outra dimensão.-----  
Eu termino só com uma nota de rodapé, que é, eu não sei se o Senhor Presidente Almeida Henriques que esteve presente no Congresso da AIRV, esteve na parte final, se viu a intervenção do Senhor Presidente de Paredes, o seu colega Celso Ferreira e de facto, o que foi ali demonstrado, desculpem o termo simples, não sei se é só conversa, mas o que foi ali demonstrado em termos de promoção do investimento e depois eu tive a oportunidade de checar e é um facto o que está no terreno, é muito de louvar o modo proactivo, e é verdade, muitas vezes baseado no imaterial, mas outro tipo de imaterial mais proactivo na angariação de indústria e obviamente de emprego para essa região, naquele caso Paredes e estou à vontade porque até é um autarca do PSD que eu estou a dar como exemplo, e é tudo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Antes de ler propriamente a minha intervenção, gostaria apenas de relembrar quem me antecedeu que estamos no Ponto Um da Ordem de Trabalhos que diz e vou passar a ler: Informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, é este o ponto de ordem em que penso que ainda nos encontramos e perante isto, já temos assistido por parte do Partido Socialista dizer que vimos aqui recalcar e redizer a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, hoje, como ainda não veio ninguém aqui do PSD, porque não temos necessidade de fazer prova de vida, senão já cá teríamos vindo muitos, mas não temos essa necessidade, eventualmente outros terão, somos acusados de que estamos aqui calados e silenciosos. Não se preocupem, relativamente a isso só quero dizer que é esta a postura, percebemos que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista vão ter aqui um problema de paternidade porque segundo o PCP afinal o Orçamento Participativo é brasileiro, afinal o pai era brasileiro, portanto, ficámos a saber esta coisa importantíssima e ficámos também a saber que o Partido Socialista está muito interessado em questões nacionais pelo que Senhor Presidente da Câmara, pode fazer daqui a leitura de que tem um aval pleno dos partidos que por aqui passaram anteriormente porque em termos locais não há nada de significativo. Iria agora sim, passar a ler a intervenção que tinha preparado que diz o seguinte:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal elencou-nos um vasto conjunto de realizações levadas a cabo pelo seu executivo, e é importante reconhecer nesta Assembleia, que elas representam apenas e somente uma seleção feita do muito trabalho desenvolvido nos últimos meses.-----

Permitam-me que em nome do Partido Social Democrata, dê o devido destaque a algumas delas, atendendo não só à sua visibilidade e à sua importância mas também e acima de tudo, ao excelente exemplo de boas práticas democráticas e de transparência processual.---  
Terminado que está o 1º Orçamento Participativo, em que todos concordamos de que foi uma aposta ganha e de que representou um sucesso em todas as suas valências, permitam-me que evidencie que mesmo assim, a Câmara empenhou-se em o melhorar, em o ampliar fazendo ainda as necessárias afinações para que o segundo Orçamento Participativo que agora decorre tenha ainda maior sucesso. Duplicar os valores envolvidos e destiná-lo às Freguesias que não foram contempladas no anterior, são medidas coerentes, democráticas e transparentes que concretizam a igualdade de oportunidades para todos.-----  
Saudamos com particular orgulho, as muitas medidas tomadas no âmbito do apoio ao



aumento da natalidade, tema de debate central nos Países Europeus, em que Portugal não é exceção, mas Viseu antecipa-se na implementação de medidas concretas que favoreçam esse desejável aumento. Não foi uma medida avulso que foi tomada, daquelas que geralmente passam pela atribuição de um subsídio de duvidoso impacto, não, foram na realidade vinte medidas concretas de apoio às famílias numerosas de Viseu que permite entre outras a diminuição do IMI, a redução de taxas municipais, a água mais barata, bolsas de estudo e até a possibilidade da gratuidade em refeições escolares e piscinas municipais.-----

Ficámos também muito satisfeitos pelas notícias que nos garantem que a obra de requalificação do Pavilhão da Escola Secundária de Viriato, necessária e reclamada por todos nós há tanto tempo, finalmente vai arrancar fruto do grande empenho da Câmara Municipal de Viseu junto do Ministério da Educação e com a disponibilização da correspondente contribuição financeira para a mesma. Da requalificação profunda desta obra, faz parte a substituição da cobertura de amianto. Senhor Presidente, no seu mandato, já é a segunda cobertura de amianto que é substituída em equipamentos escolares, congratulamo-nos com isso pois acima de tudo estamos a falar de questões relacionadas com a saúde pública e esta fica bem melhor.-----

Ainda dentro da área da educação, permitam-me que dê merecido destaque a duas iniciativas.-----

A primeira, refere-se ao merecido reconhecimento do mérito Educativo, do mérito cultural e do mérito desportivo, ao distinguir mais de 300 jovens oriundos de mais de meia centena de instituições diz bem da dimensão deste concelho e da qualidade de trabalho que diariamente é produzido com e pelos nossos jovens.-----

A segunda, prende-se com a implementação de um projeto educativo que pretende retirar as crianças do mundo virtual e transportá-las para o mundo real em que residem inserindo-as numa das áreas de atividades da nossa região, que é a agricultura, fomentando-lhes o gosto e o conhecimento pelo empreendedorismo cada vez mais necessário nesta sociedade, já todos perceberam que me refiro ao arranque da “Academia Dão Petiz”.-----

Os números que o senhor Presidente da Câmara aqui nos transmitiu sobre a dinâmica de recuperação dos edifícios do Centro Histórico, deixam-nos bastante agradados e com enorme expectativa sobre o seu futuro papel como íman de atração da atividade económica e das pessoas.-----

O número de imóveis transacionados representa de grosso-modo, o equivalente às casas de uma rua inteira que mudaram de proprietário no último ano e meio e as de outra rua inteira que já têm autorização para reabilitação, no total estamos a falar do equivalente a duas ruas inteiras que vão sofrer significativos melhoramentos a curto prazo.-----

Da sua intervenção Senhor Presidente, gostaríamos ainda de dar um grande enfoque positivo à muita, variada e crescente qualidade, da oferta cultural facultada aos viseenses.-

Dá-se continuidade aos bons projetos como é o caso do Festival de Música da Primavera, tentando sempre melhorá-los de ano para ano, mas ao mesmo tempo está a ser implementada com elevada qualidade, uma desejada diversificação e inovação cultural, em que os projetos culturais da Quinta da Cruz são a parte mais visível disso mesmo, muito em particular na divulgação da Arte Contemporânea. A enorme adesão dos viseenses a todos os eventos é a confirmação da sua avaliação muito positiva.-----

Permitam-me ainda que de uma forma muito telegráfica, até porque um colega meu de bancada já teve oportunidade de fazer uma intervenção mais profunda sobre o tema, referir e sublinhar as novas regras implementadas para o apoio à cultura e ao desporto. Estas novas regras aumentam claramente a transparência de todos os apoios atribuídos e isso é bom para todos e é bom para a democracia.-----

Por fim e para terminar, dizer-lhe Senhor Presidente, que o PSD fica muito agradado com a situação financeira da autarquia. Continua a baixar o endividamento, ou seja, devemos



menos 3 milhões de euros, e por outro lado as reservas financeiras continuam a aumentar, desta vez foram mais 3 milhões de euros, o que totaliza um aumento de 6 milhões de euros em 2014.-----

Também nesta matéria a atuação da Câmara Municipal de Viseu é um bom exemplo e concretiza na prática todos os grandes valores do Partido Social Democrata, como sejam o rigor nas contas públicas, a honestidade na gestão diária dos dossiês, a democraticidade dos procedimentos, a igualdade de oportunidades para todos e por fim e não menos importante, o importante apoio social a todos que deles necessitam. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES HENRIQUES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Uma vez mais boa tarde a todos. A minha primeira palavra vai para a condução dos trabalhos, e secundando aqui o que disse o meu colega Manuel Teodósio. Eu acho que estamos a prolongar para a parte da tarde aquilo que devia ter sido discutido na parte da manhã, por isso mesmo acho que para futuro esta situação não se deve repetir, nomeadamente trazer o Período de Antes da Ordem do Dia para aqui, o que quer dizer que eu acho que para todos nos apercebermos melhor da gestão do tempo que cada bancada usa durante o Período de intervenção da Ordem do Dia, que os tempos fossem visíveis e que fosse descontado durante a intervenção dos Deputados porque senão, continuaremos sempre aqui a abusar dos tempos. Aprovámos um Regimento por unanimidade e por isso mesmo acho que ele deve ser cumprido. Passar agora para a parte da tarde discussões que nem sequer têm a ver com a Intervenção do Presidente, muito menos algumas delas com as decisões ou competências da Câmara Municipal e obriga-nos a nós também a ter que desrespeitar de certa forma aquilo que deveria ser a discussão neste ponto da Ordem de Trabalhos, e por isso as questões que aqui ouvi falar recentemente ou quase todas elas, cingiam-se a questões nacionais, eu compreendo que algumas pessoas neste momento estejam a preparar ou a discutir outubro e têm que dar as tais provas de vida para poderem aparecer de qualquer forma nalgum sítio, não sei se é esse o objetivo ou se não é, os assuntos que aqui foram tratados, desde ferrovia, estradas que ligam concelhos, questões técnicas da ferrovia que eu ainda fico mais preocupado quando vimos para aqui discutir as questões técnicas, quando ainda nem sequer há uma decisão política, estamos neste momento a fazer estudos, algum excesso, alguns não foram ontem à festa ao Porto, neste caso o camarada Secretário-Geral António Costa não se quer comprometer com nada mas aqui já há um conjunto de compromissos, toda a gente já quer tudo, não se quer comprometer com nada e diz que todos os compromissos têm que ser avaliados primeiro de acordo com a capacidade do país, a sua consistência e a sua sustentabilidade, mas pelos vistos aqui não é preciso nada disto, é fazer, faça-se porque nós estamos a precisar. Acho que têm que ter um bocadinho mais de contenção porque com esta atitude de estarem já aqui a reivindicar, por muito que se posicionem este critério de contenção vai ser necessário daqui para a frente. Relativamente à situação do Hospital, porque me desagrada muito que se lance o pânico junto das populações quanto ao serviço que o Centro Hospitalar Tondela Viseu presta, é importante que se diga que houve alterações também no modo como o ranking está a ser ordenado, no entanto, a Entidade Reguladora para a Saúde diz que ao nível da qualidade dos serviços prestados o Centro Hospitalar com todos os hospitais públicos e privados, o Centro Hospitalar Tondela Viseu, é o terceiro do ranking, quer dizer que os Viseenses podem estar satisfeitos quanto à qualidade do serviço prestado, e depois vir para aqui dizer que se encerram camas de internamento de agudos quando quem fez a reforma da rede hospitalar que hoje está em vigor foi um Governo do Partido Socialista que ao transformar o Hospital Distrital de Tondela num hospital de proximidade encerrou perto de duzentas camas de internamento para agudos. Quem encerrou as camas de internamento para agudos no Distrito de Viseu seja em Tondela,



seja em Lamego mais de duzentas, ou seja, perto de trezentas camas no Distrito foi o Partido Socialista, não foi este Governo, e depois vêm com a média e com as estatísticas para trás e para frente, mas ainda bem que se recordam que a última vez que foram feitas obras no Centro Hospitalar de Viseu, nomeadamente na urgência foi em 2004, quem é que estava no Governo? Um Governo de coligação PSD/CDS, e ainda bem que se recordam disso. Durante o tempo que lá estiveram, não tiveram qualquer tipo de problema em esbanjar dinheiro em obras luxuosas, em projetos megalómanos como o TGV, terceira travessia sobre o Tejo, aeroporto, terceira autoestrada ou terceira ligação Porto/Lisboa grande parte dela feita, esqueceram-se de dizer que a autoestrada Viseu/Coimbra não está feita, nem a conclusão do IC12 não estão concluídos porque assim que chegaram ao Governo o Engenheiro José Sócrates limitou-se a integrar estas duas obras dentro do consórcio de autoestradas do centro e que por sua vez depois veio a ser chumbado pelo Tribunal de Contas porque passou para o dobro daquilo que estava previsto. Esquecem-se destas coisas. Há obras que não estão feitas no Distrito de Viseu, por exclusiva responsabilidade do Governo anterior, e os portugueses sabem disto, os portugueses têm perfeita noção de quais foram os sacrifícios que tiveram que passar durante estes últimos três anos, nomeadamente em matéria de saúde, hoje em dia têm a certeza que os gastos que são feitos em saúde são racionais e são eficientes, temos a certeza disso e quando vêm para aqui dizer que as famílias têm mais dificuldades e que gastam mais com a saúde, é uma mentira, se olharem para a política... mas vamos ser sérios, política do medicamento, hoje em dia os portugueses gastam menos em matéria de medicamentos porquê? Estão mais baratos, não apenas porque já há mais de 60% de utilização de genéricos, como também o preço do medicamento baixou cerca de 7%, e ainda há mais, não é só ao nível da política do medicamento que as coisas estão melhor em termos da gestão pública, as questões de natureza social, são muitas das vezes aqui abordadas como não havendo qualquer tipo de respeito, que andámos aqui num plano de austeridade, que somos uns obcecados pelas questões da austeridade, são mentiras puras, nós fomos obrigados por exclusiva responsabilidade do Governo do Partido Socialista de que nós não somos os maus nem somos uns vilões, nós fizemos porque cumprimos, porque somos sérios, se não cumpríssemos certamente que estaríamos na mesma condição que hoje está a Grécia. Tentam criar aqui uma narrativa de há uns bons e os maus, e que nós somos os maus e que somos os vilões, a verdade é que mesmo na fantasia, mesmo nas histórias de fantasia, os maus acabam sempre da mesma forma, uns morrem, outros vão presos, esta é que é a verdade, por isso mesmo, eu quanto às questões de quem é bom e de quem é mau e de quem faz e de quem deixa de fazer nas questões nacionais, eu queria não ter que voltar aqui mais vez nenhuma, e que para a próxima Senhor Presidente se respeitasse uma vez mais a Ordem de Trabalhos, porque se há um momento em que todos nós podemos falar, e devemos falar abertamente sobre as questões políticas de interesse para cada um dos partidos, devem fazê-lo no período correspondente. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, e cumpriu os 10 minutos. Só para dizer que em relação a esta questão dos horários, está prevista e foi feita já uma proposta de nas futuras obras de isso ser enquadrado, ou seja, os tempos serem de um modo visíveis quer para o orador quer para a Assembleia, isso está feito, há toda a abertura da parte da Câmara também e por isso esse problema é ultrapassado, até lá, tem que haver aqui um grande esforço, e também temos que ser corretos, tem vindo a ser feito por parte de todos os Grupos Municipais no sentido de aproximar a esse objetivo, e por isso, penso que vamos chegar a ele sem a necessidade, mas que depois com os quadros é muito mais fácil, porque é também um aspeto de treino de todos nesta perspetiva. Dava a palavra ao Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e



Senhores Deputados. Eu ia cingir-me segundo a Ordem de Trabalhos a três pontos da intervenção do Senhor Presidente mas depois de ouvir a intervenção inefável do Senhor Deputado Pedro Alves, eu gostava de recordar duas coisas: Uma delas é que aqui há uns tempos quando se pôs a marcação dos tempos, eu propus se bem se recordam, que toda a gente tivesse tempos marcados exceto o Deputado Pedro Alves porque ele podia falar quando quisesse, recordam-se disso? Hoje é um exemplo. Eu não o interrompi. Segundo exemplo, o Senhor Deputado veio aqui verberar a oposição porque trouxe assuntos nacionais, estamos no Ponto de Ordem do Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Deputado Pedro Alves não trouxe um único assunto sobre a intervenção do Senhor Presidente. Isto posto, eu tinha três perguntas ao executivo. Quanto à primeira ponho desde já o problema de que há conflito de interesses e não quero deixar de o colocar, porque nos pontos 3 e 4 o Senhor Presidente da Câmara põe como prioridade do executivo entre outras coisas a educação. No Ponto Quatro coloca o problema a jusante, isto é, o reconhecimento por mérito educativo cultural e recreativo dos jovens do ensino básico, profissional, secundário e superior. Esse é o problema a jusante, o problema a montante para mim é preocupante e é o tal problema de interesses que declarei à partida, eu próprio acompanhei alguns jovens para falarem com o Senhor Vice-Presidente da Câmara relativamente a uma situação gravíssima que se passava no Instituto Piaget de que inopinadamente finalistas foram impedidos de frequentar aulas em dois cursos de nível universitário, concretamente Música e Atividade Motriz, e eu gostava de saber que atividades a Câmara fez, porque se perderam valências universitárias em Viseu e a Câmara tem também responsabilidades sobre isso, não é só dar prémios a jusante, a montante tem que atuar, porque esses senhores criaram em Lordosa um parque com dinheiros públicos e com terrenos públicos. Qual é a resposta que dão à população? Fecham cursos no último ano? Nesse assunto a Câmara tem que intervir, a Câmara tem responsabilidades também e mais do que isso, tem o direito de o fazer, tem o direito de o fazer. Eu não discuto a bondade de que se os cursos são bons ou maus, o problema é que são dois cursos universitários que foram encerrados deixando alunos pendurados no último ano do curso. Segundo assunto, é a reabilitação do Centro Histórico, a abertura de concursos para a revitalização do Mercado 2 de Maio. Salvo melhor opinião esses concursos foram desde logo condicionados porque foram postos a concurso, concurso de ideias com a condição do Mercado ser fechado. Eu penso que essa limitação criou problemas, eu sei que o Senhor Presidente da Câmara já o disse, que vai colocar à discussão pública essa situação, porque partir do princípio de que o Mercado 2 de Maio só se revitaliza se estiver fechado, me parece limitativo, podem aparecer muito boas ideias sem ter que o tapar. Parece-me por outro lado que o prémio, se eu estou bem informado, de 6 mil euros me parece curto porque exigia também especialidades, e com 6 mil euros não é possível pagar as especialidades mesmo a quem ganhar, o que fará aos outros que não ganharem o concurso. Tanto quanto eu sei, terá ficado deserto também. Para verem a diferença seria um prémio de 6 mil euros que em publicidade se gastou 11 mil, não sei se estou enganado, mas eventualmente não. Finalmente para não demorar e porque de facto este é o ponto do Senhor Presidente, chegou ao meu conhecimento, eventualmente estarei errado e se o tiver desde já peço desculpa, que a Câmara estará a admitir pessoas sem concurso, a Câmara e os Serviços Municipalizados e eu gostava que confirmassem ou não. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES HENRIQUES (PPD/PSD):** É uma coisa muito rápida. Primeiro fiquei triste que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tivesse introduzido isso no Regimento para que eu tivesse esse tempo, mas devia tê-lo feito e isso é mau não o ter feito. Em segundo lugar é para dizer que eu próprio quando iniciei a minha intervenção, fiz questão de



sinalizar que iria fazer uma intervenção não de acordo com o ponto mas de acordo com as intervenções anteriores, por isso mesmo não assentou rigorosamente nada a carapuça. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu queria perguntar ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho se me quer mandar para a cadeia, porque o Senhor ao dizer questão a ser admitidas pessoas na Câmara sem concurso, isto é a mesma coisa que dizer, vou mandar para a cadeia o Presidente da Câmara. Daria seguramente perda de mandato, aliás, há perguntas que eu nem sequer concebo que uma pessoa da sua idoneidade e do seu estatuto façam. A sério! Sinceramente, ó Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, com toda a estima, com toda a amizade e até começo por aí porque até fiquei estupefacto, nem queria querer naquilo que os meus ouvidos estavam a ouvir. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho um ilustre causídico desta praça, com percurso feito, chegar ali aquele microfone e dizer o Senhor Presidente da Câmara anda a admitir pessoas sem concurso designadamente nos Serviços Municipalizados? Nem lhe admito isso, é que nem lhe admito isso, e mais, e digo-lhe mais, se tem alguma nota dessas denuncie ao Ministério Público, faça queixa. Agora, Ó Senhor Deputado, acha que este Presidente da Câmara que defende a transparência, que tem procurado pôr tudo o que se passa naquele edifício à mostra das pessoas que divulga tudo aquilo que se faz, todas as opções que fazemos, acha que algum dia ia cometer uma enormidade dessas. Olhe, está a decorrer neste momento um concurso no âmbito do PEPAL, são 18 vagas para estágios profissionais, sabe quantos candidatos temos? Mais de 300, e é tudo feito com transparência Senhor. Há júris que estão a analisar, ó Senhor tenha..., olhe, nem digo mais nada, nem digo mais nada porque de facto estas coisas..., como essa história, eu sei que gostaria que o concurso ficasse deserto, mas esteja descansado que não ficará, teremos muitas propostas, já temos até Arquitetos de outras paragens do mundo interessados no nosso Mercado 2 de Maio, portanto, esteja descansado Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. Eu sei que gostariam que ele ficasse deserto para depois vir aqui dizer, veja lá o “malandro” do Presidente da Câmara que deixou o concurso deserto, mas não, esteja descansado que isso não acontecerá.-----

Agora indo às questões, deixem-me dizer o seguinte: Eu ainda não sou Primeiro-Ministro portanto, não posso responder às questões que me foram colocadas e por outro lado tenho aqui um compromisso muito sério com os Viseenses e levarei este e outros mandatos ao fim se tiver a confiança dos Viseenses como assim o espero, porque o mandato que espero fazer será um mandato com um programa de dez anos que apresentei para as pessoas e espero merecer a confiança e que de facto nas urnas as pessoas depois reconheçam o trabalho, e não gosto que brinquem com o meu trabalho. Ó Senhor Dr. Baila Antunes, não brinque com o trabalho dos outros. Não brinque com o trabalho dos outros não é? Porque nós estamos a fazer um trabalho sério dedicado, alicerçado no terreno nas diversas vertentes, quando quiser vir aqui discordar de um aspeto ou outro, é legítimo, isso até ajuda muitas vezes a nós podermos fazer correções de pontaria. Agora, o que eu vi aqui ao longo destas várias intervenções, foi um exercício de posicionamento, há aqui intervenções que ficariam... uma Senhora Deputado digo-lhe, aquela intervenção que fez sobre saúde, que bem que ficava na Comissão de Saúde na Assembleia da República, desafio-a quando lá chegar a fazer essa intervenção na Assembleia da República porque pareceram-me questões mais direccionados ao Senhor Ministro da Saúde do que propriamente ao Presidente da Câmara de Viseu. Há uma outra Senhora Deputada que quando chegar à Comissão de Obras Públicas também lhe ficará bem fazer lá essas mesmas questões, portanto, acho lindamente que estejam a treinar, portanto, a aquecer os motores, esta história do aquecimento dos motores até me deu um certo gozo palavra de honra, eu



estava aqui a apreciá-los e a dizer assim, há aqui pessoas que na Assembleia da República as coisas vão correr bem porque têm estatuto. Agora, também é verdade que anda aí um “sururu” não é, portanto eu até pedia aqui à senhora Vereadora para não me abandonar, para se manter porque eu gosto muito de tê-la como Vereadora da Oposição, mas entretanto, há outros também que andam aí muito desassossegados, agora, requerimentos na Assembleia da República “é mato”, todos os dias há um requerimento novo, é sobre as estradas, o buraquinho “y”, a árvore que deixou cair a folha antes do tempo, enfim, há neste momento requerimentos para tudo mas esse é um debate que eu acho normal, estamos a poucos meses das Eleições Legislativas os partidos começam-se a agitar para escolher os seus Deputados, eu já manifestei aqui uma questão, eu não sou candidato a Deputado, portanto, podem estar tranquilos. O Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, agora até era uma boa altura! Agora até era uma boa altura, o Senhor Deputado como agora já está reformado do seu exercício da advocacia seria uma excelente altura e olhe, com a seu traquejo e com o seu percurso seguramente que daria um bom contributo, era capaz é de baralhar um bocadito mais as contas dentro do Partido Socialista, mas pronto, que seja. Bem, meus caros Deputados e Deputadas, eu gostava de vos dizer o seguinte, eu gostava de vos ter visto ali a dizer assim, discordamos da política de participação que este município está a seguir, está a ouvir as pessoas, o orçamento participativo, de sujeitar a debate público matérias que são fundamentais, não ouvi. Gostava que tivessem ido ali dizer assim, bem, a política que está a ser seguida nas freguesias é um desastre e não ouvi uma palavra, uma questão sobre aquilo que estamos a fazer nas Freguesias com os Senhores Presidentes de Junta, os contratos-programa, os contratos que estamos a celebrar com eles delegando a responsabilidade nas Juntas de Freguesia, os materiais que estamos a ceder para se poderem fazerem as tais obras de proximidade, a aposta nos serviços nas freguesias, na desmaterialização dos serviços, ninguém cá veio perguntar nada sobre isso. Sobre desporto, também gostava de virem dizer aqui, não, a autarquia está a seguir um política desastrosa no desporto, não está a assegurar as instalações devidas para que se possa ter uma prática de desporto saudável no nosso concelho, não está a apoiar os clubes, não está a apoiar os jovens na prática do desporto, os tais 3500 jovens que praticam desporto apoiados pela autarquia, bem, na Atividade Sénior é uma desgraça, porque a autarquia não tem política para os seniores, não tem um CLAS a funcionar, não tem uma política, um Viseu Sénior com 2200 dos nossos seniores diariamente a praticar a sua atividade, portanto, também sobre isso não ouvi nada. No âmbito da Proteção Civil houve de manhã aí um resquício, mas parece que até o aeródromo está muito bem apetrechado para as novas responsabilidades que aí vêm, até tivemos cá o exercício de simulacro porque se reconhece que estão aqui as melhores condições, até estamos a tratar com o Instituto Nacional de Proteção Civil concentrar todos os meios de proteção civil dentro do nosso aeródromo dando-lhe essa valência na área da proteção, também sobre isto nada porque efetivamente não havia nada a perguntar. Por exemplo, no domínio social, o trabalho que se tem vindo a fazer, no apoio à natalidade se nós apresentámos vinte medidas para promover a natalidade e o apoio às famílias, até fomos o único município que antes deste debate nacional estava já a debater este assunto desde que tomamos posse, porque efetivamente tem sido uma matéria que tem sido constante no nosso debate. Não, aqui é porque as medidas que o município tomou não são medidas que possam de forma nenhuma incentivar a natalidade. Bem, em relação ao Centro Histórico, também não ouvi ninguém pôr em causa, enfim, vai ficar deserto o concurso do hostel, vai ficar deserto o concurso do Mercado 2 de maio, mas a verdade é que há 50 edifícios que estão em fase de reabilitação, é verdade é que estão 15 gruas neste momento instaladas no Centro Histórico das quais só cinco é que são da responsabilidade do município, e essas que são da responsabilidade do município vão permitir ter uma infraestrutura museológica da Maria Keil e as outras serão residências com rendas condicionadas para acolher jovens casais, para além das opções que o município já fez de



protocolar com o Ministério da Saúde para ter uma Unidade de Saúde Familiar na Rua das Bocas exatamente na tal lógica de apoio de proximidade aos idosos e aos mais jovens que vão viver para o Centro Histórico, a decisão da transferência das Águas de Viseu para o Centro Histórico para criarmos mais uma âncora no Centro Histórico, o acordo recente que fizemos que aquele parque de estacionamento que fica no Centro Comercial Académico e que será o primeiro parque de estacionamento de apoio aos residentes do Centro Histórico, portanto, são 60 lugares que ficam já ali de apoio aos residentes do Centro Histórico, enfim, também não ouvimos situações. Bem, situação financeira, no início eramos uns gastadores, agora já nem se fala na situação financeira parece que afinal de gastadores passamos a gestores rigorosos e de um momento para o outro esfumaram-se as coisas, bem, depois vem-se falar de investimento, vamos lá falar de investimento, eu estou sempre disponível para as questões que são relevantes para o concelho, reparem, não foi nenhum executivo vosso, foi este executivo que criou um Regulamento de Apoio ao Investimento, foi este executivo que também fez pela primeira vez um dossiê de apoio ao investimento que neste momento existe em várias línguas disponível para os investidores que temos vindo a convidar para vir ao concelho. Toda a gente sabe que o exercício de captação de investimento é um exercício demorado, mas já ninguém nos tira os créditos de termos desenvolvido este regulamento, o dossiê, de termos resolvido a questão do Parque de Mundão, de estarmos neste momento a tratar da expansão do Parque Industrial de Coimbrões, de já termos tratado da expansão do Parque de Santos Evos e de estarmos a tratar do arranque do Parque de Lordosa e do Parque do Campo, ninguém nos tira já esses méritos, por outro lado eu também sei que tudo aquilo que se fizer de bem não tem mérito nenhum da autarquia o que se fizer de mal será seguramente culpa da autarquia. Quem cria postos de trabalho, que fique bem claro, não é a autarquia, são as empresas, são os empresários, são os investidores, e eu também sei uma coisa é que quando um investimento for parar a algum concelho aqui à volta e que eu próprio tenho ajudado porque tenho uma perspetiva regional das coisas, e acho que o importante é que esta região tenha capacidade para acolher investimento, isso é que é muito importante, e sei que cada vez que se cria um investimento seja ele qual for, dois postos de trabalho ou quatrocentos, o mérito será sempre do município, em Viseu sempre que se cria algum investimento que crie postos de trabalho nunca será mérito do município. A verdade meus caros amigos e minhas caras amigas é que é neste mandato que a “Bizdirect” veio para Viseu, olhe, em concorrência com mais cinco cidades, depois acabou por escolher a nossa para se instalar, 35 pessoas que já lá estão a trabalhar e se tudo correr bem chegaremos às 125 pessoas não é? Por outro lado, exatamente com esta autarquia, com este executivo que se está a criar um “Cluster” da saúde em Viseu, dirão: Esta autarquia não teve nada, uns dizem-no aqui frontalmente, outros escrevem nos jornais e depois não têm a coragem de o dizer nas reuniões de Câmara olhos nos olhos que estas coisas não estão a acontecer, enfim, o Hospital da CUF pelos vistos caiu aqui de paraquedas, não teve nenhuma influência da Câmara, a Câmara não teve nada a ver com isto, enfim, caiu aqui, nem criámos condições para o efeito, não negociámos, não desenvolvemos todos os contactos devidos. O investimento da Casa de Saúde também caiu do céu, são 100 postos de trabalho que estão ali a criar, 20 milhões de euros de investimento, caiu do céu, a autarquia não teve nada a ver com isto, o da CUF estamos a falar de 26 milhões de euros, estamos a falar de 160 postos de trabalho qualificados mais 80 indiretos, não têm nada ver com isso, dentro de dias quando vierem a lume outros investimentos na área da saúde que estão neste momento em curso, também a autarquia não terá tido nada a ver com isto. Bem, já para não falar da nova fábrica da Habidecor, também não tem nada a ver com a política da autarquia, e outras coisas que estão em curso. Portanto, eu em relação aos Senhores estou perfeitamente descansado, eu sei que tudo aquilo que nós fizemos o Partido Socialista olhará sempre para estas questões na perspetiva do “bota abaixo”, também já estamos à espera, da vossa parte esperamos sempre o tipo de intervenções que aqui



tivemos, destrutivas não é, destrutivas, de pôr em causa um trabalho sério que se tem vindo a fazer, e já agora eu desafio, já agora a Senhora Deputada diga lá quantos postos de trabalho é que já criou? Se atraiu algum investimento para Viseu não é? É que este é um trabalho de todos, sabe, o trabalho de captação de investimentos é um trabalho de todos, todos devemos participar nisso, olhem a dinâmica que esta a ser criada no Centro Histórico, não é atividade económica, quer dizer, os quase 4 milhões de transações que se fizeram no Centro Histórico durante este ano e meio, não é atividade económica? E designadamente a reabilitação que está a ser feita nesse espaço? Não, nada disso é atividade económica e portanto, o Município de Viseu prometeu que iria dar ênfase à questão da captação de investimento, mas não fez nada até agora. Aqueles malandros, aquele malandro do Presidente da Câmara tem estado refastelado lá no seu sofá e não tem mexido uma palha para trazer um investimento para Viseu, esse eu sei que continua a ser o entendimento, mas os factos falam por si, e a verdade é que a dinâmica está a ser criada, o “Cluster” da saúde aí virá, só nesta área estamos a falar de uma dinâmica que poderá criar para cima de 300 postos de trabalho, e estamos a falar de dinâmicas que aconteceram já amanhã, isto é, estamos a falar de investimentos que estão em curso e que a muito curto prazo produzirão os seus efeitos, e não lhe vou antecipar outras coisas que estão em curso Senhora Deputada, a seu tempo o saberá, e eu sei que virá outra vez ali aquele microfone e dirá: Não, o Presidente da Câmara não teve nada a ver com isto, este Senhor não teve nada, eles é que vieram à nossa procura. Não, o trabalho que eu faço todas as semanas e todos os dias, o tal trabalho da formiguinha sabe, é que eu sou muito formiga a trabalhar, não sou cigarra como alguns, alguns cantam, cantam, cantam e nunca se vê trabalho, eu também gosto de cantar não é, não sou como o Primeiro-Ministro que tem de facto uma boa voz, eu não tenho uma voz como ele mas sobretudo gosto muito do trabalho da formiguinha e estou convicto, olhe, o julgamento Senhora Deputada, a Senhora também cá estará se Deus quiser, que Deus vai-nos dar saúde para isso, e lá estaremos, quando chegar a altura eu apresentar-me-ei ao eleitorado com a minha equipa, com os Senhores Presidentes de Junta que tão bem me têm acompanhado, todos sem exceção, é bom que se refira aqui, não tenho sentido nenhuma diferença, nem eu os tenho tratado de forma diferente ao contrário do que se calhar a Senhora Deputada era capaz de fazer com este discurso estritamente político partidário, o discurso que a Senhora fez aqui hoje, é bem o resultado de uma pessoa que só pensa numa perspectiva política partidária, eu não, eu sou o Presidente da Câmara de todos os Viseenses depois de eleito ok? E sou o Presidente da Câmara de todos os Presidentes de Junta e trato-os em igualdade de circunstância, da mesma maneira que também tenho sentido que na sua forma reivindicativa de serem me têm tratado todos de uma forma exemplar, todos sem exceção e portanto, isso orgulha o Presidente da Câmara. Olhe, se eu não os tivesse a tratar bem, se não tivesse uma relação estreita e aberta como eles, eles também não me tratavam bem, isto é dar e receber, agora, obviamente que eu da sua parte vou sempre esperar o discurso negativo. Em relação à questão da demografia Senhora Deputada, se nós estamos neste momento e temos que ser sérios, não basta chegar ali e escrever um discurso bonito em casa e depois vir para ali debitar coisas que não têm nexos não é? Olhe, num país que corre o risco de perder 3 milhões de habitantes até ao ano de 2050 seguramente que não será a Câmara de Viseu que vai conseguir sozinha inverter esta situação, seguramente que vamos dar a nossa colaboração ativa, olhe, quando nós elegemos o lema de “Melhor Cidade para Viver” como lema da nossa ação, quando estamos a cuidar a saúde como estamos a cuidar, designadamente com rastreios Senhora Deputada, todos os dias, é que há muito trabalho que se calhar não lhe chega aos ouvidos mas pode-o ver, olhe, rastreios auditivos, rastreios de visão, rastreios de saúde oral que são feitos diariamente, tudo isso está a ser feito, sabe, diariamente numa forma sistemática. A questão do acesso ao hospital, nós não tivemos a perguntar quem é que tinha de o fazer ou não, não é? Fizemo-lo, está a ver? Agora, é criando condições com bons parques infantis, com condições para a prática do desporto,



com espaços de fruição familiar, com uma cidade com qualidade de vida, é também assim que o município dá contributo para criar um ambiente propício para que as pessoas tenham filhos. Olhe, eu já dei o meu contributo, tenho três, da mesma mulher, nem é muito normal, são todos meus, esses eu assumo a paternidade. Portanto, eu já dei o meu contributo, agora, outros têm que dar também o seu contributo. Olhe, todo o nosso programa, todo o programa que estamos a colocar no terreno, a primeira prioridade chamam-se pessoas, as pessoas são o centro, aliás, como dizia o Sá Carneiro, que as pessoas são o centro e a medida de todas as coisas, se não era bem assim, era esta a ideia. Eu sou Social-democrata e reformista, portanto, obviamente que estando nesta função como noutra não poderia deixar de me focalizar nas pessoas, já agora, ó Senhora Deputada, também lhe trouxe um gráficozinho para si, olhe, esta é a evolução do emprego em Viseu, está a ver, olhe, (foi exibido um mapa) por acaso tem crescido o desemprego? Olhe, desceu quase mil pessoas, é certo que infelizmente ainda estão cinco mil e tal pessoas no desemprego mas a verdade é que durante este período, já são menos mil pessoas que estão no desemprego no nosso concelho. Eu não estou a dizer que foi a câmara, foi a atividade, foi a atividade económica, se olhar para os impostos, olhe, se olhar para os impostos do ano passado sabe quais são os únicos impostos que baixam, sabem? São exatamente os impostos sobre as famílias, em contrapartida a derrama também tem um comportamento positivo porque felizmente significa que também estamos a chegar aos lucros das grandes empresas, mas a verdade é que os dados falam por si, há uma dinâmica instalada, aliás, foi citado aqui o estudo do Instituto Politécnico de Viseu, eu já o li com muita atenção, e muitas das preocupações que ali estão, são preocupações que são comungadas por mim, mas se depois verificarmos o peso que Viseu tem no contexto da região, digamos que é esmagador, não é assim Senhor Deputado Baila Antunes? Temos que ser sérios não é? Portanto, seguramente que o investimento não vai cair do céu mas que nós estamos, reconheçam-nos ao menos, dêem-nos o benefício de estarmos a fazer muito trabalho em prol do emprego no nosso concelho e na nossa região, e na nossa região porque a preocupação não é só com o nosso concelho. Portanto, estamos conversados sobre essa matéria. Vamos agora às infraestruturas, a história do Hino à Vida, ainda bem que nós assumimos esta bandeira, sabe que os meus colegas dos chamados territórios de muita baixa densidade, acham muito bem que Viseu sendo o único concelho do interior do país que cresceu nos últimos anos,...

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho interrompe dizendo: Senhor Presidente desculpe, não é por falta de consideração, eu tenho um compromisso e tenho que ir, não é por falta de consideração.

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Por amor de Deus Senhor Deputado, faça o favor de ir ao seu compromisso, se não pode assistir, há outras coisas mais importantes para fazer na vida com certeza.

... agora o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho deixou que eu perdesse o fio à meada, estava eu a dizer que os meus colegas de territórios de baixa densidade que estiveram cá naquele tal dia da Festa do Hino à Vida disseram assim, chamos muito interessante que um concelho como Viseu que afinal de contas é dos concelhos que tem crescido acabe por ser a capital destas políticas e que seja a capital que nos acolhe neste dia em que festejamos a vida. Cada pessoa que nasce neste país, cada criança que nasce é uma festa, tem que ser mesmo assim, olhe, nós vamos continuar a fazer o programa anual do Hino à Vida e vamos continuar a ter em Viseu a capital dos nascimentos nos territórios de baixa densidade, sabe porquê? Porque somos solidários, também somos solidários e quero dizer mais, é que nós não olhamos para o território de uma forma cega, não sei quem é que falou sobre a questão dos territórios de baixa densidade, nós não concordamos com este critério nacional que foi aplicado e achamos que os territórios de baixa densidade deviam ter sido classificados por freguesia e não por concelho, porque de facto no caso de Viseu esta classificação acaba por nos beneficiar por um lado, que significa que fomos fazer um



determinado percurso, mas prejudica-nos por outro, mas eu também já estou a fazer o meu trabalho de casa, vou classificar nos próximos dias as chamadas freguesias de baixa densidade do concelho e vou-lhes dar um tratamento privilegiado a essas freguesias de baixa densidade do ponto de vista de alguns benefícios, e estou a lutar junto do Governo para que efetivamente as chamadas “Call” que vão abrir designadamente sobre apoios às empresas, discriminem também positivamente as freguesias de baixa densidade, porque isso está ao alcance de qualquer gestor, do gestor do PO do Centro, está aqui uma pessoa que conhece destas matérias, o Dr. José Alberto sabe que isto é possível. Portanto, estamos muito atentos a essas questões. Em relação às carreiras aéreas, é pena que se desvalorize o que se conquista, se repararem só há quatro cidades no país que vão ser contempladas com ligações aéreas, Viseu, Vila Real, Bragança e Portimão, quatro cidades, e em vez de estarmos a dizer assim, fantástico vamos ter ligações aéreas, não vai resolver todos os problemas do concelho, mas não deixa de ser um fator de atração para o investimento e um fator de atração também para a atração turística. Se é em Tires o aeródromo, ou o aeroporto onde aterram, é porque efetivamente já o Aeroporto de Lisboa está saturado, agora seguramente que vai ter um “Shuttelzinho” a Senhora pode utilizar os transportes, vai ter “Shuttelzinho” que a vai pôr em Lisboa, não tenha problemas quanto a isso, faça-se o concurso, adjudique-se e por aí fora. Bem, em relação às outras questões, à ferrovia, eu quero dizer aos Senhores Deputados é o seguinte, eu estou convicto que será este Primeiro-Ministro a tomar a decisão, eventualmente não neste Governo mas noutra, estou convicto, tenho mesmo uma forte convicção que este Primeiro-Ministro vai estar em funções depois das próximas eleições, eu não sei se ali o Senhor Deputado Carlos Cunha tem a mesma convicção de que eu, mas presumo que também tenha não é? E também presumo que terá também a convicção de se envolver, não se ponha de fora, este Governo também é o seu não é? Este governo também é o seu e portanto, não se esqueça também de fazer o tal “lobby”, o tal “lobby” no bom sentido para levarmos a bom porto estas questões que temos aqui, não se ponha de fora, eu penso que é Deputado do CDS/PP não é? Pronto ok, é só para ficarmos bem claros em relação a isto, mas há uma coisa que gostava de vos referir, em relação à ferrovia à uma garantia que temos, é que vamos ter comboio em Viseu, eu não tenho dúvidas quanto a isso, agora, num modelo ou no outro, nós vamos ter comboio em Viseu, vamos ter a estação de caminhos-de-ferro em Viseu. Agora, a simples candidatura do Governo ao Connecting Europe Facility para a feitura do projeto e para os estudos finais deixam-me com alguma garantia de que enfim, espero que seja vencedora aquela que é a solução que eu defendo, e já agora, lanço um desafio ao Partido Socialista, e já agora aos outros Partidos, definam também a vossa posição, ficava-vos bem, em vez de falarem, não vamos ter comboio, não, digam lá o que é que vocês defendem, é o eixo Aveiro/Vilar Formoso passando por Viseu ou é a melhoria da Linha da Beira Alta, já agora gostava de conhecer as vossas opiniões, que é para que fique claro lá para as pessoas que estão em casa não é? Para que fique claro quais são as posições que os Senhores defendem. Eu defendo a ligação Cacia /Viseu/Mangualde e melhoria da linha de Mangualde para cima e defendo com base em estudos que foram feitos, e que tem um custo um pouco maior do que a melhoria da Linha da Beira Alta, agora, em qualquer uma das circunstâncias Viseu vai ficar servido com um comboio, agora, eu acho é que o país fica melhor servido e a região ficará melhor servida se tiver esta ligação a norte, isto é, se tiver esta ligação que nos liga aquilo que é o Porto de Aveiro e o Porto de Leixões, que são os dois portos principais e é a situação que nos dá um posicionamento geoestratégico do ponto de vista da Península Ibérica e que nos permitirá ambicionar sermos atrativos do ponto de vista de investimento e de as outras coisas mais, agora, acho que também seria interessante que o Partido Socialista dissesse ao que vem, dissesse assim, olhem, nós defendemos esta solução ou defendemos a outra que é para nós ficarmos a saber. Em relação à autoestrada Viseu/Coimbra, mantenho aquilo que digo, eu prefiro neste momento um melhoramento do IP3 a uma autoestrada, eu prefiro que haja um



melhoramento no IP3 com duas faixas para cada lado, se não há dinheiro, então que se faça esta obra de melhoramento de uma forma faseada, mas ao mesmo tempo acho que se deve abrir um dossiê junto de Bruxelas, como eu disse no Congresso da Associação Nacional de Municípios, acho que a excecionalidade da ligação Viseu/Coimbra, e a excecionalidade da ligação a Portalegre, justificam plenamente que junto de Bruxelas não se trate de uma forma igual aquilo que é diferente e que o Governo Português abra de novo a negociação com Bruxelas para que os fundos comunitários possam apoiar estas duas ligações, esta é a minha posição, clarinha como a água, não mudei de opinião nem vou mudar. Em relação à ligação Viseu Sátão é a única prioridade que este executivo camarário apresentou ao Governo. Normalmente todas as pessoas têm tendência para jogar com armas de arremesso, as armas de arremesso têm um efeito *boomerang* não é? Vão para a frente e voltam para trás, e enfim, se formos ao histórico, é só ver quem é que ratou o investimento na 229, a 229 teve menos 4 milhões e meio de euros de investimento do que aquilo que estava previsto inicial e provavelmente hoje a 229 serviria os interesses da região, assim não serve, por acaso não foi um Governo do meu partido que fez essa asneira, foi outro Governo de um partido que hoje quer voltar outra vez ao poder, o Partido Socialista, mas, infelizmente cometeram esse erro, agora, eu e o Senhor Presidente da Câmara do Sátão já dissemos inclusivamente que estamos disponíveis para alocar alguma fatia do nosso orçamento para esta questão com uma chegada à frente por parte da Estradas de Portugal e do Governo como um todo. Estamos em crer que ainda chegaremos a bom porto. Já agora, aproveito para vos dizer que amanhã mesmo, vou ter uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, com meu amigo e colega Manuel Machado onde vamos tomar uma posição conjunta em relação à ligação rodoviária Viseu/Coimbra, portanto, que fique claro que a Câmara de Viseu trabalha com os municípios à volta, trabalha como eixo da A25, não tem problema nenhum, antes pelo contrário, eu gosto muito de Coimbra foi lá que estudei, não tenho nada contra Coimbra e portanto, quero também reiterar neste encontro em que vou estar com o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, exatamente esta ligação entre duas cidades que são cidades que sempre tiveram uma história bastante comum, e portanto, porque não fazê-lo, e defendermos os interesses comuns dos nossos concidadãos. Portanto, deixar claro em relação a estas matérias de infraestruturas como é que estamos. A questão do BPP, também não vou escamotear, convém é dizer que aquilo que a Câmara de Viseu tinha no BPP, eram depósitos, não eram produtos estruturados e portanto obviamente que a Câmara de Viseu está no processo de insolvência a reclamar os seus créditos, vamos ver, enfim, é um processo judicial que está em curso, não ponho em causa nem critico esta opção, da mesma maneira que nós hoje fazemos aplicações em bancos, o que é que fazemos? Fazemos uma consulta ao mercado e vemos qual é a taxa melhor e aplicamos no banco que dá a melhor taxa, é tão simples como isso, é gestão. Ora, nada faria supor na altura que enfim, que o Banco Privado iria seguir os caminhos que iria seguir. Em relação à vertente cultural, deixar aqui também claro, também é bom que as pessoas se definam se por um lado somos despesistas ou se não somos despesistas, parece que quando estamos a dar 125 mil euros de apoio aos Jardins Efémeros que representa para aí, mais de 70% do custo daquele evento, até parece que a Câmara está assim a desprezar os Jardins Efémeros, em algumas intervenções que ouvi hoje aqui, parece que nós não valorizamos os Jardins Efémeros como um evento já estruturante da nossa cidade. Então, 70% de um orçamento, de um evento destes não é um apoio muito significativo? E o CDS já agora que se defina, se é despesista ou se não é despesista não é? À segunda-feira o Presidente da Câmara é despesista, à terça já não é despesista, devia era dar mais aos Jardins Efémeros. Sempre foi dito por mim que espero que muitos destes eventos que vão amadurecendo e vão dependendo cada vez menos do apoio municipal, isto é o que tem que existir, nós estamos neste momento com muitos eventos do município que estão a ser patrocinados através do mecenato cultural e bem, quer dizer, quanto mais mecenato cultural nós



trouxermos, e já agora referir, só no ano passado nós investimos 3,5 milhões de euros na vertente cultural, convenhamos que para um município com o nosso orçamento, não podemos dizer que tenha sido um investimento tão curto, isto não se limita aos 400 mil euros como dizia aí o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, não foram só 400 mil euros, é todo o investimento, o Teatro Viriato tem a programação regular e muitas outras coisas que estão neste momento em curso. Folgo em ver que o meu amigo, o Senhor Deputado Carlos Vieira hoje fez aqui o papel de advogado de defesa do Partido Comunista, veja lá se isso não lhe cria dissabores a nível nacional não é? Esta história do Bloco de Esquerda ser advogado de defesa do Partido Comunista, não sei se os seus camaradas vão achar muita piada a isso, e já agora, dizer-lhe o seguinte, aquela piada do alcatrão dos Presidentes de Junta, não lhe ficou nada bem, os Senhores Presidentes de Junta são todos pessoas de bem não é? Nenhum deles iria... há coisas que... eu vi que eles ficaram incomodados, agora sou eu o advogado de defesa dos Senhores Presidentes de Junta, está a ver, eles ficaram incomodados com a figura de estilo que utilizou porque enfim, os Senhores Presidentes de Junta, muitos deles, vou ao fim de semana lá e vejo-os agarrados às vezes até uma enxada a fazerem trabalho comunitário, veja ao que se chega, a aplicação das pessoas. Portanto, é preciso ter respeito por quem está no terreno e não tenho dúvidas nenhuma que o Senhores Presidentes de Junta estão tão empenhados como o Senhor Deputado no Orçamento Participativo, eu tenho visto isso, tenho-o sentido, olhe, no dia da apresentação praticamente todos marcaram presença, nas sessões que estamos a fazer em cada uma das freguesias, das quatro, se não estou em erro que já foram realizadas até agora, todas elas casa cheia, com muita gente a participar e com várias ideias a surgirem. Agora, a forma como está feito o Orçamento Participativo vai permitir que nenhuma freguesia possa ser beneficiada em mais de 30 mil euros, mas pode até acontecer que haja mais que 5 projetos a serem apresentados, e nenhuma freguesia portanto, não pode ter mais que 30 mil euros digamos assim, de investimento, ora, no extremo, até pode levar que várias freguesias venham a ser contempladas, agora, dependerá do voto popular e seguramente que eu vou respeitar, se o voto popular não fosse para isso, não tínhamos criado o Orçamento Participativo e já agora dizer-lhe que na abertura do concurso que estamos a preparar meticulosamente de acordo com a nova Lei que está em fase final de aprovação na Assembleia da República, sobre os transportes urbanos e os transportes interurbanos quero-lhe dizer que nós vamos passar a ter dois tipos de transporte, os transportes urbanos e os transportes coletivos, portanto, vamos ter os dois tipos de transporte na cidade mas a seu tempo viremos apresentar e, lá está uma matéria, o plano de mobilidade será um plano que nós vamos apresentar publicamente e que o vamos também sujeitar a debate público, porque achamos que é demasiado importante, vai no fundo condicionar os próximos dez, quinze anos da mobilidade do concelho e portanto, será mais um daqueles que não tínhamos nenhuma obrigação, mas achamos que é fundamental que se debata matérias que têm a ver muito com o nosso futuro coletivo. A vontade popular em relação ao Bairro Municipal, e voltou outra vez aqui a vir a questão do Bairro Municipal. O Bairro Municipal, foi este Presidente da Câmara Almeida Henriques que suspendeu a demolição do Bairro Municipal e que disse: Isto é uma prioridade, queremos preservar o Bairro Municipal e foi já este Presidente da Câmara que também iniciou o processo e que fez a classificação como Património Municipal, é sinónimo que eu tenho muito apreço por aquele bairro, e também vos quero dizer que está já em curso o processo de preparação do projeto de reabilitação do Bairro. Uma coisa são estas obras que estão a decorrer nestas habitações que resultaram do apoio popular e da votação do Orçamento Participativo, outra coisa mais vasta, nós estamos a falar de um projeto que vai custar uns milhões de euros, o projeto de reabilitação do Bairro da Cadeia, vai custar uns milhões de euros, e estou a procurar também enquadrá-lo do ponto de vista dos fundos comunitários para que não seja uma reabilitação feita só com o esforço da autarquia e portanto, isto chama-se gerir bem o bem público e portanto, sem há a oportunidade de o candidatar a fundos



comunitários, eu prefiro fazer aquela obra com apoios do que sem apoios, mas é uma prioridade. Já agora dizer uma coisa, a Beira-Amiga se não tivesse o visto positivo do tribunal de Contas não se constituía, como é óbvio não é? Então porque é que tivemos tantos meses à espera para constituir a Beira-Amiga? Estivemos vários meses à espera, porque pedimos ao Tribunal de Contas o visto, porque o tribunal de Contas nos fez perguntas, nós respondemos às perguntas e obviamente que quando veio o visto do tribunal de Contas de imediato avançámos, agora, também é pena que haja Deputadas ou Deputados, que façam perguntas, que recebem as perguntas com todas as respostazinhas dadas, com pareceres etc., e depois venham aqui fazer crer que há desonestidade e que nós andamos aqui a cometer ilegalidades, eu já disse várias vezes, quando entenderem que nós cometemos alguma ilegalidade, denunciem ao Ministério Público, é essa a forma, faça-o Senhora Deputada porque se entende isso faça o favor de o fazer, os cidadãos ficar-lhe-ão gratos seguramente por essa atitude, e pronto, fico por aqui. Muito obrigado Senhor Presidente. Há! Senhor Presidente, se me permitir, só em relação ao CPCJ, gostava só de deixar aqui uma nota, é que a Senhora Deputada não fez bem o trabalho de casa, a CPCJ, como sabe, está em instalações do município não é, e portanto, esses custos são totalmente suportados pelo município, por outro lado tem todos os equipamentos, portanto, basicamente o município é que suporta todos os custos de funcionamento, ou melhor, todos os custos instalação e aquisição de equipamentos e nunca ninguém deixou de ir fazer o que fosse, por falta de transporte que é disponibilizado quando ele é necessário, agora, quero-lhe dizer que o orçamento da CPCJ é de 35 mil euros, dos quais recebemos uma comparticipação de 25 mil, portanto, o município comparticipa em 10 mil euros no funcionamento desta estrutura e reputa-a de importância, por outro lado, o nosso representante, de facto deixou de ser desde o final de março, e já está neste momento nomeado um novo representante, portanto, a Senhora está mal informada, pois sabe que isto é dinâmico não é? Isto é dinâmico, é que nós trabalhamos todos os dias sabe, Senhora Deputada, é que nós trabalhamos todos os dias, todos os dias tomamos decisões, todos os dias tratamos dos assuntos meticulosamente com a minha equipa, olhe, está aqui a equipa que me apoia diariamente é para isso que lá estamos e acredite que o fazemos com muito gosto não é? Dedicção, sete dias por semana, não nos importa se é às oito da manhã se é à meia-noite, estamos sempre disponíveis, e também com uma consciência, olhe, todos nós chegamos ao fim do dia e dormimos tranquilamente sabe porquê? A consciência tranquila é a coisa melhor que existe, é sinal que estamos a dar o nosso melhor e estou certo, olhe aquilo que eu sinto na rua, não é aquilo que a Senhora vem para aqui dizer, antes pelo contrário, as pessoas tratam-nos com muito carinho e nós também tratamos as pessoas com carinho, até o pessoal da oposição nós tratamos com carinho, uns mais do que outros.-

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. É algum pedido de esclarecimento? Tem três minutos está bem Senhora Deputada.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Sim, é apenas um rápido pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente. O Senhor Presidente mostrou com todo o agrado uns gráficos relativamente à diminuição do desemprego e quero-lhe dizer que nós Partido Socialista, congratulamo-nos com a diminuição do desemprego, contudo, nós também gostaríamos que o Senhor Presidente contemplasse nesses gráficos o seguinte: Quantos é que estão em formação profissional? Quantos é que emigraram? E quantos é que perderem o direito ao subsídio de desemprego? Esses dados também devem contar nos tais gráficos, porque isso é que é importante, não basta dizer que diminui o desemprego, é preciso dizer o porquê que diminui o desemprego e já agora, para responder aqui, ao Senhor Deputado Pedro Alves não está, mas também queria aqui fazer um breve esclarecimento, quando ele afirmou que o Partido Socialista reduziu as camas hospitalares, quero dizer que o Partido Socialista à época apostou nos cuidados de saúde primários e aqui agora, concentrando a questão no Concelho de Viseu, à época, quando o



Partido Socialista era Governo aprovou quatro unidades de cuidados continuados, o Partido Socialista aprovou quatro, acontece que, foi no Governo do PSD/CDS que ficaram suspensas e apenas foram construídas duas unidades de cuidados continuados que foi em Farminhão e na Acredita, as outras duas unidades, quer em Mozelos quer em Torredeita ficaram suspensas. Era só mesmo esta questão para que não se diga que se reduziu camas e que não houve alternativa. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhora Deputada, os pedidos de esclarecimento são pedidos de esclarecimento, é só chamar à atenção. Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, é mesmo de esclarecimento, é para esclarecer a Senhora Deputada que esteve aqui antes que as respostas são públicas, mudou alguma legislação relativamente ao cálculo de quem estão ou quem não está desempregado? Mudou? Não mudou, portanto, se quer saber quantos neste momento estão em formação profissional e estão noutras atividades, também tem que saber antes quantos é que estavam, as regras são rigorosamente as mesmas. Eu percebo, porque mais uma vez se tenta deitar “areia para os olhos”, ou como vocês gostam de chamar “espuma política” e de dizer que o desemprego desce à custa da formação profissional ...ó Senhora Deputada é má educação estar-me a interromper, não se interrompe, é sistemático, o Senhor Presidente da Câmara esteve a falar sistematicamente a Senhora estava a falar, falava, falava, falava., isto não facilita os trabalhos obviamente, de forma alguma. Portanto é assim, relativamente a essa situação, não vale a pena, eu já vos disse muitas vezes, não venham com a mentira retida não sei quantas vezes até ver se ela se torna verdade, não torna! Portanto, os números são o que são, o cálculo dos números são rigorosamente os mesmos, no tempo do Partido Socialista, no tempo do PSD, há vários anos a esta parte. Portanto, essa questão tem uma resposta antecipada que deveria ter conhecimento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra... é pedido de esclarecimento? Tem a palavra a Dra. Adelaide Modesto.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Escuso-me aos cumprimentos reiterando aqueles que já fiz, e o pedido de esclarecimento é de facto um pedido de esclarecimento com uma nota prévia. Confunde Vossa Excelência a obra-prima do mestre com a prima do mestre-de-obras, porque é que eu digo isto, porque de facto, quando vimos falar aqui de políticas de natalidade e falamos de três ou mais filhos, aquilo que pergunto é? Senhor Presidente, responda-me objetivamente a estas questões que lhe coloquei. Que diagnóstico e que estudo é que foi feito no Concelho de Viseu? Quantas famílias é que são abrangidas por estas medidas? Quantas famílias existem com três ou mais filhos? Quantas famílias existem que não têm filhos? Quantas famílias monoparentais vão beneficiar das medidas que Vossa Excelência elencou? Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. É também para um pedido de esclarecimento? Tem a palavra a palavra o Senhor Deputado Pedro Baila Antunes.-----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Dispensava os cumprimentos. Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente, gostava de o ouvir, porque isto é uma questão da maior importância para o Concelho em termos estratégicos, qual é a sua argumentação para defender, dentro daquelas três hipóteses de linha do eixo ferroviário, porque é que defende a ligação a Mangualde, Cacia/Mangualde, depois a Linha da Beira Alta, e eu não estou aqui a defender uma posição do PS, note-se, neste momento estou a falar tecnicamente e há bocado disseram inclusive, estão aqui a defender questões técnicas, mas são questões técnicas facilmente compreensíveis e da maior importância para o Concelho,



e em relação a esta questão da linha de Cacia até Mangualde, em Mangualde tem que ser feito uma plataforma intermodal, em Mangualde à indústria, em Mangualde há a A25, ora, isso vai ser um sorvedor de indústria e vai impedir todo o desenvolvimento industrial para sempre entre aspas não é? Eu acho que é uma má solução e deve ser muito bem analisada, enfim, e não deve ser esse o desígnio em relação a esta questão estratégica. Só um último ponto porque no fundo também é um pedido de esclarecimento. Senhor Presidente, eu estava a brincar quando eu aqui entrevi? Eu brinco? Eu estou aqui, aliás basta ler as Atas e todo o meu percurso na Assembleia Municipal de Viseu para ver a sustentação com que eu venho aqui de análise, etc., e de preocupação acima de tudo com os Viseenses, eu não estou aqui a brincar, o Senhor Presidente ao dizer isso é que está a brincar comigo, e eu enquanto Deputado Municipal, estou aqui por Viseu e com coisas sérias por isso mesmo. É só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **CINQUENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Na verdade surpreende-me quando de facto somos acusados de termos trazido aqui questões que de facto têm uma escala nacional, nas que aqui firam abordadas também numa escala local, sobretudo local e na verdade o que mais me preocupa são as respostas de pior qualidade para as pessoas, quando o Estado falha e nós temos ouvido isso da parte do Senhor Presidente, cabe-nos a nós, a todas e a todos e sobretudo ao Poder Local no conjunto termos de encontrar respostas, estamos em abril e uma das conquistas de Abril foi a acessibilidade à saúde, cuja qualificação nunca nos deve deixar de preocupar. É com este intuito e não com outro associado que aqui possa ter sido expressado que aqui estou a partilhar uma preocupação do PS, que é grave para as pessoas e as afeta profundamente na sua vida pessoal e á qual devemos responder, e daí eu reitero e insisto na pergunta que lhe fiz, dado que irá apostar numa resposta privada relativamente ao serviço de Radioterapia, eu recoloco a questão uma vez que não foi aqui respondida, se pode garantir aos Viseenses que a prestação deste serviço enquadrada numa resposta privada não significará uma possível solução apenas para alguns?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não há mais nenhuma questão? Dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, duas notas muito breves só para dizer o seguinte: Da parte do Presidente da Câmara vão ter sempre uma atitude, seja este Governo do PSD ou de outro Governo, ou de coligação PSD/CDS para não ficar nenhuma suscetibilidade ferida. Há uma atitude que terão sempre é que quando eu tiver que elogiar o Governo elogio, quando tiver que assumir uma postura crítica assumirei, acima de tudo estão os interesses de Viseu, eu sei que algumas pessoas designadamente dessa bancada aí têm agora uma postura critica de hoje para amanhã serão os mais seguidistas possíveis em relação a qualquer coisa que seja feita por um Governo, ser forem Governo porque isso é outra questão, portanto, não tenham dúvida quanto a isso. Em relação ao Senhor Deputado Baila Antunes, o Senhor também utiliza as tecnologias não utiliza? Sabe ir à Internet? Então está lá o estudo, pode ir lá consultá-lo está bem? Ok? Este estudo no qual me fundamento e a minha posição não é de agora, a sua pode ser, a minha não, eu já há bastante tempo que ao arrepio de outras pessoas tenho vindo a defender que nós temos que privilegiar o eixo que exporte cerca de 70% do centro norte do país e estou convicto que esta é a melhor solução do ponto de vista do interesse nacional. Se o Senhor está a olhar para a ferrovia do ponto de vista paroquial nunca vai a lado nenhum, porque isto não é uma questão paroquial, isto não é uma questão da nossa paróquia, é uma questão nacional e a decisão tem que ser feita do ponto de vista nacional, por sinal nesta decisão nacional Viseu sairá sempre contemplado, por uma via ou por outra a nossa posição estratégica vai permitir que nós venhamos a ter comboio, ou num traçado ou noutro



traçado e pronto, isso aí é o que dizem os dois estudos que estão neste momento em confronto, agora, eu acho que sinceramente a ligação a norte trás muito mais, mas gostava de conhecer e acho que este é o momento já que este assunto está em cima da mesa dos partidos clarificarem o seu pensamento sobre isso. Em relação ao pensamento do Presidente da Câmara e do Executivo ninguém tem dúvidas, já agora, clarifiquem também o vosso pensamento, era uma grande ajuda que davam aos cidadãos dizerem assim: Nós somos a favor da modernização da linha Beira Alta, que é para nós sabermos, ok? Eu sei que essa a corrente que mais graça aí nesse partido não é? Nós somos a favor desta ligação nova, isto é Cacia passando por Viseu e vai entroncar na linha da Beira Alta em Mangualde e depois melhoria da linha da Beira Alta até Espanha, porque achamos que é a que melhor defende os interesses do país e também desta região, agora, isto não é uma questão local é nacional, mas fico à espera do esclarecimento da parte do Partido Socialista.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais nenhuma questão, eu proponha agora por razões óbvias, proponha cinco minutos de suspensão, só cinco minutos de suspensão dos trabalhos, antes de entrarmos no processo de votação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Pronto, eu lembrava só que todos os pontos quer do Período Antes da Ordem do Dia, quer da Ordem de Trabalhos já houve uma proposta no sentido que fossem para execução imediata as deliberações fossem aprovadas em minuta, é só recordar isto e íamos começar já e proponha que o Ponto Número Dois e Número Três fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, por isso, está em Apreciação o Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da Câmara Municipal de Viseu Referente ao Exercício Económico de 2014, e em Apreciação o Relatório de Gestão e Documentos Financeiros dos SMAS – Águas de Viseu Referente ao Exercício Económico de 2014, dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos então a entrar no segundo e terceiro ponto da Ordem de Trabalhos. A apresentação de contas é talvez um exercício tão ou mais importante do que o exercício orçamental, porque é o momento em que efetivamente se mostra exatamente o ponto da situação, e este relatório reflete exatamente o exercício do governo municipal que ocorreu na expectativa por um lado dos investimentos que arrancarão com a abertura das candidaturas ao Portugal 2020 e também na lógica da execução do nosso programa que apresentámos o “Viseu Primeiro”. Com uma política de rigor, cumprimos os objetivos de política com que nos propusemos governar o Município e conseguimos um excedente que reforçará a boa saúde financeira e que nos permitirá enfrentar mais preparados o novo ciclo de investimentos sociais e económicos com financiamento comunitário. Indo agora a valores concretos, que não deixarei de os referir apesar do adiantado da hora, a receita total corrente, de capital, reposições não abatidas e saldo de gerência do Município em 2014 foi superior a 55 milhões de euros, embora tenha sido inferior à registada em 2013 em cerca de 2 milhões e meio. Esta variação negativa é explicada essencialmente pela redução das transferências de capital que em 2014 foi inferior a 2013 em mais de 3,6 milhões de euros. A taxa de execução da receita cobrada em 2014 foi de 83,53% ou seja 45,2 milhões de euros, ainda assim a receita corresponde a 130,49% da despesa total. Receitas correntes em 2014 foram superiores a 43,4 milhões de euros restando também um acréscimo de 1,9% face ao ano anterior. A receita corrente representa 95,99% da receita total e corresponde a 136,48% da despesa corrente conduzindo a uma poupança corrente superior a 11 milhões de euros o que é um bom indicador de boa gestão porque no fundo, a Receita Corrente financia a Despesa de Capital em mais de 8,7 milhões de euros o que denota um rigor na gestão. Os Impostos Diretos e as Transferências Correntes representam mais de 81,33% da Receita Corrente Total, cuja execução foi de 108,31% nos impostos diretos e 95,66% nas transferências



correntes. Os rendimentos da propriedade constituem a terceira principal fonte de receita corrente do Município de Viseu com uma taxa de execução superior a 83,59%. A venda de bens e serviços correntes superou os 3,3 milhões de euros com uma taxa de execução superior a 91,99% posicionando-se em quarto lugar no ranking total das receitas correntes e as receitas de capital em 2014 foram superiores a 1,8 milhões de euros, com uma taxa de execução de 17,31%, portanto, a principal fonte de receita de capital, foram as transferências de capital com uma execução superior a 1,5 milhões de euros representando mais de 75% do total das receitas de capital. Evidencia-se mais uma vez o efeito positivo da execução também na Receita Corrente, portanto, a execução da Despesa Total atingiu um montante global superior a 42,4 milhões de euros registando uma taxa de execução superior a 70%. A despesa total paga em 2014 registou um decréscimo em relação ao ano anterior em cerca de 1,4 milhões de euros ou seja, menos 3,16%, apenas absorveu 93,77% da Receita Total cobrada em 2014. Por outro lado as despesas correntes cuja execução foi de 81,85% portanto, 31,8 milhões de euros ficaram aquém da previsão efetuada contribuindo assim para o reforço da poupança corrente e concorreram para tal a aquisição de bens e serviços que registaram uma execução inferior ao previsto de mais de 4,7 milhões de euros bem como as transferências correntes que foram inferiores ao previsto em quase 1,6 milhões de euros. As despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços representam mais de 76% das despesas correntes respetivamente 37,8 e 38,9, seguindo-se as transferências correntes com um peso de 20,93%. Contudo, se efetuarmos uma comparação entre as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços com a receita total, verifica-se que aquelas apenas representam 25,56% e 27,35% respetivamente da Receita Total. As Despesas de Capital, ascendem aos 10,6 milhões de euros correspondente a 25% da Despesa Total e a 583,96% da Receita de Capital, estas resultam da aquisição de bens e investimento diretamente efetuada pelo Município de Viseu bem como através do investimento realizado no âmbito dos contratos programas com as Freguesias e com a Viseu Novo superior a 4 milhões de euros. O Regime Financeiro das Autarquias Locais impõe o princípio da estabilidade orçamental e ela é exatamente cumprida nesta vertente. A execução orçamental em 2014 cumpriu este princípio obtendo ainda uma margem superior a 8,8 milhões de euros e o Saldo de Gerência em 2014 situou-se em 23,6 milhões de euros e registou um aumento superior a 2013 em mais de 2,9 milhões de euros. Portanto, durante o ano de 2014 o Município de Viseu registou uma taxa de execução das Grandes Opções do Plano de 64,04% cujo montante se cifrou em mais de 27,2 milhões de euros, superior a 2013 em mais de 4%. As atividades mais relevantes e o Plano Plurianual de Investimentos tiveram uma execução de quase 4 milhões de euros e 23,3 milhões de euros respetivamente. As funções sociais representam a execução mais elevada das GOP com uma realização financeira de 14,5 milhões de euros, representando 53,10% do total, as de educação absorvem 33,72% os resíduos sólidos constituem a segunda subfunção com mais peso nas funções sociais com cerca de 18,05% seguindo-se os investimentos na rede de saneamento através de transferências financeiras para o SMAS. Os encargos com cultura e desporto, recreio e lazer representam 9,82% na cultura e 9,75% no desporto. As funções económicas de acordo com aquilo que tinha sido definido atingem 24,23% das Grandes Opções do Plano e daqui destacam-se os investimentos realizados nos transportes rodoviários carecendo em mais de 2 milhões de euros, a conservação e construção de Património Municipal designadamente no Centro Histórico da Cidade e nos custos com a iluminação pública. As funções gerais representam uma execução de 12,15% e outras funções obteve uma execução de 10,52%. Portanto o ativo líquido do Município de Viseu em 2014 atinge o valor de 253.216.886 euros. Este crescimento deve-se, entre outros, ao efeito conjugado dos depósitos em instituições financeiras e caixa que registou um aumento de 13,77%. A estrutura do ativo é composto em mais de 80% do ativo fixo portanto, bens do domínio público, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, o Ativo Circulante representa mais de 19% do Ativo Total, e o



passivo do Município de Viseu atinge em 2014 cerca de 65 milhões e euros, tendo diminuído mais de 4 Milhões de euros face ao ano anterior, em consequência da diminuição das dívidas a terceiros de médio e longo prazo, das dívidas a terceiros de curto prazo e dos acréscimos e diferimentos. O ativo total é financiado em 80,79% pelo ativo fixo. O total do passivo exigível representa apenas 13,39% dos fundos próprios, tendo diminuído face ao ano anterior e o passivo exigível de curto prazo apenas representa 3,86% dos fundos próprios, registando também uma diminuição face ao ano anterior. No que se refere ao endividamento a longo prazo, e este é um indicador extremamente importante, o passivo exigível apenas absorve 9,52% dos fundos próprios do Município e 23,5% do imobilizado corpóreo, sofrendo ambos uma variação positiva relativamente ao ano anterior. Por fim o Resultado Líquido do Exercício em 2014 como já referi foi de 8.266.324,61 o que corresponde a uma variação positiva em mais de 191,94%. Os custos e perdas reconhecidas no exercício de 2014 foram inferiores ao ano de 2013 em mais de 4,3 milhões de euros o que representa uma variação percentual de menos 9,51%. Portanto, este resultado deve-se essencialmente ao valor dos custos e perdas extraordinárias que registaram uma diminuição superior a 2,3 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja menos 45,45%. Depois, passando já para a parte final da apresentação gostava de realçar este aspeto que também é de primordial importância, que atendendo ao disposto do Art.º 52 o Município de Viseu em 2014 e estamos-nos a referir ao cumprimento da Lei 73/2013, cumpre o limite da dívida total com uma margem face ao limite superior a 40 milhões de euros, o que é que isto quer dizer? É que o Município de Viseu hoje com as condições que tem poderia endividar-se em 40 milhões de euros, o que é claramente significativo da situação financeira que vive, e portanto, face a estes resultados, aquilo que eu proponho é que efetivamente os Senhores Deputados possam aprovar estas contas do município.-----

Em relação aos SMAS deu-se cumprimento à generalidade do previsto nas Grandes Opções do Plano, portanto, empreitadas de saneamento básico candidatas e aprovadas pelo POVT no âmbito do 1º aviso, estão também em execução mais de três dezenas de empreitadas de saneamento básico de que gostaria de destacar, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Viseu Sul e emissários que engloba a ETAR de Viseu Sul emissário da ETAR de S. Salvador até à ETAR de Viseu Sul e também o emissário da ETAR de Teivas até à ETAR de Viseu Sul e o acesso à ETAR de Viseu Sul. Quanto ao tratamento e ao controlo da qualidade da água, foram realizadas análises a todos os parâmetros num valor de 2318 análises, o que acaba por se traduzir na boa qualidade que temos hoje da nossa água designadamente com o “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”. Portanto, do ponto de vista de outras atividades realce para as Piscinas Municipais que é uma atividade no fundo social dos nossos SMAS com uma utilização hoje superior a 80% e digamos que dificilmente se poderá conseguir uma utilização superior à que está, mas que acaba por ser um serviço onde designadamente a Atividade Sénior e outras acabam por encontrar guarida numa perspetiva de responsabilidade social. Foi também implantado o serviço da fatura eletrónica a que aderiram mais de 3500 clientes no ano de 2014 o que permitiu substituir a fatura digital, a fatura eletrónica também, neste momento permite simplificar e facilitar o acesso à informação no cliente, incrementámos também uma adesão que reforça a economia e racionalidade dos serviços e foi também desenvolvida a campanha de combate aos ilegais. A adesão foi voluntária e não beneficiou como sabem da aplicação de qualquer coima e também como já referi aqui hoje de manhã numa perspetiva de cumprir a Lei e ao mesmo tempo estar atento às famílias mais necessitadas no sentido de em muitas circunstâncias estarmos a reduzir o valor dos seus ramais e procurando, enfim, estar atento a todas as situações que nos têm sido colocadas. Queria também referir que à data de hoje todas as orçamentações estão feitas, e que neste momento estamos a trabalhar aceleradamente para que rapidamente isto num espaço de mais dois/três meses ficarmos com todas as ligações que foram feitas no seguimento do



combate aos ilegais, não deixando de estar já em curso também algum trabalho de fiscalização no terreno das freguesias exatamente para não beneficiar aqueles que continuam a não fazer a sua ligação. Hoje gostava de referir também que existem mais 957 clientes, portanto à data no final de 2013 neste momento já são mais o que significa que os nossos SMAS neste momento terão cerca de 43 mil clientes e a utilizarem também já os novos pagamentos de fatura referente ao consumo de água, os CTT, rede de lojas Payshop, enfim, todas estas questões. No ano de 2014 foram faturados 3.885.293 m<sup>3</sup> de água e o número de clientes/contadores, portanto, já atinge praticamente os 43 mil. Relativamente à gestão dos recursos humanos verificou-se um decréscimo de 8 no número de trabalhadores e 69.162 euros no custo com o pessoal face a 2013. Em 2014 verificou-se um acentuado acréscimo de investimento das Águas de Viseu devido à execução da empreitada inerente à ETAR e emissários de Viseu Sul, cujo custo total ultrapassa como sabem os 30 milhões traduzidos num investimento de 10.483.000 neste ano o que corresponde a um grau de realização de 52.9% e que esperamos ver concluída esta obra até ao final de setembro do ano em curso. A execução orçamental geral atingiu o montante de 17.129.006 euros que corresponde a uma taxa de execução de 60.6% a despesa corrente diminui 1,1% a receita corrente 3,5% o Resultado Líquido do Exercício foi de 1.096.681 euros e o cash flow de 5.346.478 euros. Portanto, tem claramente também uma situação que permite como eu referi de manhã e corrigindo aquilo que dizia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não à gestão pública ou privada, há boa ou má gestão e portanto neste caso fica provada a saciedade que é possível estar a fazer um conjunto de reformas no domínio da água e saneamento, continuar a fazer investimento e mesmo assim ter um resultado positivo de cerca de 1 milhão de euros do líquido do exercício e ao mesmo tempo, enfim, fazer este trabalho também do combate aos ilegais, e portanto, também face a estas contas apresentadas aquilo que se propõe é que esta Assembleia vote favoravelmente também as contas dos Serviços Municipalizados, referindo que esta mesma apreciação obteve um acolhimento positivo na reunião do Executivo Camarário. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Inscrições? Tem a palavra o Deputado José Alberto.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social. Bom, deixem-me dizer-vos que, enfim, são quase 6 da tarde e queria antes de tudo fazer aqui uma declaração de interesses. Vou ler o meu relatório sem primeiro fazer aqui dois reparos fundamentais. O primeiro é relativamente ao adiantado da hora, acho que muitas das coisas já foram ditas relativamente às contas e poderia ser poupado isso e deixado para o tempo próprio que é agora. Depois, às 6 da tarde começar o segundo e terceiro ponto é de certa forma minorizar aquilo que são os pontos que vêm a seguir. Depois dizer que relativamente aos relatórios e às muitas páginas dos relatórios, portanto, disponibilizados em formato digital via net, alguns deles são difíceis de abrir dada a sua extensão e isto leva algum tempo não a analisar mas muitas vezes à espera que a internet abra esses mesmos ficheiros o que, era de bom-tom, portanto, que a Assembleia disponibilizasse isto através de um CD, que era melhor para quem tem de fazer este trabalho. Enfim, vou referir o enquadramento legal em que as contas são feitas, vou tentar caracterizar o exercício de 2014 em que elas se desenvolveram e depois entrar propriamente no relatório.----- De acordo com os preceitos legais atualmente em vigor – POCAL DL 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Leis 73/2013 e 75/2013 respetivamente, que falam do regime financeiro e do regime jurídico das autarquias locais, e pela primeira vez estas contas são integradas dentro destas duas Leis.-----



O exercício de 2014 caracterizou-se também por um cenário macro económico de crescimento moderado da atividade económica, mais assente no crescimento da procura interna, fruto de uma melhoria no emprego e no rendimento líquido das famílias, na dificuldade do acesso ao crédito pelas empresas e pelas famílias, de um clima de quase não inflação, de taxas de juro baixas e de consolidação orçamental.-----

É ainda de referir que 2014 foi o ano de transição entre dois ciclos de apoio da União Europeia, o QREN (2007 – 2013) e o agora designado Portugal 2020 (2014 – 2020) cuja aprovação se deu já no final de 2014 e cujos regulamentos só agora começam a ser disponibilizados e que têm como fatores determinantes a competitividade e a inovação associados ao crescimento económico e à criação do emprego, à sustentabilidade, à inclusão social e à coesão territorial.-----

Feito este enquadramento sumário debruçar-me-ei a partir de agora naquele que é o tema fundamental deste ponto ou destes pontos da ordem de trabalhos – as contas da CM de Viseu e as contas do SMAS/Águas de Viseu. Não irei contudo, ao invés dos anos anteriores, (queria mas não consegui, portanto, fugir a alguns números) deter-me em considerações muito exaustivas, de relato de números, de rácios ou de conceitos técnicos, já que estes estão e, muito bem, referenciados nos vários documentos que fazem parte integrante das contas, ainda como dos pareceres dos auditores/ROC, onde podemos constatar que as contas apresentadas dão uma imagem fiel e apropriada da situação financeira, económica e patrimonial das entidades analisadas. Acrescentam ainda, que as demonstrações financeiras, respeitam no decorrer da sua execução as normas legais em vigor e não apresentam distorções materialmente relevantes.-----

Assim o exercício económico de 2014, no que a Câmara de Viseu respeita, caracterizou-se pelo aumento da sua sustentabilidade económica, financeira e patrimonial assente nos seguintes pilares:-----

1. Capitalização de receitas correntes, traduzido na sua menor aplicação em despesas correntes em cerca de 1 milhão de euros;-----
2. Numa execução orçamental das receitas na ordem dos 84% e, uma execução da despesa de 71% o que podemos dizer que, por esta via o município incorreu numa poupança corrente de cerca 11,5 milhões de euros, que devemos realçar e assinalar de forma muito positiva;-----
3. Ao nível económico, o município atingiu um Resultado Líquido de 8,3 milhões de euros contra os 2,83 milhões de euros em 2013. Este resultado só foi possível porque os gastos/custos de 2014 foram inferiores em cerca de 4,4 milhões de euros aos gastos de 2013, e os rendimentos/proveitos de 2014 foram superiores em 0,96 milhões de euros aos de 2013. Esta será com certeza uma preocupação de racionalidade económica que cumpre referir e evidenciar;-----
4. Se ao Resultado Líquido no valor de 8,3 milhões de euros lhe adicionarmos as reintegrações do exercício chegamos a um cash flow ou meios libertos de 16,3 milhões de euros;-----
5. O nível de endividamento municipal diminuiu cerca de 3 milhões de euros o que vai melhorar, significativamente, a imagem financeira do município. De referir que de acordo com a Lei 73/2013, no seu art.º 22º, o município de Viseu, de acordo com as receitas atuais, tem uma capacidade de endividamento adicional de cerca de 40 milhões de euros;-----
6. Finalmente, mas não menos importante, referir as disponibilidades imediatas do município que aumentaram e cifravam-se no final de 2014 em 23,6 milhões de euros, reforçadas por esta via.-----

Face ao que se disse, o município de Viseu pode, como aliás já fez no passado, ter vantagens adicionais no ciclo de investimentos que se iniciou ou irá em breve iniciar-se no quadro do Portugal 2020. A execução de projetos, terá sempre a comparticipação do promotor (15% eventualmente) nos projetos com fundo perdido, e, todos sabemos que, na



maioria dos casos, é necessário avançar com o investimento e só posteriormente vem a comparticipação. Foi assim no passado, não irá ser diferente no futuro.-----  
Estarão muitos dos presentes a interrogar-se: com este relato da situação tão favorável, com tanta disponibilidade, com tanta capacidade de gerar resultados, oh! Senhor Presidente, vamos lá baixar mais os impostos, vamos dar mais apoios ou seja distribua alguma coisa pelos munícipes!...-----

Esquecem-se que o IMI, por exemplo, está na taxa mínima, nos 0,3%. A baixa do IMI só é possível, em Viseu, se houver uma reavaliação em baixa do valor tributável dos imóveis, cuja responsabilidade não é do Município, mas da Autoridade Tributária, e, compete a esta entidade promovê-la ou aos contribuintes solicitá-la, podendo aqui a autarquia ter um papel de aconselhamento ou até de assessoria a dar aos seus munícipes/contribuintes.-----

Mas quantos são os contribuintes/munícipes de outras autarquias em rutura económica e financeira, que no passado não foram diligentes na gestão dos recursos, estão no presente a pagar taxas máximas de IMI, fruto do quadro legal em vigor? E quanto custa às Câmaras que apesar da sua diligente gestão se veem obrigadas a contribuir para o Fundo de Apoio Municipal (Viseu terá de contribuir com cerca de 2,8 milhões de euros, penso que esta a verba). Estas são questões em devemos refletir antes de propor soluções populistas e até com algum grau de demagogia.-----

E quanto aos apoios sociais aos mais necessitados e à criação de condições para a igualdade de oportunidades, a nossa autarquia afetou a esta função cerca de 14,5 milhões de euros, (aliás, já referidos pelo Senhor Presidente) que representa cerca de 53% das GOP. Destas funções sociais pode destacar-se a educação com o valor de 34% que diz respeito fundamentalmente à reabilitação do parque escolar, às refeições, à contratação de auxiliares de educação, etc., aliás tudo de acordo com a estratégia do VISEU EDUCA. Para além destes valores na educação, aqueles que estão alocados ao desporto, que fazem de Viseu o concelho mais densamente povoado do ponto de vista desportivo, sendo o garante da prática desportiva de milhares de jovens e idosos e à cultura através da realização de um conjunto de eventos, o que tem tornado Viseu por diversas vezes referenciado positivamente.-----

Para finalizar, enfatizar mais uma vez o que se conclui da análise das contas:-----

- A capitalização de receitas correntes;-----

- A racionalização de gastos, que se traduzem numa redução de 10% relativamente a 2013;-----

- Acréscimo de rendimentos em cerca de 2,2% relativamente ao mesmo período de 2013;--

- Redução do endividamento;-----

- O acréscimo dos meios financeiros líquidos em cerca de 6 milhões de euros.-----

Analisadas as contas do Município faremos uma brevíssima análise às contas dos SMAS de Viseu/Águas de Viseu, cujo relatório de gestão nos dá conta ao longo das suas quase 200 páginas uma visão clara e exaustiva da situação económica, financeira e patrimonial. Queria aqui deixar uma mensagem de parabéns pela clareza e precisão dos conceitos apresentados, assim como o complemento gráfico com que o fizeram.-----

O SMAS de Viseu, já o disse há alguns anos neste local e sobre o mesmo assunto que seria uma empresa apetecível se algum dia o Município procedesse ao seu processo de privatização. De facto, ao longo de anos sucessivos tem apresentado uma performance deveras interessante e muito positiva, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista económico.-----

No ano de 2014, o SMAS de Viseu mantém uma estrutura financeira consolidada, conforme consta da análise efetuada ao Balanço e aos anexos, dando total garantia de sustentabilidade futura, não estando em causa o cumprimento dos compromissos assumidos para com terceiros.-----



Do ponto de vista económico, e analisada a conta de exploração chegamos a um resultado de 1,1 milhões de euros, ligeiramente inferior ao de 2013, mas apesar de tudo a despesa decresceu 1,1% e a receita aumentou 3,5%.-----

Poderemos ainda afirmar que se ao resultado líquido lhe adicionarmos as reintegrações e as provisões chegaremos a um Cash flow /meios libertos de 5,35 milhões de euros.-----

Para finalizar é de toda a justiça, felicitar todos os que tornaram possível a elaboração destes documentos que apreciamos, quer pela qualidade evidenciada, quer pela disponibilidade demonstrada para colaborar em todo o processo de dúvidas que foram surgindo.-----

Em nosso entender, os presentes documentos submetidos à apreciação e votação nesta Assembleia, espelham a gestão criteriosa, profissional e dedicada do executivo bem como de todos os colaboradores.-----

Assim, propomos que os documentos ora apresentados e apreciados, sejam aprovados.-----

Devemos sentir-nos todos orgulhosos de fazer parte desta terra e deste concelho e sejamos todos atores naquela que é, e, por certo será sempre a melhor cidade para viver. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. É só para transmitir que a Mesa revê a tolerância, atendendo mesmo às seis da tarde. Teve a tolerância de um minuto e quarenta. Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia, Excelentíssimo Público presente, Excelentíssimos Senhores representantes da Comunicação Social. Uma nota prévia para dizer que me vou debruçar exatamente e só sobre as contas do ano de 2014, isto indo de encontro ao apelo deixado aqui pelo Senhor Deputado Pedro Alves, é óbvio que vou aqui falar de assuntos que durante a manhã e nos pontos que antecederam este foram de alguma forma tocados, mas não sobre as contas, alguns sim, mas a maior parte não, e portanto eu vou só falar de contas do ano de 2014 e agradeço também que todos os comentários aquilo que eu possa dizer se restrinjam exatamente a esse mesmo ano, ao exercício de 2014.-----

As Contas e o Relatório de Gestão, sobre que nos estamos a pronunciar, resultam da estratégia política traçada pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano que o Executivo Municipal oportunamente apresentou para o ano de 2014.-----

Faremos a nossa apreciação intencionalmente não exaustiva dos documentos, apenas nos prendendo com um pequeno número de situações que entendemos merecerem as nossas atenção e realce, tendo em conta o nosso entendimento da política de governação para o concelho.-----

A nossa discordância relativamente a alguns propósito, bem como as dúvidas, que então referimos e que nos levou a abster-nos na votação daqueles documentos previsionais, encontram-se agora, na sua maioria, justificados.-----

De facto, também no que toca à execução conseguida, tal como apontámos, genericamente, aos documentos orçamentais, não deixamos de observar uma política de continuidade, em pouco se diferenciando e pouco inovadora, em relação ao passado recente.-----

O investimento realizado no concelho, refletido nas Despesas de Capital, não ultrapassaram os cerca de 50,64 pontos percentuais do que foi previsto, enquanto que as Despesas Correntes, ficando a cerca de 18,15% do valor orçamental, o que merece ser referido, diga-se, ficaram contudo muito aquém de poderem cobrir o enorme desvio na execução da Receita de Capital que se quedou pelos 17,30 pontos percentuais.-----

O total da Receita alcançou uma execução de aproximadamente 39,6%, percentagem que foi conseguida à custa da Receita Corrente, cuja cobrança rondou os 99,44%.-----

Não podemos deixar de referir que, esta percentagem de 99,44%, revelada na execução orçamental da Receita Corrente, foi conseguida, em grande parte, à custa da cobrança dos



**Impostos Diretos – IMI, IUC, IMT e Derrama -, cuja execução se guindou, aproximadamente, aos 108,31 pontos percentuais, o mesmo é dizer à custa dos munícipes e das empresas, por valores superiores ao que tinha sido previsto pelo Executivo Municipal. De facto tínhamos razão, e não é demais repeti-lo dada a indiferença com que a maioria que governa o município encara esta realidade, tínhamos e continuamos a ter razão em recomendar e propor que as taxas dos Impostos Municipais devem ser mais amigas dos Viseenses e das Empresas.-----**

**Os Viseenses sentem os efeitos da carga fiscal municipal a diminuir-lhes os rendimentos, as empresas, também por isso, continuam a passar ao lado do nosso concelho, o investimento não cresce por cá, ao contrário do desemprego que não se nota diminuir substancialmente.-----**

**Os Viseenses e as empresas continuam a aguardar a anunciada Reforma Fiscal, como o Senhor Presidente da Câmara disse, “*mais justa*”, ainda não vista em 2014, apesar de para esse ano haver sido empurrada no ano anterior.-----**

**No que concerne à viragem orçamental para as políticas sociais, que o Senhor Presidente expressou na apresentação do Orçamento e das GOP que estão na base das Contas e do Relatório de Gestão que estamos a apreciar, parecem-nos elucidativas as percentagens conseguidas na execução com a Despesa nos Apoio e Transferências para as Famílias, respetivamente de, aproximadamente, 49,41% e 51,58%, reveladoras do não conseguimento desse objetivo, tão mais grave tendo em conta as dificuldades e a pobreza que se sabe afetarem um vasto número de Viseenses.-----**

**Também aqui, as famílias não tiveram, ainda, a atenção que, neste caso, e repito neste caso, neste pormenor, se prometeu dar-lhes aquando da conceção do Orçamento e das GOP de 2014.-----**

**A segurança das pessoas é outro aspeto que merece ser visto com atenção e reparamos que, na execução orçamental, as contas do exercício de 2014 em questão, relativamente ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, tal como o Plano Municipal para Defesa da Floresta, apesar de terem sido dotadas de diminutas verbas, ficaram a zero.-----**

**Isto pode querer dizer, não parecendo arriscado afirmá-lo, isto apesar da informação que obtivemos da parte da manhã relativamente à aprovação destes planos, mas estamos como eu disse no princípio a referirmo-nos a 2014 e volto a repetir, isto pode querer dizer, não parecendo arriscado afirmá-lo, que no que a Emergência, Proteção Civil e Defesa da Floresta respeita, o Município continua a não ter planos, o que nos deixa deveras preocupados, tanto mais que, a avaliar pelo que já se tem registado em matéria de fogos florestais e pelas previsões meteorológicas, este ano se adivinha bem complicado.-----**

**As Freguesias, que tal como afirmámos e estranhámos aquando da discussão do Orçamento e das GOP para 2014, ali tinham orçamentada para Transferências de Capital uma verba de cerca de metade relativamente ao ano anterior, ainda assim, a sua concretização não foi além de cerca de 60%, evidenciando um manifesto prejuízo para as populações a quem se destinavam.-----**

**Finalmente, não queremos deixar de nos referir à Certificação Legal das Contas e manifestar, pelo menos, a nossa apreensão pelas Reservas ali formuladas; relativamente à Câmara Municipal quanto à não conclusão da inventariação integral dos bens imóveis do domínio público e privado, quanto à incompleta circularização de clientes e utentes com caução e o montante e a antiguidade que este tipo de dívidas encerra e, relativamente ao SMAS, quanto à falta de um sistema de custeio dos ativos representados pelo abastecimento público de água, nomeadamente a sua captação, o seu tratamento, a sua adução, a sua elevação, o seu armazenamento e a sua distribuição, apreensão que registamos pelos implicações que poderiam ter sobre as demonstrações financeiras e, talvez também, nos resultados finais das contas.-----**

**Assim, sem questionar a correção técnica das contas apresentadas, e aqui bem explicadas pelo Deputado Dr. José Alberto Ferreira, não votaremos favoravelmente o Relatório de**



Gestão e os Documentos Financeiros da Câmara Municipal e dos SMAS – Águas de Viseu, referentes ao exercício económico de 2014, optando pela abstenção. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- SESSENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Vou então ler a apreciação que fazemos destes dois pontos.-----

Sobre o Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da Câmara Referentes ao ano Económico de 2014, dois elementos saltam de imediato à vista: a diminuição substancial da receita cobrada e a significativa diminuição do investimento, traduzido numa taxa de execução dos GOP de apenas 64,04%.-----

No entanto, se olharmos mais atentamente os gráficos com a origem das receitas, verificaremos que a única rubrica que excedeu o orçamentado foi a dos impostos diretos, provenientes essencialmente da cobrança de IMI aos proprietários. Impõe-se assim uma revisão urgente dos critérios de avaliação e cobrança deste imposto, por forma a aliviar os cidadãos desta carga contributiva injusta.-----

Analisando o aumento da receita proveniente da enorme carga fiscal sobre os cidadãos (mais 6,82%) e o incipiente investimento do município, ficamos com um quadro em tudo idêntico ao aplicado pelo Governo ao País. Aumento seletivo dos impostos sobre os cidadãos, paralisa quase absoluta do investimento público. Explicam-se com esta estratégia, as continuadas poupanças da autarquia. Diminuem as receitas, mas reduzem-se muito mais as despesas de investimento, é claro que o saldo só pode ser positivo. A pergunta que fica é se essa estratégia vai de encontro aos interesses das populações e a resposta só pode ser uma. Não!-----

Consequentemente os depósitos em instituições financeiras aumentaram 13,77%. Não deixa de ser pertinente o alerta para o tipo de aplicações bancárias que a Câmara está a fazer. Não vá acontecer como com os depósitos no BPP, de onde voaram centenas de milhares de euros.-----

Mas mais do que analisar detalhadamente os números importa fazer uma leitura política dos documentos que fundamentam a opção de voto.-----

Sobre a revitalização do Centro Histórico, já hoje aqui falei e peço desculpa por voltar ao assunto, mas durante os intervalos eu apercebi-me que muitos Membros desta Assembleia desconheciam de que é que se tratou a abordagem que se fez aqui de manhã a uma entrevista. A entrevista está disponível para ser ouvida e eu recomendo que ela seja ouvida para que de facto tenham perceção daquilo que ali foi dito. Eu não defendi rigorosamente nada naquela entrevista que vá contra aquilo que a Câmara defende.-----

Queria apenas perguntar quantos interessados já responderam ao concurso para o 1º Hostel de Viseu? No mesmo sentido pedia que o Senhor Presidente me informasse sobre quantas empresas já se instalaram na “incubadora” da Rua Luís Ferreira?-----

Sobre a rede de museus é interessante a sua diversidade e significativo o número de mais de 46 mil visitantes em 2014....-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Atenção. Gostaria de silêncio está bem?---

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo: Não se percebe por isso a intenção de reduzir pessoal nesta importante área cultural e turística. Curiosamente, o mega badalado investimento da Quinta da Cruz, a “serralves” de Viseu, aparece em penúltimo lugar no número de visitantes, só suplantado pela Casa da Ribeira. O que é que está a falhar na estratégia de dinamização e divulgação daquele aprazível espaço cultural, pergunto? Sabendo que do ponto de vista dos custos em recursos humanos o Museu da Quinta da Cruz suplanta todos os outros, perguntava se é nesta estrutura que pensa reduzir o pessoal?-----

Para uma Câmara com saldos altamente positivos como se apresentam, com a redução de 18 trabalhadores em 2014, que significaram uma poupança de 170 mil euros, como refere o Relatório, justifica-se o despedimento de metade do pessoal dos museus?-----



Refere o Relatório os custos de 19 mil euros com o Programa da fruta escolar quase idênticos ao contrato de 16 mil euros para monitorização das cantinas. Gostaria de ser informada sobre quantas monitorizações já foram efetuadas desde que o contrato foi celebrado e quais os resultados verificados?-----

Não vou perguntar quanto custou ao município o 1º Encontro Comunitário Sénior em Fátima, apenas gostaria de ser informada onde se vai realizar o 2º Encontro?-----

- Em virtude de algum ruído existente na sala, a Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires interrompe a sua intervenção por alguns segundos e pergunta ao Senhor Presidente da Mesa: Senhor Presidente há alguma razão para que eu interrompa a intervenção?-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde dizendo: Não. Eu acho que eu pedia o cuidado a toda a Assembleia que ouvissem a Senhora Deputada. Por sua vez, também pedia à Senhora Deputada que fizesse uma análise, apreciação e votação em concreto do relatório. Era isso que pedia. O silêncio e a apreciação e votação do relatório. Ao Senhor Vereador também agradecia silêncio está bem?-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo: Eu termino rapidamente.-----

... Significativo é que as despesas de aquisição de bens e serviços correspondam à mesma percentagem da despesa com pessoal, cerca de 38%. Se a despesa com pessoal está em níveis razoáveis para uma autarquia desta dimensão, já as despesas de aquisição de bens e serviços me parecem francamente exageradas.-----

O Relatório de Gestão e Documentos de Gestão Financeira parecem-me documentos bem elaborados, apresentados numa linguagem acessível e clara, dispondo de elementos suficientes para a compreensão das opções de receita e de despesa da Câmara em 2014. O que nele está errado e me leva a abster-me nesta votação, são as opções nele contidas que considero erradas e contrárias à necessidade de satisfação de legítimos anseios das populações.-----

Sobre o Relatório de Gestão dos SMAS, apenas duas ou três notas a justificar a minha opção de voto. A primeira para constatar a contradição da filosofia do Relatório. Ao mesmo tempo que se regozija com o excedente no ano económico de quase um milhão e cem mil euros, assume que não foi possível satisfazer todas as necessidades em matéria de prolongamento de coletores de água e saneamento por falta de disponibilidade financeira. O que é que devemos concluir, que houve uma desadequada orçamentação e planificação em termos de obras ou que as taxas, tarifas, taxinhas, indexações e toda a parafernália de impostos que são aduzidos à fatura da água, como na cobrança do IMI, excederam o previsto?-----

A este respeito, não posso deixar de congratular a Câmara pelo facto de, finalmente, ter reposto a verdade na fatura da água, depois de muitos requerimentos e intervenções por mim feitos sobre a cobrança indevida da totalidade da água consumida pelo último escalão de consumo. Durante anos a Câmara cobrou indevidamente aos clientes dos SMAS milhões de metros cúbicos de água a preços muito acima do que estava consignado na fatura. Tal facto impõe uma pergunta óbvia. Como vão os SMAS ressarcir agora os consumidores das somas que, por decisão da Câmara lhes cobrou indevidamente?-----

Uma outra conclusão a extrair deste Relatório é a de que não são necessários gestores privados para gerir bem os serviços de água e saneamento.-----

Ainda a questão da insuficiência de tanques das piscinas municipais. Já o referi noutras ocasiões. A cidade necessita de uma piscina em exclusividade para a prática desportiva, por forma a libertar as piscinas atuais para os cidadãos. Em vários momentos torna-se absolutamente incompatível conciliar estes dois interesses.-----

Não me revendo em muitas das opções transcritas no Relatório e Documentos de Gestão dos SMAS, vou no entanto votá-lo favoravelmente, pela evidência de que a esfera pública e gestão pública dos equipamentos de água e saneamento são o que mais interessa às



populações e à satisfação social das suas necessidades básicas. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. As contas referentes ao exercício económico de 2014, estão bem relatadas e certificadas. A execução da receita total em 2014 foi superior a 45 milhões de euros com um grau de execução de 83,5%. O decréscimo de 3,16% em relação ao ano anterior da despesa total paga que apresenta uma execução de 70,92% permitiu ao município uma poupança corrente superior a 11,6 milhões de euros. O executivo dá assim a ideia de seguir a mesma política de cofres cheios propagandeada pelo Governo, mas tal como, este à custa do desemprego e da estagnação económica do concelho fruto de ausência de investimento. Com efeito, os dados da gestão relativos a 2014 demonstram uma redução do número total de trabalhadores do Município de Viseu, com impacto na despesa anual com o pessoal de menos 169.737 euros relativamente ao ano de 2013. Os resultados transitados para 2015 são avultados, 7.853.000 euros, vai investir em quê Senhor Presidente? Na cultura? Nos transportes públicos? Na modernização da cidade? No saneamento público? É que também aqui, há ainda trabalho a fazer. Em Rouriz por exemplo, há mais de duzentas pessoas sem saneamento, Em Rouriz, aliás, há esgotos que correm diretamente para a Ribeira do Farreco, afluente do Rio ou Ribeira de Asnes que se junta ao Pavia em Vila Chã de Sá e depois vai desaguar no Rio Dão em Ferreirós do Dão, Concelho de Tondela, sei até que já foi apresentada uma queixa aos Serviços de Proteção da Natureza e Ambiente. Gostaria também de chamar à atenção para o facto lamentável de o SMAS, e contrariamente e não sei se a Filomena Pires estava a referir-se a isso, continuaram a debitar o acumulado, em muitos casos que nos chegaram, por escalão seguinte, o que prejudica de sobremaneira as famílias numerosas. Já aqui ouvimos um município a denunciar isto no Período do Público, que é um abuso dos SMAS que continua a debitar estimativas mensais, dado que há contadores que não estão acessíveis e no fim do ano quando fazem o acerto do total, o diferencial entre o acumulado e a estimativa passa para o escalão seguinte para prejuízo dos municípios, a gestão pública da água tem a obrigação de não aplicar estas manigâncias mais próprias da ganância do lucro das empresas privadas. Cabe aqui também uma referência às contas da Expovis que terão merecido do Revisor Oficial de Contas críticas no respetivo Relatório de Contas referentes a 2014 à forma como os sócios desta empresa municipal que organiza a Feira de S. Mateus ou seja a Câmara Municipal e a AIRV, e cito o relatório “não adequaram os estatutos da sociedade com as mais recente legislação que obriga à dissolução da mesma”, desconhecendo o ROC e volto a citar “qualquer registo de processo de solução e liquidação”. Ora, segundo o Jornal do Centro e executivo estará a ter dificuldades em explicar ao Tribunal de Contas o processo da extinção da Expovis que dá lugar à associação de direito privado Viseu Marca. Parece-me oportuno recordar ou informar, porque alguns talvez cá não estivessem, que em fevereiro de 2014 o BE chamou aqui à atenção do Senhor Presidente da Câmara, como já tínhamos feito relativamente à Habisolvis em 2013 da necessidade de adaptação dos estatutos da Expovis à Lei nº50/2012 de 31 de agosto sob pena de ter de alienar a sua participação. Fernando Ruas disse que tinha tudo controlado, que tinha bons juristas e mais uma vez provou-se que o Bloco de Esquerda tinha razão.-----

O Município de Viseu conseguiu um acréscimo das verbas previstas no orçamento em impostos diretos embora tenha reduzido a receita global, graças à subida das receitas do IMI. Ora, o IMI enquanto tributação sobre o património deveria contribuir, segundo o Art.º 104 nº3 da Constituição da República, para a igualdade entre os cidadãos. A coleta do IMI tem crescido exponencialmente fruto da reavaliação dos prédios urbanos



resultantes da ação deste governo em execução de medidas acordadas com a Troika no memorando de entendimento, e foram tão brutais os aumentos que introduziu uma cláusula de salvaguarda que terminou em 31 de dezembro de 2014 apesar dos esforços do Bloco de Esquerda para a sua manutenção, evitando aumentos abruptos da carga fiscal e, é bom lembrar que o IMI é suportado essencialmente pela classe média que adquiriu habitação própria e permanente o que acentua a injustiça e iniquidade de tratamento da tributação sobre património, visto que o património sob a forma de depósitos bancários, aplicações financeiras ou participações sociais, forma em que mais património é acumulado pelos mais ricos fica livre da tributação sobre património. Mas, nem todos pagam IMI na sua totalidade, é o caso dos fundos de investimento imobiliários, os fundos de pensões, os fundos de poupança reforma, que beneficiam de uma redução de 50% do IMI nos termos do Artigo 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, isto independente de qualquer decisão da Assembleia Municipal. Mais uma vez se vê que este sistema de tributação do património beneficia os mais ricos não contribuindo para o desiderato e fundamento constitucional da tributação do património. Perante o aumento da receita do IMI invocando este aumento em sede de aprovação da nova Lei das Finanças Locais o Governo propôs o fim do IMT, o Imposto Municipal de Transações de Imóveis que tributava as alienações de imóveis. Significa isto que mais uma vez serão os mesmos a suportar a carga fiscal, ao passo que quem tem propriedade de forma perene suporta o aumento do IMI, os que se dedica á compra e venda de imóveis libertam-se do IMT. Facto tanto mais grave quanto o IMT já previa isenções substanciais para a aquisição de imóveis destinados à habitação própria e permanente ou em menor montante destinadas à habitação. São sem sombras de dúvidas beneficiados os especuladores imobiliários. Na altura e em alternativa o Bloco de Esquerda propôs a manutenção do IMT com a criação de uma taxa especial e reduzida de IMI para a habitação própria e permanente do proprietário, esta proposta teve os votos contra do PSD, do CDS, do PS e a abstenção do PCP e do PEV. O Bloco de Esquerda apresentou recentemente na Assembleia da República quatro projetos de Lei sobre o IMI, foram votados agora em 10 de abril e chumbados pela maioria. O Projeto de Lei que revogava os benefícios fiscais dos fundos imobiliários do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, nós estamos no Relatório de Gestão.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: Sim, eu vou já acabar. Sim, exatamente, mas é só para se ver como esta situação que afeta os municípios e que também afeta as contas da Câmara porque está beneficiar desta legislação, de facto isto está tudo ligado, como dizia o Sérgio Godinho. O projeto de Lei que determina as suspensões extraordinárias do aumento do IMI em 2015, o projeto de Lei que introduz a atualização anual automática do valor da habitação para efeitos de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis uma maior justiça social visando que a desvalorização do imóvel em função da idade seja corrigida anual e automaticamente sem que o contribuinte tenha de o requerer, e ainda o projeto de Lei que introduz taxas reduzidas de IMI para habitação própria e permanente o que permitiria um aumento fiscal mais justo dos imóveis destinados a este fim. Por acaso aqui também todos os Deputados do PS votaram ao lado do PSD e do CDS.-----

Faltam ainda sobretudo mais investimentos nas políticas sociais. O Relatório da Cáritas Europeia recomenda aos governos nacionais e às autoridades locais para darem mais prioridade ao investimento definindo uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social e fortalecerem os sistemas de proteção social. Este relatório da Cáritas Europeia intitulado “Pobreza e desigualdades estão a aumentar, são necessárias medidas sociais justas”, vem confirmar os brutais impactos sociais dos programas de austeridade que estão a ser impostos aos povos da Europa com a submissão dos Governos, exceto o da Grécia. Mais de 10 milhões de pessoas vivem em privação material grave e há 24 milhões



de desempregados quase 11% da força de trabalho na União Europeia, mas também em Portugal as crianças são dos grupos mais atingidos, a taxa de pobreza infantil está acima dos 22%,...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado vai-me desculpar estar a interromper mas estamos no Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da Câmara.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: Muito bem. Está tudo ligado eu vou já voltar. O Concelho de Viseu vive também o flagelo da pobreza, com muitas famílias a terem que recorrer ao RSI e ao desemprego com cerca de 6 mil desempregados dos quais mais de mil possuem uma licenciatura, fora os que estão em formação e os que emigraram. Só eu tenho dois filhos que tiveram que emigrar. Tal como dissemos na apresentação do Orçamento e Plano, as prioridades do Bloco não coincidem com as do executivo e naturalmente iremos votar em conformidade. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões colocadas.-----

----- SESSENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Antes de mais deixem que refira que, das intervenções que ouvi, não vi nenhuma intervenção crítica em relação às contas quer da Câmara Municipal quer dos Serviços Municipalizados e quero enfatizar esse aspeto realçar aqui alguns aspetos que o Senhor Deputado José Alberto trouxe com uma análise isenta e que enfatizou os 8,3 milhões de resultados positivos da Câmara e os mais de 1 milhão de resultados positivos do SMAS, a questão da redução do endividamento e enfatizou muito bem, algo que o Senhor Deputado Alberto Ascensão reconhecerá que é uma prática de boa gestão, é uma boa gestão conseguir transferir receitas correntes para despesas de capital, portanto, isto é uma regra da boa gestão que nem sempre se conseguirá, já o disse aqui no ano passado e volto a dizer, vai ser muito difícil muitas vezes conseguir este exercício mas a verdade é que neste ano o conseguimos e apresentamos contas que de facto nos devem levar enfim, a estarmos satisfeitos com o trabalho. Para quem acusava o Presidente da Câmara de ser um despesista e de que iria deteriorar as contas da Câmara, enfim, essas vozes hoje, vejo que estão perfeitamente silenciadas e que continuamos a fazer jus a uma gestão criteriosa. Gostava também de corrigir aqui algumas coisas que foram ditas, por exemplo, sobre a reduzida execução das receitas de capital. As receitas de capital em 2014 foram superiores a 1,8 milhões de euros, portanto, de facto uma taxa de execução baixa, agora, a diminuta execução das despesas de capital é explicada não pela não execução de mais de 3,3 milhões de euros como foi aqui enfatizado da venda de bens de investimento e transferências do estado não realizadas em mais 4,1 milhões de euros em relação à previsão efetuada, ora, isto tem muito a ver, por um lado com a lógica do equilíbrio orçamental, em que muitas vezes há bens que são indiciados que vão ser transacionados mas que à partida é difícil que se vão transacionar e tem a ver também com a execução dos fundos comunitários, é basicamente isto que aqui está, até porque, a conclusão de alguns processos transitou para este ano, a verdade é que estão mais de 40 milhões de euros de investimento em curso, e designadamente nos SMAS é preciso haver aqui uma lógica de prudência, o SMAS está a fazer o maior investimento que alguma vez fez ou fará, porque estamos a falar de um investimento superior a 30 milhões de euros só numa ETAR, agora, há uma comparticipação de 15% neste investimento por parte dos SMAS, ora, em 30 milhões estamos a falar, é só fazer as contas, de 4 milhões e meio, mais 5% que eventualmente não serão elegíveis que é normal nisto, nós temos que estar a jogar aqui com quase 6 milhões de euros de investimento da nossa parte, portanto, é preciso haver aqui alguma prudência, (gastem lá o dinheiro) então e depois como é que pagamos aos fornecedores, as análises simplistas que se fazem à execução orçamental levar-nos-ia a cometermos erros dos quais depois iríamos ficar a



pagar a fatura. Não vamos por aí, gostamos de ser rigorosos na forma como fazemos as coisas. Já agora, deixem-me desmistificar a questão dos impostos. Em relação aos impostos, se eu escarpelizar, quando se olha de uma forma agregada parece uma coisa, mas vamos escarpelizar. O IMI teve um acréscimo de receita de 191 mil euros, eu volto a referir que a taxa mínima é aplicada no nosso município, nós aplicamos 0,3% porque não é possível uma taxa mais baixa. Eu tenho dito e afirmado publicamente, qualquer cidadão que se sinta lesado na avaliação do seu imóvel terá na própria autarquia um aliado para procurar estabelecer a justiça numa nova avaliação, isso tenho-o afirmado e disponível para o fazer, porque acho que os impostos só devem ser cobrados de uma forma absolutamente justa, mas, aonde é que há acréscimo de receita? Ao contrário do que estavam a dizer os Senhores Deputados da esquerda, de facto, quem acaba por pagar, no fundo o maior acréscimo é no IMT 275 mil euros o que denota que houve mais transações, denota que a atividade económica também foi mais incrementado do que no ano anterior. Portanto, só há pagamento de IMT quando há transações de imóveis, ora, se tivemos mais 275 mil euros nesta receita que era um imposto que vinha a baixar drasticamente, significa que tivemos mais transações de imóveis no nosso município o que acho do ponto de vista de leitura até nos deve dizer assim: Bem, é bom porque a atividade económica está outra vez a mexer, e se formos ver de onde é que vem o outro acréscimo de receitas é na Derrama 954 mil euros, quase 1 milhão de euros a mais na derrama, o que significa que há também mais uma vez aqui uma lógica de incremento da economia e como sabem a esmagadora maioria deste montante que é pago na Derrama, é pago por empresas de âmbito nacional, fazendo depois a afetação da atividade económica que exerce aqui no Município de Viseu, as PT, as GALP, as EDP, enfim, são estas empresas que acabam por pagar esta grande fatia, ora, significa que estas empresas tiveram um acréscimo de receitas, e bem, nós estamos a beneficiar destas receitas e dos impostos pagos, portanto, estamos no fundo a encaixar mais de 1 milhão de euros, que não é tirar aos pobres para dar aos ricos, não, é tirar à atividade económica de empresas sobretudo de âmbito nacional que de outra maneira não pagariam impostos no nosso concelho, portanto, parece-me justo que esta lógica de repartição seja feita. Onde é que está o maior decréscimo? Quase 1 milhão de euros no IRS, quer dizer, ao contrário daquilo que se propala, onde é que estamos aqui, à custa da boa situação financeira do município a penalizar as famílias? Então, nós tivemos menos quase 1 milhão de euros de receita, 981.175 euros, isto quase menos 1 milhão de euros de receita este ano no IRS, bem, caem por terra essas argumentações, em bom rigor, o acréscimo de receita que tivemos foi essencialmente resultando da atividade económica e não de qualquer sacrifício das famílias. Meus caros amigos, isto são dados objetivos que estão aqui e que vos apresento. Em relação à questão da Expovis, também não vou fugir ao assunto, antes pelo contrário, porque temos bons motivos para estar orgulhosos, pelo facto da Expovis ter regressado aos resultados positivos, agora, a Expovis, está num processo de extinção com a criação da Viseu Marca, nunca iremos criar a Viseu Marca sem primeiro termos o parecer do Tribunal de Contas e portanto, este assunto está a decorrer e quando o Revisor Oficial de Contas diz que, desde logo o Revisor é positivo e construtivo realça inclusivamente os números de gestão que são favoráveis, realça o saldo positivo e a verdade é que a Expovis saiu de uma situação deficitária para um terreno positivo de mais de 100 mil euros, agora, o próprio executivo considera que toda a contratação de serviços está a feita dentro daquilo que são os normativos legais, não temos nenhuma dúvida quanto a isso, agora, o ROC não pode desconhecer como não desconhece, que está em curso o processo de extinção que só produzirá efeitos quando se constituir a nova associação, se não ficávamos aqui com um vazio e sucessivamente temos vindo a prestar esclarecimentos ao Tribunal de Contas e portanto, estes processos têm evoluído enfim, da forma que evoluem, olhe, o “Reabilitar para Arrendar” que foi um processo novo, em que fomos pioneiros, também demorámos quase um ano a ter o visto do Tribunal de Contas e gostávamos de o ter mais



cedo? Seguramente que sim. Em relação à Viseu Marca gostámos de o ter mais cedo? Seguramente que sim. Agora, vos garanto que também que aqui estamos a cumprir aquilo que a Lei define e portanto penso que fica bem claras estas questões que foram aqui colocadas. Por último, só para dizer ao Deputado Carlos Vieira que a ETAR do Farreco já está a funcionar, não sei se já sabia, já foi inaugurada já há uns meses, já está a funcionar, falou aí nesta questão, obviamente que nós sabemos que do ponto de vista do saneamento e das águas ainda não está tudo feito, mas eu acho que temos que ter orgulho no grau de cobertura que o município tem. Este investimento que está a ser feito na ETAR de Viseu Sul é um investimento muito relevante que irá beneficiar quase 80% da população do concelho, e já agora dizer que as taxas e taxinhas, não são taxas e taxinhas, na fatura da água, o que é que lá vem? Vem a parte do consumo da água, vem o tratamento de águas residuais, isto é, imputado à água consumida aparece o tratamento das águas residuais que é tratado no nosso sistema de saneamento e nas ETARs, aparece a taxa dos resíduos sólidos urbanos, são 3 euros que pagam os particulares por mês para a recolha do lixo que é deficitária em mais de 1 milhão de euros e o município suporta esse défice de 1 milhão e 300 mil euros para não onerar mais os cidadãos, é a tal forma retributiva de fazermos a distribuição dos resultados que o próprio município tem e portanto, estas são as tais taxas e taxinhas, vem é tudo agregado dentro da mesma fatura e devidamente discriminado. Taxas e taxinhas, não lhe vamos chamar assim, são três serviços que os cidadãos pagam no âmbito da mesma fatura, que fique bem claro para não haver aqui questões. Em relação ao encontro comunitário, dizer só à Senhora Deputada que vai ser em Braga, o meu colega de Braga vai-nos receber seguramente com a hospitalidade minhota e vai ser ao Bom Jesus de Braga e seguramente que pelas inscrições que já temos vai ser um passeio muito concorrido que seguramente vai ser muito importante para as pessoas que estão envolvidas neste mesmo passeio, e pronto, era isto que se me oferecia dizer, realçando mais uma vez que não vi nenhuma crítica de fundo às contas e entendo isso como um elogio à gestão, e portanto, muito obrigado pela confiança apesar do voto negativo ou abstenção, obrigado também à oposição e sobretudo obrigado ao Partido Social Democrata que nesta Assembleia Municipal suporta o atual executivo e dizer-vos que tenho, de facto tenho orgulho nas contas que estamos aqui a apresentar, porque ao contrário do que alguns procuraram vaticinar, nós somos rigorosos naquilo que fazemos e vamos continuar a ser e há uma coisa que eu sei, é que o município hoje está muito bem preparado para este novo ciclo, está preparado para os investimentos que temos pela frente, está preparado para os investimentos que temos que fazer, por exemplo na área das águas e saneamento, para os investimentos que temos que fazer no domínio económico, para os investimentos que vamos fazer nestes quadro comunitário de apoio. Está bem preparado e enquanto outros colegas meus andam a discutir o FAM e a ver se conseguem equilibrar as contas, nós podemos estar confiantes e permite-nos hoje ter uma boa estratégia, sabendo que a vamos conseguir executar porque temos contas saudáveis. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então colocar à votação o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos **RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota favor? Para ser mais rápido, 1ª fila, 2ª fila, 3ª fila, 4ª fila, 5ª fila, 6ª fila, 7ª fila. *Foram doze (12) abstenções e trinta e três (33) votos a favor, foi Aprovado o Ponto Número Dois. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 239/240).* -----  
Passamos então ao Ponto Número Três **RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DOS SMAS – ÁGUAS DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota favor? *Foi Aprovado com dez (10) Abstenções e trinta e trinta e cinco (35) votos a Favor.* Passamos então aos Pontos Quatro e Cinco que é, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA**



**MUNICIPAL DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1, e propunha que o Ponto Quatro e o Ponto Cinco APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ÁGUAS DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1, fossem apreciados em conjunto e votados separadamente.-----**

**Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----**

**----- SESSENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Só referir que obviamente que a Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, bem como dos SMAS resultam enfim, da contrapartida apurada nas contas de 2014 de cada um deles, no caso concreto da Câmara o valor apurado de 23.625.217,32 e portanto, do total da Revisão orçamental é de 15.561.551 euros o que corresponde a 65,87% do Saldo de Gerência e deste valor apenas 4,1 milhões se destinam a despesas correntes, correspondentes a 26,58% do total da Revisão os restantes 11,4 milhões destinam-se ao financiamento de despesas de capital como mais adiante demonstrarei. Passando em revista muito rapidamente, funções gerais um reforço de 917.000 euros, funções sociais um reforço de 9.484.000 euros funções económicas também um reforço de 4.260.551 euros e as restantes funções um reforço de 900.000 euros e portanto, proponho a aprovação desta Revisão Orçamental. Em relação aos SMAS, do saldo Inicial portanto a instituições e caixa 2.789.400 euros, 1.388.503 euros correspondem a execução orçamental. O Valor total da Revisão Orçamental é de 3.120.000 euros o que corresponde a 99,79% do Saldo de gerência, deste valor apenas 700.000 euros se destinam a despesa corrente e os restantes 2.420.000 euros destinam-se ao financiamento de despesas de capital que referirei de uma forma muito rápida, designadamente no setor da água, um reforço de 1.800.000 euros para o sistema de tratamento das lamas da ETA de Fagilde, de novas condutas do reservatório de Vale de Fachas de Rio de Loba, os novos reservatórios no Viso, a remodelação da conduta de Vildemoinhos até Figueiró a ampliação de cisternas da estação elevatória da ETA de Fagilde, e eu estou a discriminá-los porque há bocado se dizia que não estávamos a investir na área do saneamento, vou continuar, alteração das enscadeiras da Barragem de Fagilde, Contratos Programa com as Juntas de Freguesia, Prolongamento da rede de água ao concelho, pequenas ampliações da rede de água e requalificação de reservatórios existentes, depois no Setor do Saneamento um reforço de 600.000 euros, Contratos Programa com as Juntas, execução de ramais de saneamento no concelho, prolongamento das redes de saneamento no concelho, pequenas ampliações, reposições de pavimentos e outras no valor de 20.000 euros para material de carga e transporte. Portanto, é desta forma que iremos aplicar a nossa receita nestas duas Revisões Orçamentais e portanto, que espero que colham a aprovação das Senhoras e dos Senhores Deputados. Muito obrigado.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Inscrições neste ponto? Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

**----- SESSENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caras e Caros Membros desta Assembleia Municipal, Público presente e Comunicação Social. Na sequência dos dois pontos anteriores que já foram apreciados é nos apresentado qui pelo Executivo Municipal a Revisão n.º 1 das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Viseu.-----

Uma primeira análise permite a constatação da existência de um saldo de gerência que transita do exercício económico anterior de cerca de 15,5 milhões de euros. Dispensamos aqui a abordagem técnica das razões associadas a este valor, associadas a poupanças ao



nível da despesa e respetiva capitalização, às amortizações e provisões que dão origem a estes meios libertos espelhados em termos de Tesouraria. Preocupa-nos mais a abordagem das causas e efeitos relacionadas com o saldo de gerência.-----

A forma como os executivos sucessivamente eleitos pelo Partido Social Democrata têm feito a gestão criteriosa do Município, com uma preocupação relevante na área económica e financeira, possibilitam a existência de equilíbrio de eficácia e de eficiência. Estes predicados têm consequências. Por exemplo, apenas desta forma, com contas equilibradas, com despesas com pessoal e aquisição de serviços inferiores a 35% da receita média arrecadada nos últimos três anos, o município pode equacionar o aumento da sua massa salarial e proceder à contratação de novos colaboradores. Ora, acontece que esta situação não é tão transversal como nós poderíamos pensar ao nível dos municípios portugueses, porquê? Porque nos 308 municípios portugueses, Viseu faz parte dos 55 municípios, ou seja, apenas 18% das autarquias, que podem beneficiar da regra prevista do Orçamento do Estado para 2015, que lhes permite contratar sem se preocuparem em manter os níveis das despesas (por exemplo no distrito de Viseu há apenas três municípios nesta situação).-- Já sabemos resultante de intervenções nesta Assembleia e também de intervenções em muitas Assembleias anteriores que outros partidos, nomeadamente os partidos da oposição entre os quais o Partido Socialista não concordam com esta metodologia de gestão, já sabemos que caso alguma vez tivessem a possibilidade de fazer parte do executivo, as despesas iriam aumentar, mas o problema são as consequências. Nós não queremos ter a nossa autarquia com contas como as contas do país, nomeadamente nos últimos anos. Preferimos poder aplicar o *superavit* em novas oportunidades de investimento do que nos preocuparmos em como solucionar o *deficit*.-----

Apenas nestas condições financeiras, é possível proceder de forma positiva à Revisão do Orçamento e das GOP da Câmara Municipal e dos SMAS de Viseu, com a aplicação dos montantes disponíveis em despesas de investimento que se vão traduzir no consequente desenvolvimento, a vários níveis, do concelho de Viseu, com benefícios diretos para os viseenses.-----

Analisando em particular algumas das decisões tomadas, é com satisfação que verificamos que as opções se traduzem em acréscimos de investimento, por exemplo: ao nível do Viseu Educa, o investimento na Educação aumenta 32% para cerca de 8,6 milhões de euros, com acréscimos em investimentos previstos e também com intervenção em três novas escolas além daquelas que estavam previstas inicialmente; ao nível do Viseu Social, o investimento na área social aumenta 38%, com destaque para a inclusão social e o combate à pobreza, a habitação e o apoio a instituições e famílias, ressalta daqui também a forte preocupação social deste executivo; ao nível do Viseu Local, destaca-se o investimento na reabilitação urbana e rural que aumenta para mais do triplo; ao nível do Viseu Cultura, o investimento aumenta 15%; ao nível do Desporto, o investimento aumenta para o dobro; também no SMAS é possível investir em novas obras, como já foram referidas quer no setor da água, quer no setor do saneamento.-----

Desta forma, a saúde financeira da autarquia possibilita novas opções de investimento que se irão traduzir no reforço das áreas atrás enunciadas, entre outras, que permitem melhorar o nível global de qualidade de vida dos cidadãos e desenvolver a comunidade.----

Em conclusão, o grupo parlamentar do PSD não poderia deixar de apoiar a primeira Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Viseu, pelo qual estas serão por nós votadas favoravelmente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção neste âmbito? Não. Então íamos só, antes de procedermos à votação íamos clarificar uma situação que tem que ficar em Ata. A nós dava-nos dez abstenções e chegámos à conclusão que houve um Senhor Deputado, do cruzamento dos serviços, foi o Deputado Pedro Antunes que momentaneamente abandonou na votação



entre o ponto dois e o ponto três. Por isso, o resultado correto, são dez (10) abstenções que era o que nós tínhamos transmitido e trinta e quatro votos (34) a favor o que dá um universo de quarenta e quatro (44), não de quarenta e cinco (45) e nós tínhamos dito trinta e cinco votos (35) a favor porque o universo que estava era quarenta e cinco (45), momentaneamente o universo mudou e por isso nós sabíamos que havia uma mudança numa abstenção mas dava-nos duas abstenções e a razão era esta, por isso está retificado. Por isso o Ponto Número Três são dez (10) Abstenções e Trinta e quatro (34) votos a favor. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 241/242).-----

Iamos então agora proceder de imediato à votação do Ponto Número Quatro REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1. Quem se Abstém? Quem vota Contra? Aprovado por Unanimidade. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 243/244).

Ponto Número Cinco APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ÁGUAS DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1. Quem vota Contra? Quem se Abstém? Aprovado por Unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 245/246).

Passaríamos ao Ponto Número Seis que não tem votação, só tem discussão, APRECIÇÃO DAS DECLARAÇÕES RELATIVAS AOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS E AOS RECEBIMENTOS EM ATRASO COM DATA ANTERIOR A 31-12-2014. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. Em relação a este ponto alguém quer fazer alguma intervenção? Ponto Número Seis. Não havendo nenhuma intervenção passaríamos ao Ponto Número Sete APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES URBANOS DE VISEU – AJUSTE DIRETO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. De uma forma muito rápida Senhoras e Senhores Deputados, já falei sobre isto, portanto, trata-se de propor para que seja aprovada a autorização para continuidade da concessão através de ajuste direto ao atual concessionário até à conclusão do Concurso Público Internacional que contamos lançar logo que esteja concluída a legislação da Assembleia da República sobre esta matéria porque vamos ter que nos sujeitar a esta legislação. Neste momento já temos praticamente concluído o processo do concurso, mas não faria sentido estar a lançar um Concurso Público Internacional nesta fase que não estivesse completamente adequado a uma Lei da Assembleia da República que saberemos que será aprovada dentro de dias. Portanto, estamos à espera disto, e ao mesmo tempo também, gostaria só de lançar o Concurso Público Internacional depois de apresentar publicamente o Plano de Mobilidade e iniciar o debate público sobre o Plano de Mobilidade. Portanto, a única razão desta prorrogação é exatamente esta.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há alguma intervenção para este ponto? Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SESSENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. Francamente não compreendo a necessidade deste ajuste direto. O motivo invocado pelo executivo, a nova legislação para o setor ainda não ter sido publicada não colhe a meu ver uma vez que a legislação atualmente em vigor, é suficiente, tanto quanto sei, trata-se da transposição de diretivas comunitárias, ora, em todas as áreas mas em particular na dos transportes, há frequentemente diretivas comunitárias a carecer de transposição para a nossa legislação, mas isso não obriga a parar os aviões no ar nem os autocarros em terra. No Porto, foi aberto um concurso no final de 2014 e creio que já fechou, o mesmo em Évora e em Aveiro foi aberto salvo erro a semana passada um concurso público também pela Câmara Municipal para os



transportes urbanos, ora, ocorre perguntar porque é que não foi o concurso aberto mais cedo? Na anterior sessão o Senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade, até porque eu levantei algumas dúvidas sobre isto de adiantar outro motivo, abrir o concurso já dentro do enquadramento do novo Plano de Mobilidade que está a preparar, aqui talvez faça algum sentido, mas para além do histórico negativo de concursos anteriores da responsabilidade dos anteriores executivos camarários que abordei, portanto na última sessão não posso deixar de recordar aqui o que aconteceu com o concurso para os automóveis a sortear pelos contribuintes com faturas. O Ministério das Finanças atrasou o novo concurso aparentemente de propósito depois foram atribuindo mais Audis já depois de expirado o prazo do concurso e assim renovaram por mais um ano a entrega dos Audis através de adjudicação direta invocando o facto surpreendente, digo eu, de a Audi manter o preço. Apesar deste triste exemplo do Governo, eu ainda dou o benefício da dúvida ao executivo municipal e não votarei contra, abstendo-me apenas e ficando atento ao que vier como me compete.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Duas palavrinhas apenas para reafirmar estas dúvidas que o Deputado Vieira aqui trouxe, de facto também não conseguimos no âmbito da consulta da Lei e dos documentos que nos foram fornecidos perceber que razões concretas de facto justificam este “Ajuste Direto” e portanto, fica-nos aqui uma reserva e gostaríamos se eventualmente nos pudesse ser dado mais algum esclarecimento agradecemos e deixar aqui também só uma nota, já que a Câmara gasta um milhão cento e trinta e oito mil euros em transportes escolares, mais trezentos mil no Funicular e desconhecendo eu exatamente quanto é que paga à Berrelhas, não poderia a Câmara assumir os transportes públicos da cidade e os transportes periurbanos? Pelos vistos estas verbas fazem supor que há de facto rentabilidade da gestão dos serviços públicos de transportes e da criação de melhores condições para os trabalhadores que poderiam eventualmente daqui advir. Portanto, é apenas esta nota e o pedido de esclarecimento se for possível.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **SETENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa e na pessoa dele todos os restantes Membros da Assembleia e do Executivo. Só fazer aqui duas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Percebemos perfeitamente o que está acontecer, há aqui uma dependência de legislação que se prevê que esteja, perdoe-me o termo, na “forja”, eu pergunto é o seguinte? Qual é o limite temporal que a Câmara se propõe a partir do qual deixa de esperar pela legislação? Porque corremos o risco de estar à espera de uma legislação um mandato inteiro. Portanto, Qual é o limite temporal que a Câmara prevê para poder desencadear os mecanismos e deixar de ter esta situação precária com que estamos a viver nestas condições. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. É só para dizer que um “Ajuste Direto” não é uma situação precária não é? Um “Ajuste Direto” é um “Ajuste Direto” e portanto dizer que em termos rigorosos, de facto nós podíamos estatizar os serviços, mas não era a mesma coisa, não é Senhora Deputada? É uma opção, é uma opção de política, é uma opção de terreno e estamos convencidos que este Concurso Público Internacional que vamos lançar, vai ter os seus candidatos e por outro lado num enquadramento completamente novo. Portanto, eu não vou estar a lançar um concurso público que não vai estar depois sujeito depois ao novo enquadramento, aliás, da mesma maneira que fizemos a alteração ao tarifário dos



SMAS entrando em linha de conta com já com o novo regulamento da ERSAR, também aqui, entraremos em linha de conta com esta legislação que está em fase já de aprovação na especialidade, por estes dias estará aprovada, se calhar o Senhor Deputado Pedro Alves é capaz de esclarecer melhor se tivesse nessa comissão mas não está, e portanto, será por estes dias, o que significa que nós estamos aqui a falar de um concurso público que vai condicionar os próximos quinze anos, podem ser dez mais cinco, agora, um concurso que vai condicionar os próximos quinze anos da vida do nosso município em que a tecnologia está avançar constantemente, em que futuramente os transportes quando vos apresentar o Plano de Mobilidade, terão diferenças abismais em relação ao que temos hoje, designadamente uma conjugação entre transportes coletivos inter-freguesias mais transportes urbanos em Viseu, lógicas de transporte “on demand” portanto, transporte a pedido para podermos beneficiar as freguesias mais longe da sede do concelho, vamos ter várias situações novas e portanto, é preferível ter os dados todos do problema, fazer um lançamento de um concurso que tenha já na sua base por um lado a nova Legislação e por outro lado o Plano de Mobilidade da Cidade do que estar a fazer uma coisa que daqui a uns dias teria que ser corrigida, por outro lado só dizer à Senhora Deputada que de facto o valor do Funicular é aquele que se conhece, o valor dos transportes escolares também é aquilo que se conhece e que não se paga mais nada, portanto, no concurso anterior a Berrelhas não recebe mais nada pelo exercício desta atividade, agora, se estava na sua mente, não corresponde à realidade. Portanto, é uma opção de gestão deste executivo, nós podíamos estar a lançar o concurso agora e se calhar daqui a meio ano anulámos, porque como já tinha saído legislação nova, que inclusivamente traz mais benefícios para o município designadamente a subsidiação, porque até agora, Lisboa e Porto são uns privilegiados, nós pagamos do nosso orçamento para subsidiar o défice dos transportes coletivos de Lisboa e Porto, também está na altura dos transportes coletivos de Viseu também poderem ser financiados para ter um serviço público de transportes urbanos, que permitam às pessoas chegar à cidade, pararem o seu carro e poderem ir num autocarro com um preço mais reduzido, ou ao hospital, às conservatórias, para as escolas, enfim, para todos os sítios, da mesma maneira que tem direito um habitante de Lisboa e Porto. Acho que vale a pena esperar para podermos lançar um concurso como deve ser e não atrás de precipitações, eu não sou precipitado, tenho os pés bem assentes na terra e entendemos que esta é uma opção cerebral, de racionalidade e seguramente que os Viseenses sairão a ganhar com ela.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma intervenção íamos então colocar à VOTAÇÃO A PROPOSTA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES URBANOS DE VISEU – AJUSTE DIRETO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *Aprovada com duas (2) Abstenções e quarenta e três (43) votos a favor. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 247/248).*-----

Íamos passar a Ponto Oito APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – MINORAÇÃO – MAJORAÇÃO – REFERENTE AOS EDIFÍCIOS SITUADOS NA RUA CÓNEGO MARTINS 37 E 41. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Muito rapidamente, isto trata-se de uma troca que foi feita pelas finanças que minorou um prédio que devia ter sido majorado, portanto, beneficiou uma pessoa prejudicando outra. Isto visa só repor a legalidade nesta situação e estamos a falar de dois edifícios na Rua Cónego Martins com inscrições diferentes na matriz predial e portanto, basicamente é para minorar um e majorar outro.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há algum pedido de intervenção? Não havendo colocávamos de imediato à votação. Quem



vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 249/250).-----

Passaríamos então ao Ponto Numero Nove Apreciação E Votação da Proposta de Renovação da Autorização de Abertura de Procedimento Concursal para um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Área de Psicologia, com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto – Artigo 64.º da LOE 2015. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Também neste caso concreto trata-se de um procedimento concursal que foi aprovado por esta Assembleia em setembro de 2014 o júri autónomo que trata destas questões e com as várias candidaturas para este lugar, prevê mais cinco meses para o término do mesmo e portanto, estamos desde já a precaver-nos para o prazo que necessitamos para que este concurso chegue a “bom porto”.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos Senhores Deputados solicita a intervenção? Não havendo nenhum pedido de intervenção passaríamos de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 251/252).-----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, neste momento não temos nenhuma intervenção pedida pelo público por isso, terminávamos esta sessão. Agradeço a colaboração de todos e estão encerrados os trabalhos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte de abril de dois mil e quinze quando eram dezanove horas e um minuto. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 13 páginas anexas que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

**(José Manuel Henriques Mota Faria)**



## ANEXO 1



## SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 13/ABRIL/2015

	€		€
Saldo Inicial	23.625.217,32	Despesas Correntes	7.883.858,15
Receitas Correntes	8.864.614,74	Despesas Capital	2.310.600,38
Receitas Capital	1.268.194,26	Total das Despesas	10.194.767,43
Total das Receitas	10.132.809,00	Saldo Actual	23.593.258,82

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 13 de ABRIL de 2015

	€
Fornecedores	985.402,64
Outros devedores e credores	79.626,31
Total	1.064.428,95

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 13 de ABRIL de 2015

	€
Empréstimos obtidos	20.391.381,81
Estado e outros entes públicos	67.484,22
Total	20.458.866,03

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu



## ANEXO 2



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 2: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou chamar com 33 votos a favor e 12 abstenções.

— Viseu, 20/04/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Corta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Aníbal António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armindo Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso	X				
24 PPD/PSD	POVOLE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 2



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 2: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou adotar com 33 votos a favor e 12 abstenções

Viseu, 20/04/2015

*[Assinatura]*

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F. RIBEIROS e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho					X
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão				X	
39	PS		Adelaide Joana de Silva Modesto				X	
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41	PS		Pedro A. S. Ballo Madeira Antunes				X	
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43	PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro				X	
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAI, VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha				X	
47	CDS/PP		Elta Maria da Costa Lemos				X	
48	UDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros				X	
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				3	33	0	12	4

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 3



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DOS SMAS – ÁGUAS DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou deu-se com 34 votos a favor e 10 abstenções

Viseu, 20/04/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares de Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X				
24 PPD/PSD	POVOUZE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Castódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Sampaio Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 3



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DOS SMAS – ÁGUAS DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou apoiar com 34 votos favor e 10 abstenções

Viseu, 20/04/2015

*[Assinaturas]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Mochado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. OPRIANO VIL SOTTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho					X
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão				X	
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41 PS		Pedro A. S. Bolla Madeira Antunes					X
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro				X	
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FALEIRA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha				X	
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos				X	
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros				X	
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	34	0	10	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 4



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 4: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou aprovou por unanimidade

Viseu, 20/04/2015

*[Assinatura]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa					X
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDOÑO	Armindo Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso	X				
24 PPD/PSD	POVOULIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 4



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 4: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou aprovar por unanimidade

Viseu, 20/04/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado		X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARBEIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U. F. REFESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho					X
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes		X			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHAÇÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				3	44	0	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 5



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 5: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ÁGUAS DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou aprovar por unanimidade

Viseu, 20/04/2015

*[Assinaturas]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa					X
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armendo Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X				
24 PPD/PSD	POVOLEDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHAÇOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 5



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 5: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ÁGUAS DE VISEU PARA 2015 – REVISÃO N.º 1, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou apoiar por unanimidade

— Viseu, 20/04/2015

*[Assinaturas]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	FPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO		X			
31	FPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA		X			
32	FPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES		X			
33	FPD/PSD	U. F. REPERAS e S. SALVADOR		X			
34	FPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOUTO		X			
35	FPD/PSD	VISEU		X			
36	PS						X
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS	SILGUEIROS		X			
45	PS	U. F. FAIÇA E VILA CHÁ SÁ	X				
46	CDU/PP			X			
47	CDU/PP			X			
48	CDU/PP			X			
49	CDU			X			
50	BE			X			
51	Independente	ABRAVESES		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOMALDEIA, FARMANÃO E TORREDEITA		X			
Resultado			3	44	0	0	5

a) Declaração de voto

MÚLTIPO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 6



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES URBANOS DE VISEU – AJUSTE DIRETO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou a favor com 43 votos a favor e 2 abstenções

Viseu, 20/04/2015

*[Assinatura]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	João Fernando Marques Rebelo Costa	X				
3	PPD/PSD	António José Coelho Lopes		X			
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	José Ernesto Pereira da Silva		X			
9	PPD/PSD	Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Filipe Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD	António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20	PPD/PSD	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23	PPD/PSD	Adérito Pais Cardoso	X				
24	PPD/PSD	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 6



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES URBANOS DE VISEU – AJUSTE DIRETO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou aprovar com 43 votos a favor e 2 abstenções

— Viseu, 20/04/2015

*[Signature]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCISCO	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIRRO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António de Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U. F. REPOSES e S. SALVAADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL. SOTO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho					X
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAL. e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Élia Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	43	0	2	4

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 7



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 8: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – MINORAÇÃO – MAJORAÇÃO – REFERENTE AOS EDIFÍCIOS SITUADOS NA RUA CÔNEGO MARTINS 37 E 41, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do art.º 112.º do CIMI

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou a redução por unanimidade da taxa de IMI.

Viseu, 20/04/2015

*[Assinaturas]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patricia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BOOIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armindo Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORIGENS	Adérito Pais Cardoso	X				
24 PPD/PSD	POVOLEDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Castódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 7



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 8: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – MINORAÇÃO – MAJORAÇÃO – REFERENTE AOS EDIFÍCIOS SITUADOS NA RUA CÔNEGO MARTINS 37 E 41, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do art.º 112.º do CIMI

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou aprovou por unanimidade

Viseu, 20/04/2015

*[Assinaturas]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Albreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho					X
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAI, e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEIRA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	45	0	0	4

a) Declaração de voto

MÚLTIPO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 8



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 9: Apreciação e votação da proposta de renovação da autorização de abertura de procedimento concursal para um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – Área de Psicologia, com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto – Artigo 64.º da LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou *chamar por unanimidade*

Viseu, 20/04/2015

*Manic*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Costa	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martin Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso	X				
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 8



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 20 de abril de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 9: Apreciação e votação da proposta de renovação da autorização de abertura de procedimento concursal para um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior – área de psicologia, com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto – artigo 64.º da LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 20 de abril de 2015, que deliberou renovar por unanimidade

Viseu, 20/04/2015

*[Assinaturas]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIRRO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÓIS	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. APESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. OPRIMADO VIL SOTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho					X
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Adeleide Joana de Silva Modesto		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balia Madeira Antunes		X			
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		José Paulo Vila Chã Cavaleiro		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Motos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOMALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			3	45	0	0	4

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL